



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

AVISOS

AVISO 1: O procedimento para cadastro para participação nos certames na CAIXA mudou, passando a ser exclusivamente por meio eletrônico.

Para participação nos certames da CAIXA é necessário o cadastro no Portal Licitações CAIXA, não sendo mais preciso comparecer à uma agência da CAIXA, salvo disposição do item 3.3, para os casos de certificação expirada ou suspensão.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA.

AVISO 2: Para participação nos certames da CAIXA a documentação de habilitação deverá ser mantida no repositório de documentos, localizado no cadastro do licitante, na área logada do Portal de Licitações CAIXA.

A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ser anexada a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na área logada do fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o dia e a hora indicados no preâmbulo do edital.

.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Socioambiental, de forma a gerar resultados sustentáveis ao longo do tempo.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Socioambiental, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos.
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios.
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações.
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor.
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa.
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos de gestão socioambiental.
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual.
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono.
- ✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social.
- ✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas.

- ✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação.
- ✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava.
- ✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros –, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.

- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

EDITAL

CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES – CECOT

PREGÃO ELETRÔNICO 114/5688-2023 tipo MENOR PREÇO.

AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 08/03/2023

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações em Brasília – CECOT/BR, representada por Pregoeiro designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **PREGÃO, na forma eletrônica**, do tipo **MENOR PREÇO**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para a prestação do(s) serviço(s) descritos no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, pelos Decretos 3.555 de 08/08/2000; 10.024, de 20/09/2019 pelas Leis nº 10.520 de 17/07/2002, 13.303 de 30/06/2016 e 8.429 de 02/06/1992, pela LC 123 de 14/12/2006 e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para este Pregão deverá ser efetuado até às 23h59m do dia 29/03/2023 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** poderão ser enviados depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 08h do dia 30/03/2023, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme **item 5.1** deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas e dos documentos de habilitação, às 08h do dia 30/03/2023, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, conforme instrução do item 5.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das **13h00 até às 13h10 do dia 30/03/2023**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme **item 7.1** deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao edital deste Pregão até às 23h59m do dia 27/03/2023, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → Acesso ao Sistema → SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → clicar na atividade Impugnação, localizada no quadro “Minhas Atividades” → localizar a licitação desejada → clicar em

Impugnação → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em ENVIAR IMPUGNAÇÃO.

- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no *Nº Certame* → aba **IMPUGNAÇÃO** → **IMPUGNAÇÃO** → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em ENVIAR IMPUGNAÇÃO.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às 23h59m do dia 27/03/2023, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → *Acesso ao Sistema* → **SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR** → *realizar login* → marcar a modalidade de licitação desejada → clicar na atividade Questionamento, localizada no quadro “Minhas Atividades” → localizar a licitação desejada e *clicar em* Questionamento → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em ENVIAR QUESTIONAMENTO.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no *Nº Certame* → aba **QUESTIONAMENTOS** → **ESCLARECIMENTOS** → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em ENVIAR QUESTIONAMENTO.

A resposta ao pedido de esclarecimento e a decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 2 dias úteis contados do seu recebimento. O Pregoeiro poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

Quando houver suspensão da sessão pública, a retomada ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

1 DO OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de Auditoria Médico Hospitalar Externa, visando assessoria à CAIXA na operacionalização do plano de assistência à saúde, por item, com abrangência regional: Região 1 - São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Região 2 - Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais e Região 3 - Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I - A	ACORDO NÍVEL DE SERVIÇO
ANEXO I - B	MATRIZ DE RISCO
ANEXO II	PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	PREÇOS MÁXIMOS QUE A CAIXA SE PROPÕE A PAGAR
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
ANEXO VI	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

- 1.1.1 O objeto deste Pregão está distribuído em 3 (três) Itens, conforme detalhamento a seguir

Item	Descrição do Item	Abrangência
I	Região 1	São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
II	Região 2	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais
III	Região 3	Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

- 1.1.2 As empresas poderão participar do certame para um, mais de um ou para todos os Itens, sendo que cada Item representa um todo.
- 1.1.3 As especificações do objeto, os locais de prestação dos serviços e a forma de execução do contrato constam do(s) Anexo(s) I deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Podem participar deste Pregão as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que apresentem toda a documentação legalmente exigida para habilitação, indicada no item 8, além de atender às demais exigências constantes deste edital;
- 2.1.1 A documentação de habilitação deve constar no repositório de documentos que fica no Cadastro do Licitante. As instruções constam do “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ou na área pública do Portal em *FAQ* e *TUTORIAIS*. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a

conferência sempre que for participar de um certame.

- 2.1.1.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ser anexada a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na área logada do fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o dia e a hora indicados no preâmbulo do edital.
- 2.2 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.
- 2.2.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal, Trabalhista e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.2.1.1 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba Manuais.
- 2.3 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses previstas no §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.3.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.3.2 A empresa que se enquadra como MPE, deve apresentar declaração nos termos do Anexo V, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.8.
- 2.4 Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s):
- 2.4.1 em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
- 2.4.2 que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

- 2.4.3 organizada sob a forma de cooperativa, tendo em vista que pela natureza do(s) serviço(s) existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a contratada, bem como de pessoalidade e habitualidade, considerando, ainda, que, por definição, não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados;
- 2.4.4 que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 2.4.5 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.4.6 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.7 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.8 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.9 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.10 Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.4.11 **No intuito de inibir o conflito de interesses estão vedadas de contratar o objeto desta licitação as empresas que se enquadrem nas situações elencadas no item 11.3.1.**
- 2.4.12 Aplica-se também a vedação prevista no item 2.4 acima:
- I À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- II A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- a) Dirigente da CAIXA;
- b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato

e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;

c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.

III Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

3 DO CADASTRO, DA CERTIFICAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Para participar deste Pregão, o interessado deve providenciar o **Cadastro** no Portal Licitações CAIXA e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo os passos abaixo.

3.2 O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: aba "**CADASTRO**", escolher a opção "Pessoa Física" ou "Pessoa Jurídica", preencher os dados do **PRÉ-CADASTRO**, concordar com o TERMO DE ADESÃO e "CONCLUIR O PRÉ-CADASTRO".

3.2.1 No momento do pré-cadastro, o sistema valida as informações registradas e, caso haja divergência, informa o Licitante os campos que necessitam de ajustes.

3.2.2 Após a validação das informações do pré-cadastro, o sistema confirma a operação e apresenta a mensagem: "Seu Pré-Cadastro está em análise. Deseja imprimir o termo de adesão? <Sim/Não>".

3.2.3 O sistema também enviará mensagem por e-mail: "Notificação de Registro do Pré-Cadastro".

3.2.4 Após validação pelo sistema, dos dados com a base de dados da Receita Federal, o sistema conclui o **CADASTRO** e envia ao Licitante mensagem de e-mail confirmando a conclusão e certificação do cadastro e a senha de acesso provisória, que deverá ser validada e trocada em até 48 horas.

3.2.4.1 Caso a validação e a troca de senha não sejam efetuadas no prazo estipulado, a senha expirará e será necessário solicitar nova senha por meio de contato ao Atendimento CAIXA, pelos telefones 4004 0104 para capitais e regiões metropolitanas ou 0800 104 0104 demais regiões.

3.2.4.1.1 A nova senha de acesso deve ser elaborada, obrigatoriamente, de acordo com as orientações recebidas por e-mail.

- 3.2.4.2 Quando há divergência nos dados, o sistema envia e-mail ao Licitante para notificar do cadastro não concluído e orienta entrar em contato com a central de atendimento CAIXA, por meio dos telefones acima.
- 3.3 Para os Licitantes que estejam com certificação expirada ou suspensão, para regularização, o representante legal da empresa deve comparecer a uma agência da CAIXA, munido dos documentos originais abaixo:
- Pessoa Física: Documento de Identificação Pessoal; CPF; Comprovante de endereço e Procuração (quando for o caso).
 - Pessoa Jurídica: Contrato Social e Alterações; Procuração do Representante Legal (quando for o caso); Documento de Identificação Pessoal do representante da empresa; CPF e Comprovante de endereço.
- 3.3.1 A Procuração deve ser elaborada por meio de instrumento público ou particular com firma reconhecida e deve ser acompanhada de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários.
- 3.3.2 Sendo proprietário da empresa, sócio, dirigente ou assemelhado, deverá ser apresentado o Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 3.3.3 A Certificação tem vigência de 1 (um) ano, após esse prazo deverá ser renovada, conforme orientações do item 3.3.
- 3.3.4 Quando houver alteração cadastral, a Certificação é suspensão e o usuário deve reativá-la seguindo os passos acima.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA – <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> e siga os seguintes passos: no botão “Acesso ao sistema” - escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR”, informe o e-mail cadastrado e selecione a opção “Esqueci Minha Senha”, no formulário acionar “Esqueci a senha”, preencher os campos do formulário e confirmar no botão “Recuperar Senha”. O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem informando a senha provisória e os procedimentos para a validação e troca de senha.
- 3.6 Após essa etapa, a interessada deverá providenciar o **CREDENCIAMENTO** específico para este pregão até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico

<http://licitacoes.caixa.gov.br> à efetuar *login* por meio da opção “Acesso ao Sistema” à em seguida “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” à na “Área do Licitante” marcar a opção “Licitação CAIXA/Pregão Eletrônico”, escolher a opção “Credenciamento em Novos Certames”, localizado no quadro “Minhas Atividades” à marcar Comprador “CAIXA”, selecionar o certame desejado à clicar na Atividade “Credenciamento” à selecionar a declaração de ciência à marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique à finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.

- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação neste Pregão Eletrônico.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do item 2.2, o licitante deve selecionar a opção “*ME/EPP*” na tela “*Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica*”, constante da opção “*Credenciamento*”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 prevista neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados Portal Licitações CAIXA, no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado e certificado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro/certificação possibilita a participação em todos os Pregões Eletrônicos da CAIXA, sendo que o Credenciamento é específico para cada Pregão Eletrônico, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de um pregão eletrônico realizado pela CAIXA.
- 3.9 O *link* “Credenciamento em Novos Certames”, constante no endereço eletrônico mencionado no 3.6 permite o acesso a todos os Pregões Eletrônicos que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.
- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciamento em Novos Certames” no Pregão Eletrônico escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

4 DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado após comunicação, via e-M@il ou sistema, aos participantes.
- 4.3 No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:
- 4.4.1 acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4.2 comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk – 3004-1104** – Capitais e regiões metropolitanas ou **0800-726-0104** – Demais localidades, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4.3 solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.7 Manter a gestão da documentação de habilitação que ficará anexada no repositório de documentos no CADASTRO DO FORNECEDOR no Portal de

Licitações CAIXA.

5 DA PROPOSTA COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 A **Proposta Comercial** (Anexo II) e todos os documentos de habilitação devem ser enviados eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, por meio do endereço Eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “ACESSO AO SISTEMA”, escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR”, em seguida, realizar login, marcar a modalidade de licitação desejada, escolher a opção “Enviar/Alterar Proposta e Documentação”, localizado no quadro “Minhas Atividades”, selecionar o item desejado, anexar a Proposta Comercial, digitar o valor proposto e clicar no botão “*Enviar Proposta*”.
- 5.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante “Guarda de Documentação de Habilitação”, na área logada. As instruções constam do “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um procedimento.
- 5.2 A **Proposta Comercial com preço GLOBAL** deve ser anexada em arquivo **ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.1 A Proposta de Preço é o valor que deve ser digitado após a anexação da Proposta Comercial (Anexo II) e corresponde ao VALOR GLOBAL que consta da Proposta Comercial (Anexo II).
- 5.2.2 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 Os documentos de habilitação são aqueles elencados no item 8 deste edital.
- 5.2.3.1 Os Documentos de Habilitação devem ser anexados em arquivo **ÚNICO**, limitado à extensão doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.3.2 Não haverá outra oportunidade para envio dos documentos de habilitação, admitindo-se apenas o envio de documentos complementares nos termos do item 9.3.
- 5.2.4 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:

- 5.3.1 Menção ao número do edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), número de telefone e *e-mail*;
- 5.3.2 Preços **UNITÁRIOS** e **GLOBAIS**, individualizado por Item, para o serviço indicado no Termo de Referência, de acordo com o modelo de proposta (Anexo II), atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos;
- 5.3.2.1.1 Os tributos, contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias devem ser cotados nos percentuais estabelecidos em legislação ou norma vigente, devendo o licitante prever em sua planilha de composição do preço todos os custos e benefícios fiscais inerentes ao objeto ou à atividade desempenhada, observando as particularidades tributárias de cada segmento.
- 5.3.2.1.2 Não podem ser incluídos nos preços propostos os custos relativos ao IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), seja na composição do BDI (Benefícios e Despesas indiretas), seja como item específico da planilha de composição do preço.
- 5.3.2.1.3 A empresa optante do Simples Nacional deve excluir do percentual da correspondente alíquota definida nos Anexos da LC 123/06 os percentuais relativos ao IRPJ e à CSLL.
- 5.3.2.1.4 Em caso de renúncia de parcela ou de totalidade da remuneração relativa a materiais ou instalações de sua propriedade, o licitante deve indicar e comprovar essa propriedade.
- 5.3.2.1.5 Na definição do preço a ser proposto, em se tratando de MPE, a empresa deve considerar eventual elevação dos custos decorrentes de seu desenquadramento da situação de MPE nos termos da LC nº 123/2006, caso ocorra a extrapolação do faturamento que permite a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado durante a execução do contrato, uma vez que tal situação não configura motivo para reequilíbrio e/ou repactuação.
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Prazo de validade da proposta: não inferior a 120 (cento e vinte) dias,

contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;

5.3.4 Declaração do licitante de que:

I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste edital.

III) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.

5.3.5 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.

5.4 Assim que a proposta e os documentos de habilitação forem acatados pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-mail, a confirmação do recebimento da proposta.

5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial ou documentos de habilitação apresentados até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “ACESSO AO SISTEMA” → escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → escolher a opção “Enviar/Alterar Proposta e Documentação”, localizado no quadro “Minhas Atividades” → selecionar o item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta.

5.5.1 Caso haja a substituição da Proposta Comercial, após a anexação do arquivo contendo a nova Proposta Comercial, a Proposta de Preço deve ser novamente digitada, conforme item 5.2.1.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.

6.2 Em seguida, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.3 As propostas classificadas pelo Pregoeiro serão ordenadas automaticamente

pelo sistema para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7 abaixo.

6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 10 deste edital.

6.4 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial, conforme itens 5.3 e 6.9, com os valores adequados ao preço do melhor lance, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:

- condições dos item 6.5 e subitens, e
- compatibilidade do preço ofertado com os insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto desta licitação, acrescidos dos respectivos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, benefícios e despesas indiretas.

6.4.1 A proposta adequada deve ser encaminhada no prazo de até 2 (duas) a contar da solicitação do Pregoeiro por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → efetuar login → marcar a modalidade de licitação → clicar em “Encaminhar Proposta Ajustada”, no quadro “Minhas Atividades”.

6.5 Será desclassificada a proposta que:

6.5.1 não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste edital;

6.5.2 contenham vícios insanáveis;

6.5.3 apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;

6.5.4 apresentem preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;

6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Pregoeiro concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.5.5 apresentem preços superiores aos preços valores estimados pela CAIXA;

6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global e unitário(s), que se apresentem superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo III – Preços Máximos que a CAIXA se propõe a pagar.

6.5.5.1.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços

excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que os preços global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela Caixa, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados

- 6.5.6 Apresente declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art.3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.8 Se todas as propostas forem desclassificadas ou inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.8.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “ACESSO AO SISTEMA” → escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → escolher a opção “Efetuar Lances”, no dia e horário informados no preâmbulo deste edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO GLOBAL, POR ITEM**.
- 7.1.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance(s) ofertado(s) durante o intervalo dos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.1.1.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 7.1.1.2 Existindo lance durante os 2 últimos minutos da fase competitiva, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em prorrogação automática por mais 2 minutos.

- 7.1.2 Os lances intermediários são lances iguais ou superiores ao melhor já ofertado, porém, inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.
- 7.1.3 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 0,05% cinco décimos por cento), e incidirá sobre o lance ofertado pelo próprio licitante.
- 7.1.3.1 Na hipótese de não haver novos lances durante a prorrogação automática, na forma estabelecida no item 7.1.1.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 7.1.3.2 Encerrada a etapa de lances, sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio poderá reiniciar a etapa de lances, mediante justificativa no sistema.
- 7.1.4 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando o licitante às penalidades constantes no item 15 deste edital.
- 7.1.5 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
- 7.2.1 No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.2.2 Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **PREÇO GLOBAL, POR ITEM**.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome da licitante que ofertou o menor preço.
- 7.6 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.7 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o pregoeiro abrirá a etapa

de negociação em conformidade com o item 7.11.

- 7.8 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
- 7.8.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 5% superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
- 7.8.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de o licitante apresentar proposta de preço inferior à do licitante melhor classificado que não se enquadra como MPE.
- 7.8.2 O Pregoeiro dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
- 7.8.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Pregoeiro, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.8.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o pregoeiro passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.11, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.8.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite de 5% (cinco por cento) estabelecido no item 7.8.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.8.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.9 No caso de Propostas com valores iguais, não ocorrendo lances, e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste edital, será observada a seguinte ordem para desempate para bens e serviços:
- I produzido no País;
 - II produzido ou prestado por empresa brasileira;
 - III produzido ou prestado por empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

IV produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, com observância ao item 20.10 deste edital.

- 7.9.1 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.10 O percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de **forma linear** sobre os preços unitários propostos na forma deste edital.
- 7.11 Esgotadas as etapas anteriores, o Pregoeiro deverá **negociar** com o licitante melhor classificado para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → efetuar login → marcar a modalidade de licitação → clicar em “Efetuar Negociação”.
- 7.12 O licitante deverá encaminhar, na forma do item 8.8, a proposta comercial observado o item 6.9, com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1. Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo e manter a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. As instruções constam do “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ou na área pública do Portal em *FAQ* e *TUTORIAIS*. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um procedimento:

- habilitação jurídica;
- qualificação técnica;
- qualificação econômico-financeira;
- regularidade fiscal federal e trabalhista;
- cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

- 8.1.1 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista, caso exigida:

Nível I – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica;

Nível III – o registro regular nesse nível supre as exigências de regularidade fiscal em âmbito federal e trabalhista;

Nível V – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

Nível VI – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial e à comprovação de boa situação financeira da proponente.

- 8.1.2.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Pregoeiro.

- 8.1.3 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma dos itens 9.3 e 9.3.1.

- 8.1.4 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta 'on line' no SICAF, opção "Situação do Fornecedor", depois de verificada a aceitabilidade da proposta.

- 8.1.5 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- 8.2.1 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- 8.2.2 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de

prova de diretoria em exercício;

8.2.3 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

8.3 **A documentação relativa à regularidade fiscal federal e trabalhista consistirá em:**

8.3.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.2 prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.

8.3.3 Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.3.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de consulta à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

8.3.4.1 Caso seja apresentada à CAIXA, por licitante ou cidadão interessado, Certidão Positiva expedida posteriormente àquela apresentada quando da habilitação, será concedido ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.

8.3.4 O Licitante que se declarar MPE, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.

8.3.4.1 Será assegurado à MPE declarada vencedora, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para comprovar a sua regularidade fiscal.

8.4 **A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:**

- 8.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.4.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 8.4.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices, a partir das informações do balanço patrimonial do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.
- 8.4.2.2 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido condizente com o Item para o qual deseja concorrer:
- a) R\$ 518.766,51 (quinhentos e dezoito mil reais, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos) para as licitantes que apresentarem proposta para o ITEM I
- b) R\$ 426.952,88 (quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos) para as licitantes que apresentarem proposta para o ITEM II.
- c) R\$ 449.506,69 (quatrocentos e quarenta e nove reais, quinhentos e seis reais e sessenta e nove centavos) para as licitantes que apresentarem proposta para o ITEM III.
- 8.4.2.3 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da

empresa, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei:

■ Patrimônio Líquido = Ativo Total – Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

- 8.4.2.3.1 Para o licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.
- 8.4.2.4 Caso seja de interesse do licitante concorrer para 02 ou mais ITENS o patrimônio líquido contábil a ser comprovado não poderá ser inferior à soma dos valores exigidos para cada ITEM, respectivamente.
- 8.4.2.4.1 Para fins de comprovação de atendimento ao item 8.4.2.4, o licitante deverá apresentar Declaração na Proposta Comercial, informando os Itens para os quais pretende participar.
- 8.4.2.4 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, referidos nos itens 8.4.2 e 8.4.3, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.
- 8.4.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:
- 8.4.3.1 publicado em Diário Oficial; ou
- 8.4.3.2 publicado em jornal, ou
- 8.4.3.3 por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- 8.4.3.4 por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou
- 8.4.3.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações, mediante termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.
- 8.4.5 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.

8.4.7 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.5 **A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

8.5.1 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

8.5.1.1 para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprovem que a licitante desempenhou ou está desempenhando, de forma satisfatória, por período não inferior a 12 (doze) meses, os serviços de auditoria médica externa retrospectiva em prontuário médico/fechamento de contas e concorrente/beira leito por meio de visitas a pacientes internados, para planos de saúde, operadoras de saúde, autogestões de saúde, cooperativas de assistência à saúde ou medicina de grupo, com atendimento a no mínimo 50% da média mensal de visitas a pacientes internados e a 50% da média mensal de contas médicas de internação hospitalar auditadas in loco na sede dos prestadores, conforme descrito no quadro abaixo:

Item	Abrangência	50% de Visitas Mensais Pacientes Internados	50% Contas Médicas de Internação Hospitalar Auditadas In loco na Sede do Prestador (mensal)
Região 1	São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	194	393
Região 2	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais	219	415
Região 3	Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.	205	451

8.5.1.2 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo dos serviços, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, sendo considerados como concomitantes os serviços realizados na mesma época, dentro do período de 12 (doze) meses. A concomitância dos atestados tem que ocorrer até a data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico.

- 8.5.1.3 Caso o licitante concorra a mais de um item deverá comprovar somatório de quantitativos não inferior à soma dos valores exigidos para cada ITEM, respectivamente.
- 8.5.1.4 Poderão ser apresentados mais de 1 (um) Atestado complementar comprovando de forma segregada a prestação de serviços em auditoria glosa
- a) Atestado/Certidão/Declaração que comtemple auditoria médica externa retrospectiva em prontuário médico e fechamento de contas hospitalares;
 - b) Atestado/Certidão/Declaração que comtemple auditoria médica externa concorrente/beira leito por meio de visitas a pacientes internados.
- 8.5.2 O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- 8.5.3 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.
- 8.5.3.1 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação escritos em língua estrangeira devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.3.1.1 Quando os documentos forem de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.3.1.2 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016.
- 8.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.6.1 A declaração deverá ser firmada eletronicamente pela licitante por meio de preenchimento do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.4.

- 8.7 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.8 Os documentos necessários para habilitação neste certame são os seguintes:
- 8.8.1 Para licitante credenciado e cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
 - d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VI).
- 8.8.2 Para licitante NÃO credenciado e NÃO cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
 - b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
 - c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
 - e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - f) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
 - g) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VI).
- 8.8.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados, impreterivelmente, no mesmo momento do envio das propostas comerciais. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO/VINCULAR DOCUMENTAÇÃO, localizado na área logada do fornecedor.
- 8.8.3.1 A proposta e a documentação vinculada ficam disponíveis na coluna PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO, após vincular toda a documentação exigida, confira e, para confirmar a participação no item, acione o botão CONCLUIR/ENVIAR.
- 8.8.3.2 O Pregoeiro, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.
- 8.9 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VII - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE assinado.

- 8.9.1 O Pregoeiro poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.9.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 20.15 ou por assinatura física.
- 8.9.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Pregoeiro também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.8.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT em Fortaleza, **RUA SENA MADUREIRA, 800 – 14º ANDAR – CENTRO – FORTALEZA, CEARÁ – CEP: 60.055-080**, no prazo de até 3 (três) dias úteis após solicitação do pregoeiro.

9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Pregoeiro verificará, caso a licitante vencedora seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br. Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.3 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.13.
- 9.2 O Pregoeiro efetuará a consulta *on line* ao SICAF, para verificação da situação da licitante credenciada e cadastrada em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa e rubricada pelo Pregoeiro a Declaração de “Situação do Fornecedor”.

- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante vencedora, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.8.
- 9.3 É assegurado ao licitante o envio de documentos complementares destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, sendo vedada a inclusão de novos documentos que deveriam ser encaminhados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de 02 (duas) horas a contar da solicitação pelo pregoeiro por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Pregoeiro.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório, e somente será confirmada após a verificação da regularidade fiscal.
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição da licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
 - ao CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas e Serviços” → “Cadastro Improbidade Administrativa” → “Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados nos

sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações”, selecionar esfera “Todos(as)”;

- ao SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.

9.6 Não será habilitada a empresa que:

- 9.6.1 esteja com algum documento vencido no SICAF e não o regularize nos termos do item 9.3, ressalvada a prerrogativa da MPE constante nos itens 9.4 e seguintes.
- 9.6.2 não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvada a prerrogativa da MPE constante no item 9.4 e seguintes.
- 9.6.3 que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 9.6.4 deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital;
- 9.6.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.4 deste edital.
- 9.7 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.6, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as condições de habilitação dos demais proponentes, na ordem de classificação, sucessivamente até que um licitante atenda plenamente às exigências do edital.
- 9.8 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 9.9 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(es), será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de

recorrer contra o resultado do certame, devendo, obrigatoriamente, ser registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → efetuar login → marcar a modalidade de licitação → clicar em “Intenção de Recurso”, localizada na aba “Minhas Atividades”, clicar em “Incluir Intenção de Recurso”, inserir a descrição da intenção de recurso e clicar em “ENVIAR”, no prazo de até 30 (trinta) a partir da comunicação pelo sistema.

- 10.1.1 A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Pregoeiro será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, facultando aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual período a partir do término do prazo da recorrente, sendo assegurada aos proponentes vista aos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.1.2 O(s) recurso(s) e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 10.1.
- 10.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 10.1, importará a decadência do direito de recurso, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 10.3 Qualquer recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 10.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
- 10.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

11 DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 11.1 À vista do relatório do Pregoeiro, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 11.2 A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este edital (Anexo IV).

- 11.3 Fica impedida de ser contratada para a execução de serviço objeto desta licitação o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas nos itens 2.4 e subitens.
- 11.3.1 No intuito de inibir conflito de interesses em caso de contratação de empresa prestadora de atividades correlatas na CAIXA, também estão vedadas a contratação de empresas que se enquadrarem nas situações elencadas abaixo:**
- a) Possuir qualquer tipo de vínculo com credenciados dos benefícios de assistência à saúde sediados na abrangência contratual, abrangendo empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico entendidas como empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;**
 - b) Possuir sócio(s) ou dirigente(s) que seja(m) membro(s) integrante(s) de grupo(s) ligado(s) a redes hospitalares, operadoras de planos de assistência à saúde, medicinas de grupo ou autogestão, cooperativas de assistência médica, odontológica e afins, e seguradoras de saúde, ainda que participe(m) daquela(s) apenas como acionista(s) ou cotista(s);**
 - c) Possuir médicos, responsáveis e contratados, assim como paramédico na condição de auditor, que assumam cargo de chefia, de qualquer natureza, em instituições credenciadas do Saúde CAIXA;**
 - d) Possuir contrato firmado com a CAIXA para prestação de serviços de fornecimento e/ou suporte técnico do Sistema de Gestão e operacionalização do plano de assistência à saúde;**
 - e) Possuir sócio(s) ou dirigente(s) que sejam cônjuge ou companheiro(a) de empregado(a) da CAIXA;**
 - f) Possuir beneficiários dos benefícios de assistência à saúde no seu quadro funcional.**
- 11.4 O licitante que for declarado vencedor da licitação e que não for cadastrado no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis I, II, III e VI, como condição para assinatura do contrato.
- 11.5 No ato da assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor deverá firmar a declaração de vedação ao nepotismo, que consta anexa a minuta de Contrato (Anexo IV).
- 11.6 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – conforme Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexa a minuta de contrato (Anexo IV).

- 11.7 A assinatura do contrato pela adjudicatária dar-se-á no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua convocação pela CAIXA.
- 11.7.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.
- 11.7.1.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pela adjudicatária.
- 11.9.2 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor, por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA.
- 11.9.3 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no item 15 deste edital.
- 11.10 Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a CAIXA poderá retomar o pregão e convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação e observadas as preferências previstas neste edital.
- 11.111 Poderá o licitante ser desclassificado até o momento da contratação caso a CAIXA venha a ter conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica, trabalhista, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 11.11.1 Neste caso, será efetuada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o disposto no item 9.8.

12 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 12.1 O contrato a ser firmado, cuja minuta (Anexo IV) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 13.1 O vencedor da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 13.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à CAIXA, como condição para assinatura do contrato:

- 13.2.1 A **Caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;
- 13.2.1.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento.
- 13.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
- 13.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre mantendo os 30 dias após a data de vencimento do contrato;
- 13.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;
- 13.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
- 13.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
- 13.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.
- 13.2.3 A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.
- 13.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos);
 - b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias, devendo ser tempestivamente renovada se estendida ou prorrogada essa vigência, sempre mantendo 30 dias após a data de vencimento do contrato;
 - c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
 - d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - Novo Código Civil;
 - e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 13.6 deste Edital;
 - f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
 - g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595 de 31/12/1964 e nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325 de 1996 do Conselho Monetário Nacional;
 - h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.
- 13.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis.
- 13.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.
- 13.5 A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 13.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

- 13.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste edital.

14 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 14.1 A CAIXA, após a execução dos serviços e o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas na minuta de contrato (Anexo IV).

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I multa;

II suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

III impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

- 15.1.1 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

I) Pela inexecução total ou parcial do contrato ou não cumprimento dos prazos de execução de cada serviço previstos neste item, inclusive para os serviços com previsão de indicadores de nível de serviço/desempenho estabelecidos neste Termo de Referência em que não houver o cumprimento das metas de forma reincidente por 3 (três) meses consecutivos ou não, será aplicado à CONTRATADA multa por dia de atraso de 0,1% aplicado sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência, limitado a 10% (dez por cento) do faturamento mensal:

$$VrM = \Sigma \text{DiasAtr} * (VrF * 0,1\%)$$

VrM = Valor Multa

$\Sigma \text{DiasAtr}$ = Somatório de dias de atraso na execução de cada demanda

VrF = Valor Total da Fatura Mensal

II) O cumprimento parcial, atraso ou não cumprimento das exigências estabelecidas no item 13 do Termo de Referência quanto a Segurança da Informação serão passíveis de multa de 0,1% (um décimo por cento)

aplicado sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência.

III) A penalidade de multa será aplicada a CONTRATADA nos casos de execução de serviços aquém da qualidade esperada, conforme expresso no Termo de Referência e diretrizes previamente estabelecidas e formalizadas pela CAIXA, sendo o serviço considerado não entregue dentro do prazo, compatível com a sanção de multa expressa no inciso I.

IV) Em caso de descumprimento do plano de contingência, a CAIXA aplicará glosa contratual de 0,02% para cada hora de indisponibilidade de qualquer um dos serviços, limitado a 5% (cinco por cento) do faturamento mensal.

- 15.1.2 As multas serão descontadas do valor do documento fiscal e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA judicialmente.
- 15.2 Ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, o licitante que incorrer em alguma das seguintes hipóteses:
- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
 - IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - VIII Não manter a proposta;
 - IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - X Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- 15.3 A penalidade de suspensão temporária de participação e contratação com a CAIXA, além de outras situações de descumprimentos, também poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional nas situações previstas nos incisos acima.

- 15.4 As sanções previstas nos incisos II e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso I.
- 15.5 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 15.6 As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 15.7 As penalidades de suspensão e impedimento aplicadas à CONTRATADA alcançam a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

16 DOS ILÍCITOS PENAIS

- 16.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

17 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 17.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no compromisso registrado no sob o pré-comprometimento nº 8000012480 e item de acompanhamento orçamentário nº 5303-37.

18 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

- 18.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 18.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação os licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

19 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 19.1 O contrato a ser firmado terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, a critério da CAIXA e com a concordância da Contratada, por períodos sucessivos, até o limite permitido na Lei nº 13.303/2016.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste edital e Anexos.
- 20.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 20.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 20.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus Anexos.
- 20.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste edital.
- 20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 20.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT/BR, em Brasília/DF.
- 20.8 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 20.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão.
- 20.10 Os licitantes que usufruíram da preferência disposta no item 7.9, inciso IV, deverão cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 20.11 No caso de retificação do edital que não implique sua republicação, o credenciamento e propostas porventura encaminhadas continuam válidos.

- 20.11.1 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 20.12 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, no endereço eletrônico mencionado no item 20.11.
- 20.13 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 20.14 A CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial do contrato, com a anuência prévia e por escrito da CAIXA, limitada a subcontratação para os serviços de:
- a) Visitas a hospitais para análise de faturas - auditoria in loco em municípios não relacionados no Apenso I;
 - b) Auditoria Concorrentes em municípios não relacionados no Apenso I;
 - c) Visitas Médicas a Pacientes Internados ou em Regime Domiciliar em municípios não relacionados no Apenso I;
 - d) Perícias Médicas/Odontológicas em municípios distintos em municípios não relacionados no Apenso I;
 - e) Visitas a Prestadores/Proponentes para fins de credenciamento em municípios não relacionados no Apenso I;
 - f) Quesitos judiciais elaborados;
 - g) Perícias presenciais judiciais;
- 20.14.1 Para análise da empresa para a qual eventualmente for proposta a subcontratação relacionada acima, será exigida, anteriormente à manifestação da CAIXA, a regularidade fiscal federal, trabalhista jurídica e qualificação técnica, nos mesmos limites exigidos do licitante no item que trata de habilitação.
- 20.14.1.1 A CAIXA verificará a regularidade da subcontratada em relação aos impedimentos de licitar e contratar, não sendo admitida a subcontratação no caso de impedimento, conforme item 9.5.
- 20.14.1.2 A subcontratada deve emitir declaração informando não se enquadrar nas hipóteses previstas nos itens 2.4 e subitens.
- 20.14.2 No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

- 20.15 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

21 DO FORO

- 21.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Distrito Federal, na cidade de Brasília/DF.

Brasília, 08 de março de 2023.

Maria Auxiliadora Holanda Diógenes
Pregoeiro(a)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**1 DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Auditoria Médico Hospitalar Externa, para fins de análise de contas hospitalares, auditoria retrospectiva por meio de consulta à prontuários médicos, auditoria concorrente/beira leito por meio do acompanhamento e avaliação de beneficiários internados, revisão de planos de assistência domiciliar e planos terapêuticos, visitas a prestadores credenciados, emissão de pareceres e relatórios, perícias, subsídio quanto às solicitações de autorizações, referente aos planos de assistência à saúde da CAIXA, em conformidade com as disposições deste Edital e Anexo, que o integram e complementam, nas dependências dos prestadores pertencentes a rede de credenciados e domicílios de beneficiários sediados ou residentes nos estados de:

- **REGIÃO 1:** São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

- **REGIÃO 2:** Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais;

- **REGIÃO 3:** Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro

1.2 A prestação dos serviços de auditoria médico hospitalar externa à CAIXA, objeto desta licitação, compreende a execução das atividades a seguir:

a) Auditoria externa de fechamento de contas hospitalares/ambulatoriais realizada por médicos e enfermeiros auditores, correlacionando-as com os prontuários médicos correspondentes, referentes aos atendimentos ambulatoriais, em pronto socorro e em regime de internação dos beneficiários dos planos de assistência à saúde da CAIXA e dos convênios de reciprocidade, nas dependências dos prestadores pertencentes a rede de credenciados, conforme disposto neste Termo de Referência;

b) Realização por médicos e enfermeiros auditores, de auditoria retrospectiva por meio consultas e análises aos prontuários médicos de beneficiários dos planos de assistência à saúde da CAIXA e dos convênios de reciprocidade nas dependências dos prestadores pertencentes a rede de credenciados, conforme disposto neste Termo de Referência;

c) Identificação de beneficiários internados junto ao setor de internação dos prestadores da rede de credenciados, realização de visita e acompanhamento periódicos dos beneficiários internados para fins de auditoria concorrente/beira leito e emissão de relatórios sobre a condição clínica dos pacientes, correlacionando-as com a solicitação de autorizações realizadas e evolução do quadro clínico, conforme previsto neste Termo de Referência;

d) Acompanhamento da execução de eventos cirúrgicos de alto custo na rede de credenciados aos beneficiários dos planos de assistência à saúde da CAIXA, conforme previsto neste Termo de Referência, e realizar a devida auditoria concorrente;

- e) Realização de intermediação junto ao médico assistente quanto a proposição, quando recomendável e quadro clínico se justifique, de alta do paciente ou sua transferência para a assistência domiciliar ou hospital de retaguarda comunicando à CAIXA os beneficiários enquadrados nestas condições;
- f) Apoio e orientação aos pacientes e familiares quanto às possibilidades de tratamento, desospitalização e remoções nos casos pertinentes a prestação de serviços realizada pela CONTRATADA, conforme previsto neste Termo de Referência;
- g) Realização de mediação e consenso com auditoria do prestador de serviços referente a cada um dos eventos e respectivas quantidades e valores, que compõe a conta hospitalar, procedendo a devida liberação para cobrança dos itens considerados pertinentes;
- h) Relacionamento profissional e técnico direto com a direção e/ou corpo funcional dos prestadores de serviços auditados e com os respectivos setores de faturamento para tratar de assuntos pertinentes à auditoria;
- i) Preenchimento de Relatórios de Auditorias Hospitalares (RAH), quando da liberação de cada uma das contas hospitalares/ambulatoriais, e fornecimento de via impressa e/ou cópia digital, conforme o caso, ao prestador credenciado para composição do faturamento, além da disponibilização à CAIXA e suas respectivas empresas contratadas responsáveis pelo Processamento de Contas, de cópias digitalizadas em ferramenta tecnológica acessível em sítio na internet;
- j) Realização de Auditorias de fechamento de contas, Auditorias Retrospectivas em prontuários médicos, Auditorias Concorrentes/beira leito e Censo de Internados em ferramenta tecnológica própria acessível por meio de dispositivo móvel pelo profissional auditor, possibilitando disponibilização das informações em tempo real à CAIXA e empresas por ela contratadas responsáveis pelo Processamento de Contas e Regulação;
- k) Realização pontual de visitas hospitalares a pacientes internados, para fins de auditoria retrospectiva e concorrente, conforme demandado pela CAIXA, em prestadores da rede de credenciados sediados na região de abrangência deste Termo de Referência, contudo não pertencentes a relação de prestadores inclusos na rotina de visitas mensais;
- l) Realização de visitas domiciliares em beneficiários inclusos no Programa de Atenção Domiciliar (PAD) dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, para fins de acompanhamento do quadro clínico, evolução do paciente, análise quanto a possível desmame de assistências custeadas, auditoria retrospectiva aos prontuários e emissão de parecer para subsidiar à CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação quanto as solicitações de autorização para prorrogação das assistências e ou inclusão/complemento destas, conforme previsto neste Termo de Referência;
- m) Disponibilização pela CONTRATADA de ferramenta tecnológica acessível em sítio na internet que possibilite a CAIXA e empresas por ela contratadas responsáveis pelo Processamento de Contas e Regulação a consulta aos Relatórios de Auditoria Hospitalar (RAH), pareceres com subsídios quanto às solicitações de autorizações, pareceres quanto ao quadro clínico dos beneficiários, informações pertinentes às internações em curso, indicadores assistenciais de cada um dos prestadores auditados, indicações de alta hospitalar e/ou desospitalização, pareceres e relatórios de acompanhamento dos planos de atenção domiciliar, além de apresentar por meio de

painéis dashboards censo dos beneficiários internados com as respectivas classificações dos quadros clínicos, referente a prestação de serviços executada prevista neste Termo de Referência;

n) Análise in loco às solicitações de autorização realizadas pelo prestador credenciado, referente àqueles inclusos no cronograma de visitas de auditoria concorrente e ou eventualmente em prestadores sediados em demais municípios da abrangência contratual, procedendo a emissão de parecer com subsídios para liberação e/ou negativa pelas empresas contratadas pela CAIXA responsáveis pela Regulação, de procedimentos realizados em caráter de urgência e ou emergência e quaisquer outras solicitações complementares à solicitação de internação principal, inclusive eletivas, como prorrogações de diárias de internação, procedimentos complementares, OPME, medicamentos de alto custo, observadas as regras de tabelas adotadas, contratos com os prestadores de serviços e a boa prática médica, procedendo a inclusão nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA;

o) Disponibilização de ferramenta tecnológica com painéis *dashboards* acessíveis à CAIXA por meio de sítio na internet, contendo informações pertinentes à qualificação da rede hospitalar/ambulatorial/assistência domiciliar e indicadores assistenciais, conforme previsto neste Termo de Referência, nos prestadores onde haja a efetiva prestação de serviços, baseado nas informações extraídas das auditorias retrospectivas de prontuário e concorrentes realizadas;

p) Disponibilização à CAIXA manual de auditoria de serviços em saúde praticado, bem como formulários de checagem de prontuário médico para homologação da CAIXA;

q) Visitas técnicas e vistoria de instalações físicas dos prestadores da rede credenciada e proponentes ao credenciamento, pessoas físicas e jurídicas, quando demandado pela CAIXA para fins de negociação, discussão de processos, extensão e novos credenciados;

r) Realização de perícias presenciais em beneficiários, nas instalações do prestador da rede de credenciados e em ambiente domiciliar, com emissão de parecer para fins de subsidiar à CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação na liberação de solicitações de autorização prévia, conforme orientações e/ou normas da CAIXA;

s) Disponibilização à CAIXA de ferramenta tecnológica em sítio na internet que possibilite a consulta dos auditores médicos e enfermeiros alocados em cada prestador da rede de credenciados para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, assim como a data das visitas realizadas e agenda com cronograma das visitas futuras previstas;

t) Consultas aos Sistemas de Gestão e normativos dos benefícios de assistência à saúde, para checagem das autorizações liberadas/negadas, contratos, tabelas de valores e/ou regras firmados com prestadores da rede de credenciados, com o objetivo de subsidiar as auditorias de prontuário médico e concorrente;

u) Fornecimento de auxílio e subsídios à CAIXA nas negociações contratuais com prestadores da rede de credenciados onde haja a efetiva prestação de serviços pela CONTRATADA;

- v) Identificação de protocolos e práticas dos prestadores da rede de credenciados que possuam influência na assistência aos beneficiários dos benefícios de assistência da saúde da CAIXA e/ou valores a serem remunerados;
- w) Elaboração de subsídios em caso de questionamentos judiciais nos casos em que atuou durante a prestação de serviços prevista neste Termo de Referência, além da indicação de perito, elaboração de quesitos judiciais, participação em perícia e emissão de parecer para quaisquer demandas dos benefícios de assistência à saúde, conforme prazos estabelecidos pela CAIXA;
- x) Revisão mensal de amostra das Guias de Atendimento faturadas, por meio dos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, para análise da compatibilidade e adequação das assistências/serviço pagos aos prestadores credenciados com os Relatórios de Auditoria Hospitalar (RAH) e pareceres da auditoria concorrente emitidos, disponibilizando relatório de inconsistências à CAIXA;
- y) Realização de reuniões periódicas com profissionais auditores dos prestadores da rede de credenciados objetos da prestação de serviços, nas sedes destes, para fins de alinhamento técnico, conforme previsto neste Termo de Referência;
- z) Realização de reuniões periódicas, por meio de seus funcionários prepostos, com representantes dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, presencialmente e/ou por meio de vídeo conferência, conforme diretriz da CAIXA, para fins de alinhamento técnico e apresentação de resultados, conforme previsto neste Termo de Referência;
- aa) Consultas, atualizações, inclusões, *downloads* e *uploads* de documentos (relatórios e pareceres), necessários a execução da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência por meio dos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA;
- ab) Consultas e respostas a demandas direcionadas pela CAIXA por meio do Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA;
- ac) Auxílio e repasse de subsídios à CAIXA para resposta as demandas de reclamações dos beneficiários, judiciais e de NIP e Processos da ANS nos casos onde houve prestação de serviços, conforme previsto neste Termo de Referência.

1.3 A prestação dos serviços será realizada nos municípios pertencentes aos estados de (**REGIÃO 1:** São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul / **REGIÃO 2:** Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, / **REGIÃO 3:** Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, relacionados no APENSO I, conforme definido pela CAIXA.

2 DAS DEFINIÇÕES

2.1 Para fins desta licitação, devem ser consideradas as definições a seguir:

- ABEMID – Associação Brasileira das Empresas de Medicina Domiciliar;
- AMB – Associação Médica Brasileira;
- ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- Auditoria concorrente/beira leito – auditoria realizada por médicos e enfermeiros auditores, presencialmente em ambiente hospitalar ou domiciliar, por meio de visitas aos pacientes durante o período de internação, procedimento cirúrgico e ou em utilização de assistências domiciliares, com objetivo de aferir a adequação dos atendimentos prestados, a sua qualidade, segurança do paciente e uso racional de insumos e assistências;
- Auditoria retrospectiva – auditoria realizada por médicos e enfermeiros auditores, presencialmente em ambiente hospitalar, por meio de consultas aos prontuários médicos dos pacientes, mediante a padrões estabelecidos, com objetivo de analisar as assistências e insumos já realizados e aplicados no paciente e aferir a conduta e adequação dos atendimentos prestados pelos credenciados a boa prática médica;
- Auditoria externa de fechamento de contas hospitalares – auditoria realizada por médicos e enfermeiros auditores, presencialmente em ambiente hospitalar, para fins de análise da adequação das contas/faturas a serem cobradas pelo credenciado à CAIXA, que contemplam as assistências e insumos realizados/aplicados no paciente, aos registros prontuários médicos, relatórios das auditorias concorrentes, normas do plano de saúde, tabelas e negociações realizadas com prestador, resoluções da ANS e conselhos de classe e autorizações prévias liberadas;
- Beneficiários – Empregados CAIXA ativos, cedidos e aposentados titulares de Benefício e Assistência à Saúde, bem como seus dependentes e pensionistas;
- Benefícios de assistência à saúde – Planos de saúde instituídos pela CAIXA, por ela administrados ou contratados, além de outros benefícios disponibilizados para fins de proporcionar assistência à saúde aos empregados da CAIXA, aposentados, pensionistas e seus dependentes;
- Convênios de Reciprocidade – Contratos de compartilhamento de rede de credenciados firmado pela CAIXA para atendimento a beneficiários de outros planos de saúde;
- Conta/Fatura – Conjunto dos documentos de cobrança dos credenciados enviados à CAIXA para pagamento referente ao atendimento do beneficiário. Esse conjunto é composto, conforme o caso, de notas fiscais/recibos, PEG e Recibos de

Transmissão Eletrônica, Guias TISS e/ou documento equivalente que o substitua, conta analítica, relação de materiais e medicamentos, relação de itens de serviços prestados, e outros documentos;

- Livre Escolha – Modalidade de atendimento em que o beneficiário escolhe um profissional/entidade não credenciado ao plano de assistência à saúde da CAIXA;
- NEAD – Núcleo Nacional das Empresas de Serviços de Atenção Domiciliar;
- NIP – Notificação de Intermediação Preliminar da ANS;
- OPME – Órteses, próteses e materiais especiais;
- PAD – Programa de Atenção Domiciliar, programa assistencial dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA caracterizado por um conjunto de ações de promoção à saúde e tratamento de doenças e reabilitação prestadas em domicílio, clínicas de reabilitação e hospitais de retaguarda;
- PEG – Protocolo de Entrega de Guias;
- Perícia documental – é a avaliação técnica baseada em documentos relativos ao beneficiário dos benefícios de assistência à saúde;
- Perícia presencial – é a avaliação técnica com base no exame físico do beneficiário dos benefícios de assistência à saúde;
- Plano de assistência à saúde – Plano de saúde instituído pela CAIXA e por ela administrado sob a modalidade de autogestão para atendimento aos empregados da CAIXA e seus dependentes, além dos beneficiários de convênios de reciprocidade;
- Preposto – Empregado da CONTRATADA com nomeação, delegação ou incumbência para representá-la perante a CAIXA;
- Prestadores da Rede Credenciada – Pessoas físicas ou jurídicas contratadas pela CAIXA para prestação de serviços em saúde;
- Proponente – Entidades/Instituições/Profissionais candidatos ao credenciamento aos benefícios de assistência à saúde da CAIXA;
- RAH – Relatório de auditoria hospitalar;
- Sistemas de Gestão – quaisquer sistemas utilizados ou indicados pela CAIXA para operacionalização dos processos pertinentes aos benefícios de assistência à

saúde, tais como regulação, autorização, credenciamento, cadastro de beneficiários, cobrança de mensalidade e coparticipação, auditoria, processamento de contas, reembolso etc.;

- Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento – É o sistema da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA para recepção, designação e geração de demandas entre a CAIXA, beneficiários, credenciados e empresas contratadas, controle de ocorrências e prazos e CRM;
- TISS – Troca de Informações em Saúde Suplementar;
- UTI – Unidade de Tratamento Intensivo;
- XML - eXtensible Markup Language.

3 DAS ROTINAS E ESPECIFICAÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1.1 A prestação dos serviços deve ser realizada de acordo com as orientações a seguir relacionadas, cabendo à CONTRATADA executar as seguintes atividades:

3.2 AUDITORIA CONCORRENTE / BEIRA LEITO

3.2.1 A CONTRATADA deverá realizar, por meio de médicos e enfermeiros auditores, visitas periódicas aos prestadores credenciados da CAIXA para execução de serviços hospitalares, inseridos na rotina de auditoria externa e sediados nos municípios relacionados no APENSO I, com o objetivo de verificar a pertinência, adequação, qualidade, segurança do paciente e uso racional de insumos e assistências dos atendimentos prestados aos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, bem como avaliar se as condutas adotadas para assistência estão de acordo com o quadro clínico apresentado.

3.2.2 A CONTRATADA deverá previamente possuir autorização do prestador credenciado para execução das visitas hospitalares, assim como possuir pleno conhecimento das normas e diretrizes clínicas da instituição para execução dos serviços de auditoria concorrente / beira leito e visitas técnicas.

3.2.2.1 Caberá a CONTRATADA solicitar autorização prévia à Direção Clínica do prestador credenciado e ao beneficiário e/ou familiar responsável, para que seus auditores realizem a visita ao paciente internado, identificando-se como auditores dos planos de saúde da CAIXA.

3.2.2.2 Eventuais negativas de acesso ao beneficiário internado para realização de visita deverão ser formalizadas pela CONTRATADA à CAIXA.

3.2.3 A CONTRATADA deverá consultar diariamente a administração e/ou direção clínica hospitalar para apurar o censo de pacientes internados, para fins identificar os beneficiários elegíveis a visita para execução da auditoria concorrente, conforme previsto neste Termo de Referência, além de disponibilização do censo à CAIXA, por meio de ferramenta tecnológica acessível em sítio na internet.

3.2.4 As visitas hospitalares para execução da auditoria concorrente deverão ser realizadas nos beneficiários internados enquadrados nos critérios estabelecidos abaixo:

a) Internações clínicas e/ou cirúrgicas em enfermaria/apartamento/UTI de pacientes classificados como críticos, conforme critérios estabelecidos pela CAIXA, em caráter eletivo ou urgência/emergência: visita inicial deverá ser realizada obrigatoriamente por médico em até 1 (um) dia útil após o dia da internação, sendo as demais visitas com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis;

b) Internações clínicas e/ou cirúrgicas em apartamento/enfermaria/UTI com indicativo de alto custo, conforme critérios estabelecidos pela CAIXA, em caráter eletivo ou urgência/emergência: visita inicial deverá ser realizada obrigatoriamente por médico em até 1 (um) dia útil após o dia da internação, sendo as demais visitas com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis.

c) Internações em UTI: visita inicial deverá ser realizada obrigatoriamente por médico em até 1 (um) dia útil após o dia da internação, sendo as demais visitas com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis.

d) Internações em caráter de urgência/emergência: visita inicial deverá ser realizada obrigatoriamente por médico em até 1 (um) dia útil após o dia da internação, sendo as demais visitas com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis.

f) Internação de paciente com retorno não programado ao centro cirúrgico dentro do prazo de 30 (trinta) dias da última intervenção cirúrgica: visita inicial deverá ser realizada obrigatoriamente por médico em até 1 (um) dia útil após o dia da internação, sendo as demais visitas com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis.

g) Internação clínica ou cirúrgica de paciente oriundo de internação domiciliar: visita inicial deverá ser realizada obrigatoriamente por médico em até 1 (um) dia útil após o dia da internação, sendo as demais visitas com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis;

- e) Internações clínicas ou pediátricas em apartamento/enfermaria de pacientes não críticos, em caráter eletivo: visita deverá ser realizada em até 1 (um) dia útil após o dia da internação com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis;
- f) Internações cirúrgicas em apartamento/enfermaria de pacientes não críticos, em caráter eletivo: visita inicial deverá ser realizada obrigatoriamente por médico no 1º (primeiro dia útil) após o 2º (segundo) dia de internação, sendo as demais visitas com periodicidade a cada 03 (três) dias úteis;
- g) Internações obstétricas em apartamento/enfermaria de pacientes não críticos, em caráter eletivo: visita inicial deverá ser realizada no 1º (primeiro dia útil) após o 3º (terceiro) dia de internação, sendo as demais visitas com periodicidade a cada 03 (três) dias úteis;
- h) Pacientes internados cuja visita foi demandada pela CAIXA, em municípios elencados no APENSO I: visita inicial deverá ser realizada no 1º (primeiro dia útil) após solicitação da CAIXA, sendo as demais visitas com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis;
- i) Internações psiquiátricas: visitar 1 vez a cada 15 (quinze) dias para verificar pertinência e continuidade da internação;
- j) Internação de pacientes enquadrados nas situações abaixo: visita inicial deverá ser realizada obrigatoriamente por médico em até 1 (um) dia útil após o dia da internação, sendo as demais visitas com periodicidade diária (útil);
- Paciente em uso de antibióticos e/ou antifúngicos de amplo espectro;
 - Paciente em uso de medicamento imunobiológico;
 - Paciente em uso de medicamento quimioterápico / radioterapia;
 - Paciente em uso de medicamento de alto custo (valor de menor unidade em sua apresentação de R\$ 1.000,00 (mil reais));
 - Paciente submetido a transplante;
 - Paciente submetido a procedimento cirúrgico que evoluiu no pós-operatório com a necessidade de nova intervenção;
 - Paciente acometido por lesão de pele e em uso de curativo especial;
 - Paciente acometido por bactéria multirresistente;
 - Paciente admitido com doença considerada rara, exemplo: Atrofia Muscular Espinhal (AME), Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), Esclerose Múltipla (EM), dentre outras.

3.2.5 A CONTRATADA, por meio do médico auditor, deverá acompanhar, durante a execução, os eventos cirúrgicos Cardiológicos, Neurológicos, Odontológicos/Buco Maxilo Facial e Ortopédicos que possuem previsão de utilização de OPME com custo igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de forma a evidenciar a

qualidade da assistência realizada, a utilização dos OPME, conforme autorização prévia e a utilização racional dos insumos.

3.2.5.1 A indicação de acompanhamento pelo médico auditor dos eventos cirúrgicos será formalizada pela CAIXA e/ou empresa por ela contratada responsável pela Regulação à CONTRATADA com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, de forma a possibilitar que a CONTRATADA solicite as autorizações devidas junto à Direção Clínica do prestador credenciado, médico assistente e ao beneficiário e/ou familiar responsável.

3.2.6 As informações pertinentes as Auditorias Concorrentes executadas deverão ser formalizadas pelo profissional auditor em dispositivo móvel que possibilite o preenchimento de relatórios e emissão de pareceres em ferramenta tecnológica da CONTRATADA acessível na internet, assim como possibilite ao auditor o acesso aos Sistemas de Gestão da CAIXA por meio da internet para inclusão/*upload* dos pareceres/relatórios por ele realizados, de forma a permitir a CAIXA e empresas por ela contratadas responsáveis pela Regulação e Processamento de Contas a consulta aos relatórios e pareceres no mesmo dia da visita realizada.

3.2.6.1 Será responsabilidade da CONTRATADA indicar nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde a data de realização de cada uma das visitas ao beneficiário internado, assim como do auditor responsável, de forma a possibilitar a CAIXA o acompanhamento da prestação de serviços.

3.2.7 Os relatórios e pareceres do profissional auditor deverão conter evidências científicas, recomendações dos respectivos conselhos e/ou estudos que evidenciam justificam o parecer, evidenciar a condição e evolução clínica dos pacientes, a pertinência técnica das assistências recebidas e insumos utilizados, ajustes necessários nas assistências, indicar se há necessidade de alta, riscos assistenciais e financeiros constatados, correlacionando-as com as solicitações de autorizações realizadas, indicando as perspectivas de evolução do quadro clínico para alta hospitalar.

3.2.7.1 Em todo o período da internação, conforme previsto neste Termo de Referência, o médico auditor deve acompanhar a evolução clínica do paciente e a conduta médica, principalmente quanto à pertinência dos exames e procedimentos solicitados/executados (analisando inclusive seus resultados), da medicação prescrita/administrada, materiais utilizados, dos equipamentos especiais e instalações/acomodação disponibilizados para o tratamento, assim como o período de permanência nas diferentes unidades de internação, inclusive quanto às necessidades de prorrogações do período de internação e/ou utilização de novas assistências, complementando com a análise das informações contidas em prontuário médico.

3.2.7.2 Nas internações cirúrgicas em caráter de urgência e emergência com utilização de OPME, caberá ao médico auditor solicitar ao prestador credenciado a documentação

pertinente a indicação médica e de utilização de OPME para validação, sendo o parecer do auditor anexado nos Sistemas de Gestão da CAIXA e fornecido ao prestador.

3.2.7.3 Nas internações de pacientes em uso medicamentos de alto custo, antibióticos e/ou antifúngicos de amplo espectro caberá ao médico auditor solicitar ao prestador credenciado a documentação pertinente a indicação médica com as devidas justificativas para validação, de forma a comprovar a necessidade e controlar rigorosamente a aplicação destes.

3.2.7.4 Os pareceres e relatórios emitidos pelo profissional auditor deverão evidenciar claramente a evolução clínica dos pacientes, bem como situações relacionadas a assistência prestada incompatíveis com a boa prática médica e/ou em inconformidade com quadro clínico do beneficiário, e que possam acarretar em prejuízos a qualidade da assistência prestada, maiores custos das contas hospitalares, aumentos injustificados nos tempos de internação e utilização de insumos, cabendo a CONTRATADA adotar, quando for o caso, as devidas providências junto ao prestador credenciado para ajustes necessários e reportar para atuação da CAIXA, evitando pagamentos indevidos, mediante os preceitos de melhores práticas assistenciais, às normas legais e de ética profissional.

3.2.7.5 A CONTRATADA deverá relatar em seus pareceres eventuais oportunidades de redução de custos nos atendimentos prestados pelo prestador credenciado indicando possibilidades de negociações pontuais com credenciado para redução da conta médico-hospitalar.

3.2.8 A CONTRATADA, por meio do médico auditor, deverá intermediar junto ao médico assistente, quando recomendável e quadro clínico se justifique, a proposição de alta hospitalar do paciente ou sua transferência para a assistência domiciliar ou hospital de retaguarda, de forma a proporcionar assistência de maior qualidade e humanizada ao beneficiário, além de comprovadamente possibilitar economicidade a CAIXA.

3.2.8.1 A avaliação pela CONTRATADA quanto à adequação da transferência do paciente para assistência domiciliar ou hospital de retaguarda também deverá ocorrer quando das indicações do médico assistente, mediante a análise do enquadramento nas normas da CAIXA e emissão de parecer, além de preenchimento das tabelas de avaliação de complexidade assistencial - ABEMID e tabela de avaliação para internação domiciliar – NEAD e/ou outros critérios indicados pela CAIXA, além da análise quanto a economicidade das assistências domiciliares perante a internação em ambiente hospitalar, com emissão de laudo consubstanciado para decisão da CAIXA.

3.2.8.1.1 Os pareceres e tabelas de avaliação devem ser concluídos pela CONTRATADA e disponibilizados à CAIXA, por meio dos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, em até 2 (dois) dias úteis, contadas a partir do envio da solicitação pelo prestador credenciado/médico assistente e/ou da CAIXA ou Central de Regulação.

3.2.8.1.2 Para análise e emissão dos pareceres e tabelas de avaliação, fica VEDADA a análise documental ou aquela realizada através de contato telefônico, sem a devida visita in loco, exceto quando previamente deliberado pela CAIXA.

3.2.8.1.3 É VEDADO ao auditor autorizar, vetar, bem como modificar, procedimentos propedêuticos e/ou terapêuticos solicitados, sendo que em situações de indiscutível conveniência para o paciente, o auditor deverá fundamentar e comunicar por escrito seu parecer para avaliação e decisão do médico assistente.

3.2.8.1.4 É VEDADO ao profissional auditor disponibilizar os pareceres e tabelas de avaliação aos beneficiários e/ou família, e até mesmo informar verbalmente o resultado da visita realizada.

3.2.9 A CONTRATADA, por meio dos profissionais auditores, deverá apoiar e orientar os pacientes internados e familiares quanto à viabilização e disponibilidade dos tratamentos e exames indicados pelo médico assistente, conforme previstas no rol de custeio dos benefícios de assistência à saúde, desospitalização e remoções.

3.2.10 Durante o acompanhamento das internações, será responsabilidade da CONTRATADA, por meio do médico auditor, subsidiar a CAIXA e/ou as empresas contratadas pela CAIXA responsáveis pela Regulação, quando demandadas, quanto às solicitações de autorização eletivas complementares à solicitação principal e/ou quaisquer solicitações de urgência/emergência, de procedimentos, materiais, medicamentos, OPME, remoções e assistência domiciliar, inclusive prorrogações de diárias de internação, realizadas pelo prestador credenciado, procedendo análise aos questionamentos com emissão de parecer conclusivo quanto a liberação e/ou negativa para avaliação e deliberação da CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação, conforme prazos estabelecidos no item **3.8**, observadas as regras de tabelas adotadas, contratos com os prestadores de serviços e a boa prática médica, sendo o parecer formal emitido disponibilizado a empresa contratada de Regulação e/ou CAIXA, por meio dos Sistemas de Gestão e/ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde ou e-mail, conforme diretrizes da CAIXA.

3.2.10.1 Quando das solicitações complementares e/ou de urgência/emergência de OPME e remoções, caberá à CONTRATADA avaliar sua pertinência técnica e emissão de parecer, quando demanda, cabendo a empresa contratada pela CAIXA responsável pela Regulação a deliberação da autorização e respectivos valores, conforme orçamentos realizados, quando exigido.

3.2.10.2 As solicitações de subsídios referente as solicitações de autorização serão demandadas à CONTRATADA pela CAIXA e/ou empresas contratadas responsáveis pela regulação, por meio dos Sistemas de Gestão e/ou Sistema de

Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde ou e-mail, conforme diretrizes da CAIXA.

3.2.10.3 A CAIXA poderá requerer a CONTRATADA a realização de visitas adicionais a beneficiários internados, em municípios inclusos no APENSO I ou demais municípios previstos na abrangência contratual, objetivando a emissão de parecer de forma a subsidiar às solicitações de autorização prévia.

3.2.10.3.1 Solicitações de subsídios referente a autorizações prévias em caráter de urgência/emergência em municípios não inclusos na rotina mensal de visitas e auditoria concorrente/fechamento de contas, conforme APENSO I, poderão ser requeridas quando a CONTRATADA já houver realizado visita prévia ao beneficiário internado.

3.2.10.4 Não caberá a CONTRATADA a deliberação direta ao prestador credenciado de quaisquer assistências/procedimentos, sendo esta realizada exclusivamente pela CAIXA e/ou empresas contratadas responsáveis pela Regulação.

3.2.11 Todos os pareceres e avaliações realizados pela CONTRATADA deverão ser conclusivos e conter evidências científicas, recomendações dos respectivos conselhos e/ou estudos que evidenciam justificam o parecer, ser datados e assinados pelo auditor responsável mediante a carimbo, disponibilizados à CAIXA e às empresas por ela contratadas responsáveis pela Regulação e Processamento de Contas, em formato PDF, por meio dos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, Sistemas de Relacionamento da Central de Atendimento e também em ferramenta tecnológica da própria CONTRATADA acessível em sítio na internet, conforme diretriz da CAIXA.

3.2.12 A CAIXA poderá demandar a CONTRATADA visita à pacientes internados em quaisquer municípios localizados nos estados de abrangência contratual, inclusive para os municípios não previstos no APENSO I e/ou para beneficiário não enquadrados nos critérios estabelecidos no item **3.2.4**, para fins de auditoria concorrente, avaliação de quadro clínico e assistências/serviços prestados e/ou indicados, avaliação quanto a desospitalização e transferência para assistência domiciliar e/ou hospital de retaguarda, cabendo a CONTRATADA a realização destas e emissão de pareceres e disponibilização à CAIXA em até 3 (três) dias úteis, devendo ser adotadas as mesmas rotinas previstas no item **3.2** e subitens deste Termo de Referência.

3.3 VISITA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PAD E PERÍCIA MÉDICA DOMICILIAR

3.3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais médicos, enfermeiros, assistente social e/ou fisioterapeutas auditores, conforme a necessidade clínica, para realizar, visita técnica na residência, clínica ou hospital de retaguarda referente aos beneficiários inclusos no PAD, na instalação e/ou prorrogação das assistências, para fins de acompanhamento do quadro de saúde, evolução do paciente, cumprimento e adequação a autorização prévia e plano de tratamento, análise quanto a continuidade

das assistências e/ou possível desmame de assistências custeadas, auditoria retrospectiva aos prontuários e subsídios à CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação referente as solicitações de autorização para prorrogação das assistências e ou inclusão/complemento destas.

3.3.2 As visitas aos beneficiários inclusos no PAD serão executadas nos municípios relacionados no APENSO I e eventualmente em demais municípios da abrangência contratual.

3.3.3 A avaliação pela CONTRATADA quanto à continuidade, incremento ou desmame de assistências deverá ocorrer por meio de visita técnica e emissão de parecer e ser embasada na pertinência técnica, conforme prática médica, e enquadramento nas normas da CAIXA e critérios da tabela de avaliação de complexidade assistencial - ABEMID e tabela de avaliação para internação domiciliar – NEAD e/ou outros critérios indicados pela CAIXA.

3.3.4 Para análise e emissão dos pareceres e tabelas de avaliação, fica VEDADA a análise documental ou aquela realizada através de contato telefônico, sem a devida visita in loco, exceto quando previamente deliberado pela CAIXA.

3.3.5 É VEDADO ao auditor autorizar, vetar, bem como modificar, procedimentos propedêuticos e/ou terapêuticos solicitados, sendo que em situações de indiscutível conveniência para o paciente, o auditor deverá fundamentar e enviar parecer à CAIXA e/ou empresa contratada de Regulação, conforme diretriz, para deliberação.

3.3.6 É VEDADO ao profissional auditor disponibilizar os pareceres e tabelas de avaliação aos beneficiários e/ou família, e até mesmo informar verbalmente o resultado da visita realizada.

3.3.7 Os beneficiários inclusos no PAD com previsão de visitas, assim como endereço e telefone de contatos, serão indicados pela CAIXA e/ou empresas contratadas responsáveis pela Regulação, por meio do Sistema de Gestão, Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento e/ou e-mail, conforme diretriz, cabendo a CAIXA informar à CONTRATADA quanto a inclusões e exclusões dos beneficiários elegíveis.

3.3.7.1 A CONTRATADA será responsável por contatar o beneficiário e/ou interlocutor e prestador responsável pelas assistências para solicitar autorização e agendamento para visita técnica.

3.3.7.2 Para assistências domiciliares não enquadradas como internação domiciliar, as visitas deverão ser realizadas quando demandadas pontualmente pela CAIXA obedecendo-se a periodicidade determinada pela CAIXA.

3.3.8 As visitas técnicas aos beneficiários inclusos no PAD deverão ser realizadas pela CONTRATADA 1 (uma) vez ao mês, sendo os pareceres e preenchimento das tabelas de avaliação de complexidade assistencial - ABEMID e tabela de avaliação para internação domiciliar – NEAD e/ou outros critérios indicados pela CAIXA, de cada um dos beneficiários, deverão ser concluídos pela CONTRATADA e disponibilizados à CAIXA, por meio dos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde e/ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento, conforme diretriz da CAIXA, até o dia 20 (vinte) de cada mês.

3.3.8.1 A CAIXA poderá estabelecer periodicidades distintas de visitas por beneficiários, conforme quadro clínico destes, cabendo a CONTRATADA o cumprimento das visitas na periodicidade determinada.

3.3.8.2 A CONTRATADA deverá indicar no parecer mensal de cada caso, evidências científicas, recomendações dos respectivos conselhos e/ou estudos que evidenciam justificam o parecer e se as assistências domiciliares prestadas ao paciente são comprovadamente menos onerosas para o plano de assistência à saúde que a internação em ambiente hospitalar, com emissão de laudo consubstanciado para decisão da CAIXA.

3.3.8.3 A CAIXA poderá indicar a realização de visitas adicionais durante o mês, em casos de solicitação de incremento de assistências pelo médico assistente, piora do quadro clínico do beneficiário e/ou problemas nas assistências prestadas pela empresa credenciada ou contratada pelo beneficiário/responsável, devendo a visita e disponibilização dos pareceres e tabelas de avaliação à CAIXA ocorrer em até 3 (três) dias úteis após demanda da CAIXA.

3.3.8.4 Será responsabilidade da CONTRATADA indicar nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde a data de realização de cada uma das visitas ao beneficiário incluso no PAD, assim como do auditor responsável, de forma a possibilitar a CAIXA o acompanhamento da prestação de serviços.

3.3.9 Será responsabilidade da CONTRATADA, por meio do médico auditor, subsidiar à CAIXA e/ou empresas contratadas responsáveis pela Regulação, quando demandada, quanto às solicitações de autorização realizadas pelo prestador credenciado e/ou beneficiário/responsável referente a inclusão e/ou alterações de quaisquer assistências domiciliares e remoções, procedendo análise aos questionamentos com emissão de parecer conclusivo quanto a liberação e/ou negativa para avaliação e deliberação da CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação, conforme prazos estabelecidos no item 3.8, observadas as regras de tabelas adotadas, contratos com os prestadores de serviços e a boa prática médica, sendo o parecer formal emitido disponibilizado a empresa contratada de Regulação e/ou CAIXA, por meio dos Sistemas de Gestão e/ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde ou e-mail, conforme diretrizes da CAIXA.

3.3.9.1 As solicitações de subsídios referente as solicitações de autorização serão demandadas à CONTRATADA pela CAIXA e/ou empresas contratadas responsáveis pela regulação, por meio dos Sistemas de Gestão e/ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde ou e-mail, conforme diretrizes da CAIXA.

3.3.9.2 Não caberá a CONTRATADA a deliberação direta ao prestador credenciado de quaisquer assistências/procedimentos, sendo esta realizada exclusivamente pela CAIXA e/ou empresas contratadas responsáveis pela Regulação.

3.3.9.3 A CAIXA poderá requerer a CONTRATADA a realização de visitas adicionais a beneficiários internados em regime domiciliar, em municípios inclusos no APENSO I ou demais municípios previstos na abrangência contratual, objetivando a emissão de parecer de forma a subsidiar às solicitações de autorização prévia.

3.3.9.3.1 Solicitações de subsídios referente a autorizações prévias em caráter de urgência/emergência em municípios não inclusos na rotina mensal de visitas e auditoria concorrente/fechamento de contas, conforme APENSO I, poderão ser requeridas quando a CONTRATADA já houver realizado visita prévia ao beneficiário.

3.3.10 A CONTRATADA, ao identificar impropriedades ou irregularidades na prestação do serviço ao paciente, deve fundamentar suas recomendações e comunicar o fato por escrito à CAIXA e/ou empresa contratadas de Regulação, conforme diretriz.

3.3.11 A CONTRATADA deverá informar imediatamente a CAIXA qualquer dificuldade ou impedimento para executar as atividades demandadas dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, indicando novo prazo para execução do serviço solicitado, para avaliação e aceite da CAIXA.

3.3.12 Caberá a CONTRATADA realizar, mediante a solicitação da CAIXA, perícia médica presencial em domicílio do beneficiário, residentes nos municípios relacionados no APENSO I, e emissão de parecer, para fins de:

- Enquadramento do beneficiário como pessoa com deficiência e/ou com deficiência permanente e incapaz;
- Para fins de concessão de autorização prévia, quando a CAIXA indique a necessidade de avaliação presencial devido a perícia documental ser insuficiente para emissão de parecer conclusivo;
- Nos casos previstos nos normativos e regras dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA

3.3.12.1 Os pareceres referentes as perícias realizadas devem ser concluídos pela CONTRATADA e disponibilizados à CAIXA, por meio dos Sistemas de Gestão e/ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência

à saúde dos benefícios de assistência à saúde e/ou e-mail, em até 2 (dois) dias úteis, conforme diretrizes previamente estabelecidas, contadas a partir do envio da solicitação pela CAIXA.

3.3.13 Todos os pareceres e avaliações realizados pela CONTRATADA deverão ser conclusivos e conter evidências científicas, recomendações dos respectivos conselhos e/ou estudos que evidenciam justificam o parecer, ser datados e assinados pelo auditor responsável mediante a carimbo, disponibilizados à CAIXA, e às suas Centrais de Regulação e Processamento de Contas, em formato PDF, por meio dos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, Sistemas de Relacionamento da Central de Atendimento e também em ferramenta tecnológica da própria CONTRATADA acessível em sítio na internet, conforme diretriz da CAIXA.

3.3.14 A CAIXA poderá demandar a CONTRATADA visita técnica na residência, clínica ou hospital de retaguarda referente aos beneficiários inclusos no PAD em quaisquer municípios localizados nos estados de abrangência contratual e não previstos no APENSO I, cabendo a CONTRATADA a realização destas e emissão de pareceres e disponibilização à CAIXA em até 3 (três) dias úteis, devendo ser adotadas as mesmas rotinas previstas no item **3.3** e subitens deste Termo de Referência.

3.4 AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS

3.4.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais médicos e enfermeiros auditores, para realização de auditoria retrospectiva por meio consultas e análises aos prontuários médicos dos beneficiários dos planos de assistência à saúde da CAIXA e dos convênios de reciprocidade, afim de verificar a evolução clínica e todas as assistências, procedimentos, exames, insumos e condutas praticadas, e assim realizar a correspondente auditoria de fechamentos de contas antes da apresentação desta pelo prestador credenciado à CAIXA, a partir da checagem das contas hospitalares e/ou domiciliares com os registros de prontuário, autorizações ORAÇMENTAVias, relatórios de auditoria concorrente / visita técnica, contrato do prestador credenciado e normas dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, objetivando:

a) analisar a assistência prestada ao beneficiário, por meio de auditoria de enfermagem, a partir da evolução diária do prontuário e dos registros dos cuidados, de forma a evidenciar em seu relatório o diagnóstico, evolução, procedimentos, rotinas diárias, marca e a pertinência e quantidade dos medicamentos e materiais descartáveis utilizados e cobrados, conformidade das taxas e equipamentos utilizados e cobrados com os serviços prestados e acordado entre as partes, adequação da cobrança das OPME, realizando a devida identificação, especificações e checagem se houve autorização prévia e existência de Nota Fiscal de compra, além da verificação das anotações das informações constantes nas etiquetas do produto e aposição de rubrica das etiquetas anexadas aos prontuários, pertinência no consumo de gases medicinais, bem como seus registros;

b) analisar, por meio de auditoria médica, a evolução clínica do paciente, a conduta médica e a pertinência técnica das assistências, procedimentos, exames e insumos solicitados e executados, a partir da avaliação do procedimento autorizado x realizado, resultados dos exames, medicação prescrita/administrada, materiais utilizados, dos equipamentos especiais e instalações/acomodação disponibilizados para o tratamento, assim como o período de permanência nas diferentes unidades de internação, inclusive quanto às necessidades de prorrogações do período de internação.

3.4.1.1 A auditoria retrospectiva e de fechamento de contas será executada na sede dos prestadores credenciados inseridos na rotina de auditoria externa, além da residência dos beneficiários incluídos no PAD, localizados nos municípios relacionados no APENSO I.

3.4.1.2 A auditoria retrospectiva e de fechamento de contas deverá ser realizada nos atendimentos hospitalares, ambulatoriais, de pronto socorro e em regime de internação, além das contas de beneficiários inclusos no PAD.

3.4.1.2.1 A CAIXA poderá indicar a necessidade de realização da auditoria retrospectiva e de fechamento de contas em prestadores hospitalares, laboratórios e/ou clínicas, inclusive clínicas de tratamento oncológico.

3.4.1.3 A CONTRATADA realizará auditoria retrospectiva e de fechamento de contas em atendimentos de beneficiários inclusos no PAD indicados pela CAIXA, cabendo à CAIXA a indicação, até o dia 5 (cinco) de cada mês, dos atendimentos cuja auditoria de fechamento de contas será necessária.

3.4.1.4 A CAIXA encaminhará a CONTRATADA os normativos, contratos, tabelas de valores e parâmetros negociais acordados com prestadores da rede credenciada, de forma a possibilitar a realização da auditoria de fechamento de contas, assim como será responsável por comunicar a CONTRATADA inclusões e alterações nos documentos.

3.4.1.4.1 A CONTRATADA deverá manter armazenamento digital dos normativos, negociações e contratos firmados com prestadores credenciados para fins da auditoria de fechamento de contas.

3.4.1.4.2 A CONTRATADA deverá dispor de solução tecnológica para transferência e armazenamento de arquivos para possibilitar a CAIXA acesso e envio, por meio de transferência de dados (*upload*) das informações relativas aos normativos, negociações, contratos e demais documentos necessários a prestação de serviços.

3.4.2 A auditoria de enfermagem deverá contar com a supervisão/assessoria técnica do médico auditor, ficando o mesmo atento ao atendimento imediato às demandas da

auditoria de enfermagem ou da própria CAIXA, quanto à manutenção de internamentos e/ou prorrogações desnecessárias, mediante a auditoria concorrente.

3.4.2.1 A CONTRATADA deverá garantir a participação direta do médico, junto com o enfermeiro, na auditoria retrospectiva e de fechamento de contas, a fim de verificar se a cobrança de diárias, materiais, medicamentos, gases, taxas, equipamentos e honorários médicos estão compatíveis com histórico/evolução do paciente, definindo assim, a necessidade de glosas/correções ou envio para decisão administrativa da CAIXA, quando houver enquadramento em situações previamente estabelecidas pela CAIXA.

3.4.3 Os honorários médicos, OPME e medicamentos de alto custo previstos nas contas apresentadas pelos prestadores credenciados deverão ser avaliados apenas por auditor médico da CONTRATADA, com a devida sinalização de aceite ou negativa quanto a inclusão da despesa em conta, contendo identificação através de carimbo e assinatura do médico auditor.

3.4.4 A CONTRATADA deverá previamente possuir autorização do prestador credenciado ou empresa responsável pelas assistências domiciliares, para acesso aos prontuários médicos para fins de execução da auditoria retrospectiva, assim como possuir pleno conhecimento das normas e diretrizes clínicas da instituição para execução dos serviços.

3.4.4.1 Caberá a CONTRATADA solicitar autorização prévia à Direção Clínica do prestador credenciado e ao beneficiário e/ou familiar responsável, para que seus auditores realizem a auditoria retrospectiva em prontuário médico, identificando-se como auditores dos planos de saúde da CAIXA.

3.4.4.2 Eventuais negativas de acesso ao prontuário médico para realização da auditoria retrospectiva deverão ser formalizadas pela CONTRATADA à CAIXA.

3.4.4.3 Será responsabilidade da CONTRATADA manter contato e relacionamento com prestador credenciado a fim de estabelecer rotina, cronograma e agenda de visitas para fins da execução da auditoria retrospectiva e de fechamento de contas hospitalares e de assistência domiciliar, sendo que as análises das contas e liberação das cobranças deverão obedecer a ordem cronológica dos atendimentos e emissão das faturas, em conformidade com o tempo de internação do beneficiário.

3.4.4.3.1 As contas e despesas complementares que forem apresentadas pelos prestadores aos auditores deverão atender aos prazos de apresentação previstos nos contratos de credenciamento e normativos da CAIXA, caso contrário, a CONTRATADA deverá sinalizar à CAIXA para posterior análise e autorização.

3.4.4.3.2 A CONTRATADA deverá orientar aos prestadores credenciados quanto a necessidade das contas a serem encaminhadas à CAIXA corresponderem exatamente

ao consenso estabelecido no RAH entre os auditores da CONTRATADA e do prestador, além de viabilizar junto a este o envio das contas sem os itens já glosados durante a auditoria de fechamento de contas.

3.4.4.3.3 A agenda de visitas para realização de auditoria retrospectiva e de fechamento de contas pela CONTRATADA deverá ser realizada, conforme rotina de faturamento de cada prestador credenciado, antes da data limite estabelecida pelo prestador para fechamento das contas, e prever no mínimo 1 (uma) visita mensal e no máximo 1 (uma) visita a cada 15 (quinze) dias por prestador credenciado, de forma a possibilitar a auditoria de todas as contas hospitalares, sendo que caberá a CAIXA estabelecer diretrizes ou negociação direta com prestador credenciado de forma a alterar os prazos e rotinas de faturamento que interfiram na variação a maior ou menor do período de fechamento de contas e por consequência da quantidade de visitas de auditoria no mês, sendo variações no volume de prestação de serviços características intrínsecas do objeto contratual, sem ônus para a CAIXA.

3.4.4.3.3.1 As visitas para auditoria retrospectiva e de fechamento de contas pela CONTRATADA na residência de beneficiários inclusos no PAD, será realizada conforme estabelecido no item **3.4.1.3**, sendo 1 (uma) visita no mês, quando indicado pela CAIXA, e conforme rotina de faturamento de cada prestador credenciado, antes da data limite estabelecida por este para fechamento das contas.

3.4.4.3.4 Nos casos de internações de longa permanência (igual ou superior a 15 dias), o período das parciais deverão ser de, no mínimo, 15 (quinze) dias, sendo casos excepcionais sinalizados à CONTRATADA pela CAIXA.

3.4.4.3.5 Cabe exclusivamente ao prestador credenciado a opção pelo prazo (quinzenal ou mensal) para apresentação das faturas para conferência, análise e auditoria da CONTRATADA, de modo que eventuais oscilações na quantidade de documentos para tratamento por parte da CONTRATADA são características intrínsecas do objeto contratual, sem ônus para a CAIXA.

3.4.4.3.6 A auditoria de fechamento de contas prevê a realização de 1 (uma) visita complementar mensal ao prestador credenciado indicado pela CAIXA, conforme rotina acordada com prestador, para discussão de consenso quanto a glosas e recursos de glosa aplicados anteriormente ao efetivo pagamento ao credenciado, sendo esta não considerada como visita adicional para fins de faturamento à CAIXA pela CONTRATADA.

3.4.4.3.7 A CAIXA poderá indicar a CONTRATADA a necessidade de visitas adicionais a prestadores da rede credenciada, a ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para discussão e consenso quanto a recursos de glosa após efetivo pagamento ao credenciado das contas objeto do recurso, sendo esta considerada para fins de faturamento à CAIXA pela CONTRATADA.

3.4.5 As informações contidas nas contas apresentadas pelo prestador credenciado deverão ser confrontadas com o prontuário médico do paciente, com as autorizações concedidas, com as notas fiscais de compra ou fornecimento de OPME e com os relatórios das auditorias concorrentes, preenchidos durante as visitas hospitalares, evitando que haja pagamento pela CAIXA de itens não realizados e/ou itens não utilizados ou que não possuam pertinência técnica.

3.4.5.1 A taxa de comercialização de OPME deve ser liberada conforme percentual acordado em contrato com o prestador e baseado no valor da OPME autorizada e efetivamente utilizada, conforme evidências apresentadas pelo prestador aos auditores, inclusive nota fiscal.

3.4.5.2 A CONTRATADA não realizará a auditoria de fechamento de contas de pacotes e consultas médicas cobrados de forma isolada, exceto quando solicitado pela CAIXA.

3.4.5.3 A CONTRATADA deverá analisar de forma criteriosa e apresentar justificativas no RAH para os atendimentos que extrapolem o tempo de internação e quando houver discrepância nos valores cobrados para o caso clínico a fim de apurar se as assistências, procedimentos, insumos e despesas estão compatíveis com histórico/evolução do paciente, definindo assim, a necessidade de glosas/correções ou gestões junto à CAIXA.

3.4.5.4 Quando houver dúvidas quanto a autorizações emitidas, para possibilitar a correta auditoria de fechamento de contas, a CONTRATADA deverá solicitar esclarecimentos a empresa contratada pela CAIXA responsável pela Regulação, por meio dos SISTEMAS de Gestão, SISTEMAS de Relacionamento da Central de Atendimento, e-mail e/ou telefone, conforme diretriz da CAIXA.

3.4.6 Ao final da auditoria de fechamento de contas, a CONTRATADA deverá emitir o RAH, em modelo estabelecido pela CAIXA, que deverá ser assinado pelas partes (auditor e representante técnico do prestador credenciado) e anexado à conta física (papel) apresentada ao auditor, que deverá ser enviada pelo prestador à CAIXA para processamento e pagamento.

3.4.6.1 O RAH emitido ao final da auditoria de fechamento de contas deve indicar as análises dos enfermeiros e médicos auditores para os procedimentos realizados, diárias e taxas hospitalares, materiais e medicamentos, inclusive materiais especiais, com detalhamento de quantidades, valores unitários, valor total e registro da ANVISA de cada OPME.

3.4.6.2 As cópias dos RAHs deverão ser disponibilizadas pela CONTRATADA em ferramenta tecnológica acessível por meio de sítio na internet, possibilitando à CAIXA e suas empresas contratadas responsáveis pela Regulação e Processamento de Contas a consulta a qualquer tempo.

3.4.6.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar e encaminhar ao prestador credenciado cópia digital do RAH, por meio de solução de armazenamento de dados que possibilite acesso e *download* diretamente pelo prestador e/ou e-mail, conforme orientações da CAIXA.

3.4.6.4 A CONTRATADA poderá sugerir a CAIXA alterações no modelo padrão de RAH, cabendo a CAIXA avaliar e homologar as sugestões.

3.4.7 Todos os RAH e avaliações realizados pela CONTRATADA deverão ser conclusivos e conter evidências científicas, recomendações dos respectivos conselhos e/ou estudos que evidenciam justificam o parecer, ser datados e assinados pelo auditor responsável mediante a carimbo, disponibilizados à CAIXA e suas empresas contratadas responsáveis pela Regulação e Processamento de Contas, em formato PDF, por meio dos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento e também em ferramenta tecnológica da própria CONTRATADA acessível em sítio na internet, conforme diretriz da CAIXA.

3.4.8 A CAIXA poderá demandar a CONTRATADA a realização de auditoria retrospectiva e de fechamento de contas em prestadores ou residências de beneficiários inclusos no PAD em quaisquer municípios localizados nos estados de abrangência contratual e não previstos no APENSO I, cabendo a CONTRATADA a realização destas e emissão de pareceres e RAH e disponibilização à CAIXA em até 7 (sete) dias úteis da solicitação, devendo ser adotadas as mesmas rotinas previstas no item 3.4 e subitens deste Termo de Referência.

3.4.9 A CONTRATADA deverá realizar mensalmente a revisão de amostra indicada pela CAIXA de 20% (vinte por cento) das Guias de Resumo de Internação faturadas, por meio dos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, para análise da compatibilidade e adequação das assistências/serviços pagos aos prestadores credenciados com os RAH e pareceres da auditoria concorrente previamente emitidos, de forma a evidenciar o correto tratamento dos PEG/Guias pelas empresas de Processamento de Contas contratadas pela CAIXA.

3.4.9.1 A revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas deverá ser realizada por meio de consultas aos registros dos PEG/Guias nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, e contemplar todos os prestadores em que a CONTRATADA efetivamente realiza a rotina mensal de auditoria retrospectiva e de fechamento de contas.

3.4.9.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar a CAIXA, mensalmente, relatório das inconsistências e erros apurados nas revisões das Guia de Resumo de Internação, evidenciando e justificando de forma clara e conclusiva se os PEG/Guias foram pagos corretamente ou há necessidade de acertos por parte das empresas de Processamento de Contas contratadas pela CAIXA.

3.4.9.3 A CONTRATADA será responsável por executar rotinas de reapresentação nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde dos PEG/Guias de Resumo de Internação indicadas com inconsistências e/ou erros, transcrevendo de forma clara as incompatibilidades apuradas, para posterior tratamento das empresas de Processamento de Contas contratadas pela CAIXA.

3.5 VISITA TÉCNICA DE CREDENCIAMENTO

3.5.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional enfermeiro auditor para realizar visita técnica de credenciamento na sede dos prestadores da rede credenciada ou proponentes mediante análise técnica e administrativa, documental, vistoria de equipamentos e instalações físicas para emissão de parecer a fim de subsidiar a decisão da CAIXA para novos credenciamentos (contratação), inclusão de especialidade e/ou procedimento, extensão de serviços e assistências, inclusão de corpo clínico, prorrogação de contrato de credenciamento, descredenciamento de profissional ou empresa, negociação de tabelas de remuneração, discussão/nivelamento de processos de auditoria, autorização e/ou faturamento junto aos prestadores, segundo os parâmetros e orientações estabelecidos em conformidade aos Manuais Normativos da CAIXA., em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de solicitação formal da CAIXA ou sua empresa contratada de Processamento de Contas a ser demandada por meio do Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde ou por e-mail, conforme diretrizes estabelecidas.

3.5.1.1 A visita técnica de credenciamento será executada na sede dos prestadores credenciados ou proponentes localizados nos municípios relacionados no APENSO I.

3.5.1.2 A CAIXA demandará à CONTRATADA a realização das visitas técnicas de credenciamento por meio do Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde e/ou por e-mail.

3.5.1.3 A CONTRATADA será responsável por contatar o prestador credenciado ou proponente para realizar o agendamento da visita técnica e solicitar autorização para acesso às instalações deste.

3.5.1.4 A CONTRATADA, no momento da visita técnica ao prestador credenciado ou proponente, deverá preencher formulário de avaliação padrão da CAIXA, emitindo parecer, descrevendo a estrutura e demais aspectos técnicos observados, bem como anexando eventual documentação fotográfica.

3.5.1.5 Os relatórios e pareceres emitidos pela CONTRATADA deverão possuir assinatura e carimbo do auditor responsável e ser disponibilizados à CAIXA, em formato PDF, por meio dos Sistemas de Gestão ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde, conforme diretriz da CAIXA.

3.5.1.5.1 É VEDADO à CONTRATADA solicitar diretamente ao prestador credenciado ou proponente o preenchimento dos formulários de avaliação.

3.5.1.5.2 Os pareceres de visitas técnicas para fins de descredenciamento emitidos pela CONTRATADA deverão conter todas informações exigidas pela ANS, conforme o caso, inclusive prever a análise da rede credenciada no município e região de saúde da ANS, relacionando outros prestadores já credenciados e também entidades/profissionais não credenciados equivalentes que poderão assumir a prestação de serviços, e ser indicados como substitutos que assumirão os atendimentos na região de forma compatível com a demanda.

3.5.2 A CONTRATADA poderá solicitar ao prestador os documentos atualizados no momento da visita, como alvarás e licenças da vigilância sanitária, caso os apresentados previamente estejam vencidos ou sejam provisórios, e disponibilizá-los à CAIXA por meio dos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde.

3.5.3 A CONTRATADA deverá formalizar para a CAIXA, por meio do Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento do Saúde CAIXA e/ou e-mail, conforme diretrizes estabelecidas, em até 1 (um) dia útil a partir da solicitação, quaisquer dificuldades e/ou problemas operacionais para a realização das visitas técnicas, distância do endereço do prestador ou motivos, que inviabilizem a visita presencial ao credenciado, para análise das justificativas pela da CAIXA e deliberação quanto a viabilidade de análise do processo de forma documental.

3.5.4 É de competência exclusiva da CAIXA a decisão final quanto ao credenciamento/extensão ou do descredenciamento de qualquer prestador/proponente.

3.5.5 É expressamente proibido à CONTRATADA prestar qualquer informação sobre as análises e pareceres, assim como a deliberação da CAIXA quanto ao processo de credenciamento/extensão ou descredenciamento diretamente ao prestador/proponente solicitante, salvo se for orientação da CAIXA.

3.5.6 As visitas técnicas de credenciamento para fins de negociação de tabelas de remuneração objetivam subsidiar a CAIXA tecnicamente quanto a pertinência dos itens que compõe a negociação e seus reflexos no faturamento do prestador, conforme prática médica e de mercado, inclusive abrangendo a emissão de parecer conclusivo quanto a pacotes de procedimento e tabelas de preços, levando em consideração e discriminando os itens integrantes com suas respectivas quantidades e valores, a redução de custos, preços de mercado e outras negociações no mercado, custo x benefício.

3.5.6.1 Caberá a CONTRATADA a realização das visitas técnicas de

credenciamento para fins de negociação de tabelas somente quando demandas pela CAIXA pontualmente.

3.5.7 As visitas técnicas de credenciamento para fins de discussão/nivelamento de processos de auditoria, autorização e/ou faturamento objetivam subsidiar a CAIXA tecnicamente quanto as práticas, vícios, inconformidades adotadas pelo prestador que possuem reflexos nos processos ou custo dos atendimentos, identificados durante a execução das auditorias concorrentes, retrospectivas e de análises de contas.

3.5.7.1 Caberá a CONTRATADA a realização das visitas técnicas de credenciamento para fins de discussão/nivelamento de processos somente quando demandas pela CAIXA pontualmente, sendo que o auditor da CONTRATADA deverá estar acompanhado de representante dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA.

3.5.8 Todos os relatórios e pareceres referente as visitas técnicas de credenciamento realizados pela CONTRATADA deverão ser conclusivos e conter evidências científicas, recomendações dos respectivos conselhos e/ou estudos que evidenciam justificam o parecer, ser datados e assinados pelo auditor responsável mediante a carimbo, disponibilizados à CAIXA, e às suas empresas contratadas responsáveis pelo Processamento de Contas, em formato PDF, por meio dos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde e também em ferramenta tecnológica da própria CONTRATADA acessível em sítio na internet.

3.5.9 A CAIXA poderá demandar a CONTRATADA a realização de visitas técnicas de credenciamento em quaisquer municípios localizados nos estados de abrangência contratual e não previstos no APENSO I, cabendo a CONTRATADA a realização destas e emissão de pareceres e disponibilização à CAIXA em até 7 (sete) dias úteis, devendo ser adotadas as mesmas rotinas previstas no item 3.4 e subitens deste Termo de Referência.

3.6 PERÍCIAS JUDICIAIS EM SAÚDE E ELABORAÇÃO DE QUESITOS

3.6.1 A CONTRATADA deverá subsidiar a CAIXA em questionamentos judiciais, assim como indicar profissional de saúde perito que será responsável por elaborar quesitos judiciais, participar de perícias judiciais presenciais e emitir parecer, conforme teor do processo judicial e solicitação do juízo, atendendo aos prazos estabelecidos pela CAIXA, de forma a garantir a ampla defesa da CAIXA.

3.6.2 Os serviços de elaboração de quesitos e/ou realização de periciais serão demandados pela CAIXA formalmente pelo Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde e/ou e-mail, de acordo com a necessidade, quando determinado pelo juízo em processo judicial.

3.6.3 A CAIXA encaminhará a CONTRATADA o teor do processo judicial, assim como documentos pertinentes a demanda para análise e avaliação de forma que os serviços

de elaboração de quesitos e/ou perícia judicial, com respectivo parecer, sejam executados de forma a atender as necessidades do juízo e garantir a defesa da CAIXA.

3.6.4 A CONTRATADA será passível de sanções contratuais e/ou glosas em seu faturamento quando do não cumprimento dos prazos e/ou serviços demandados que acarretem danos jurídicos e/ou financeiros a CAIXA.

3.6.5 A realização da perícia judicial presencial deverá ser realizada no município e em local, conforme determinação do juízo e/ou CAIXA, em quaisquer municípios dos estados da abrangência contratual.

3.6.5.1 Nos casos em que o juízo não determinar endereço e local específicos para realização da perícia, a CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade de ambiente apropriado para realização da perícia.

3.6.5.2 Será responsabilidade da CONTRATADA entrar em contato com beneficiário para agendamento da perícia, caso não haja determinação de data específica pelo juízo.

3.7 FERRAMENTA TECNOLÓGICA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS PARECERES, RELATÓRIOS, RAH, FORMULÁRIOS E TABELAS DE AVALIAÇÃO

3.7.1 Caberá a CONTRATADA disponibilizar ferramenta tecnológica acessível em sítio na internet, em área logada, que possibilite a CAIXA e suas empresas contratadas responsáveis pelo Processamento de Contas e Regulação à consulta aos relatórios, formulários, RAH, pareceres com subsídios quanto às solicitações de autorizações, pareceres quanto ao quadro clínico dos beneficiários, informações pertinentes às internações em curso, indicadores assistenciais de cada um dos prestadores auditados, indicações de alta hospitalar e/ou desospitalização, pareceres e relatórios de acompanhamento dos planos de atenção domiciliar, além de apresentar por meio de painéis dashboards censo dos beneficiários internados e que foram alvo da auditoria concorrente com as respectivas classificações dos quadros clínicos..

3.7.2 Os documentos disponibilizados à CAIXA no sistema da CONTRATADA deverão estar subdivididos de acordo com tipo de serviço (auditoria concorrente, auditoria retrospectiva e de fechamento de contas, visita de credenciamento, autorização), e dispostos para consulta por estado, município, prestador da rede credenciada e data de emissão, de forma a facilitar a consulta pela CAIXA e suas empresas contratadas responsáveis pela Regulação e Processamento de Contas.

3.7.2.1 Documentos referentes a assistências domiciliares pela modalidade de atendimento Livre Escolha deverão estar organizados por beneficiário e data de emissão.

3.7.3 O sistema da CONTRATADA deverá permitir a CAIXA a consulta às informações dos auditores e respectivas inscrições em conselho regional, alocados em cada município e prestadores da rede de credenciado responsáveis pelos processos previstos neste Termo de Referência.

3.7.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar em seu sistema, para consulta à CAIXA, relatório gerencial com quantitativo total mensal, e histórico que permita analisar a evolução, de auditorias concorrentes, auditorias retrospectivas/fechamento de contas, quesitos e perícias judiciais, visitas a beneficiários inscritos no PAD e quantitativo de visitas de credenciamento realizadas, possibilitando a segregação por UF, Município e prestador da rede credenciada contendo, no mínimo:

- a) quantidade de auditorias concorrentes/visitas a beneficiários internados por data de realização;
- b) quantidade de auditorias retrospectivas/fechamento de contas hospitalares por data de realização;
- c) quantidade de RAHs emitidos por data de realização com identificação dos auditores responsáveis pela emissão;
- d) quantidade de visitas à beneficiários inscritos no PAD por data de realização;
- e) quantidade de visitas técnicas de credenciamento por data de realização;
- f) quantidade de quesitos judiciais elaborados;
- g) quantidade de perícias judiciais realizadas;
- h) identificação com nome e registro profissional (do respectivo conselho), do responsável por cada serviço prestado.

3.7.4.1 O relatório gerencial com quantitativos mensais dos processos previstos neste Termo de Referência deverá ser disponibilizado a CAIXA até o 3º (terceiro) dia do mês subsequente a prestação de serviços.

3.7.4.2 O ateste e pagamento dos serviços previstos neste Termo de Referência à CONTRATADA, será realizado, conforme previsto no contrato estabelecido, no mês subsequente a emissão e disponibilização dos pareceres, relatórios, formulários e RAH à CAIXA na ferramenta tecnologia da CONTRATADA acessível em sítio na internet, assim como de apresentação do relatório gerencial previsto no item **3.7.4**.

3.7.5 O sistema da CONTRATADA deverá permitir a CAIXA a consulta ao cronograma de auditorias concorrentes/visitas à beneficiários, auditorias retrospectivas/análise de contas, visitas a beneficiários inclusos no PAD agendadas, indicando os auditores alocados.

3.7.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente, com atualização até o dia 15 (quinze) de cada mês, relatório gerencial em painéis *dashboards* acessíveis à CAIXA por meio de sítio na internet, a partir de dados levantados nos processos de auditoria concorrente, retrospectiva e de fechamento de contas, contendo informações

pertinentes à qualificação da rede hospitalar e indicadores assistenciais, para cada um dos prestadores da rede credenciada, contendo:

- a) quantidade de pacientes internados por acomodação por mês;
- b) quantidade e valores apresentados pelo prestador credenciado, total e por evento, possibilitando a segregação e comparativos mensais;
- c) quantidade e valores glosados pela auditoria, total e por evento, possibilitando a segregação e comparativos mensais;
- d) quantidade e valores liberados para pagamento total e por evento, possibilitando a segregação e comparativos mensais;
- e) percentual de glosa aplicada, total e por evento, possibilitando a segregação e comparativos mensais;
- f) custo evitado com a auditoria concorrente que não foi apresentado em conta pelo prestador;
- g) custo evitado com a auditoria retrospectiva e de fechamento de contas quando o prestador da rede credenciada realizar a transmissão XML do faturamento, conforme padrão TISS, excluindo as glosas realizadas in loco pelo auditor;
- h) itens das contas auditadas (diárias, honorários, taxas, materiais, medicamentos, OPME, gases etc.);
- i) total dias de internação (somados todos os beneficiários internados no mês) por tipo de acomodação e tipo de internação (cirúrgica/clínica/pediátrica/psiquiátrica/obstétrica);
- j) tempo médio de internação (TMI) do prestador por tipo de acomodação e tipo de internação (cirúrgica/clínica/pediátrica/psiquiátrica/obstétrica);
- k) custo médio da internação por dia e por procedimento para o prestador por tipo de acomodação e tipo de internação (cirúrgica/clínica/pediátrica/psiquiátrica/obstétrica);
- l) custo médio de atendimentos em pronto socorro;
- m) custo médio dos atendimentos ambulatoriais;
- n) percentual de atendimentos com utilização de UTI;
- o) percentual de atendimentos em pronto socorro convertidos em internação;
- p) percentual de reinternações em 30 (trinta) dias;
- q) percentual de atendimentos com identificação de intercorrências/complicações;
- r) identificação de procedimentos e cirurgias com maior percentual de realização no prestador;
- s) taxa percentual de cobertura das auditorias concorrentes nas internações elegíveis, considerada a 1ª. (visita);
- t) taxa percentual de cobertura das auditorias concorrentes nas internações elegíveis, considerada as visitas periódicas;
- u) média de auditorias concorrentes por internação elegível;
- v) quantidade de solicitações de autorização prévias e retroativas requeridas pelo prestador e analisadas durante as auditorias concorrentes;
- w) quantidade de eventos adversos identificados e notificados;
- x) quantidade de reinternações no prazo de 30 (trinta) dias;

- y) itens de verificação de segurança do paciente;
- z) monitoramento das maiores incidências de CID;
- aa) prestadores credenciados indicados como referência, por procedimentos cirúrgicos, conforme instalações, equipamentos, indicadores assistenciais e custos.

3.7.6.1 O relatório gerencial em painéis *dashboards* com qualificação da rede hospitalar e indicadores assistenciais deverá ser disponibilizado à CAIXA a partir do 2º (segundo) mês da efetiva prestação de serviços pela CONTRATADA, sendo apresentado histórico de evolução mensal dos indicadores a partir da primeira apuração, para cada um dos prestadores inseridos na rotina mensal da CONTRATADA de visitas para auditoria concorrente, retrospectiva e de fechamento de contas.

3.8 DOS PRAZOS

3.8.1 Para execução dos serviços deverão ser obedecidos os seguintes prazos:

AUDITORIA CONCORRENTE / BEIRA LEITO		
ATIVIDADES	PRAZOS MUNICÍPIOS APENSO I	CASOS DEMANDADOS PELA CAIXA EM QUAISQUERS MUNICÍPIOS DA ABRANGENCIA CONTRATUAL
Apuração de censo de pacientes internados junto a administração/direção clínica hospitalar nos prestadores incluídos na rotina mensal de auditoria concorrente e retrospectiva/fechamento de contas	Diariamente	
Visitas a pacientes internados classificados como críticos	até 1 (um) dia útil após o dia da internação, com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visitas a pacientes internados com indicativo de alto custo	até 1 (um) dia útil após o dia da internação, com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visitas a pacientes internados em UTI	até 1 (um) dia útil após o dia da internação, com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visitas a pacientes internados em caráter de urgência/emergência	até 1 (um) dia útil após o dia da internação, com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visitas a pacientes internados com retorno não programado ao centro cirúrgico dentro do prazo de 30 (trinta) dias da última intervenção cirúrgica	até 1 (um) dia útil após o dia da internação, com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA

Visitas a pacientes internados oriundos de internação domiciliar	até 1 (um) dia útil após o dia da internação, com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visitas a pacientes não críticos em internação clínica ou pediátrica, acomodação apartamento/enfermaria, caráter eletivo	até 1 (um) dia útil após o dia da internação, com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visitas a pacientes não críticos em internações cirúrgicas, acomodação apartamento/enfermaria, caráter eletivo	no 1º (primeiro dia útil) após o 2º (segundo) dia de internação, com periodicidade a cada 03 (três) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visitas a pacientes não críticos em internações obstétricas, acomodação apartamento/enfermaria, caráter eletivo	no 1º (primeiro dia útil) após o 3º (terceiro) dia de internação, com periodicidade a cada 03 (três) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visitas a pacientes internados cuja visita foi demandada pela CAIXA	até 1 (um) dia útil após o dia da internação, com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visitas a pacientes em internações psiquiátricas	1 vez a cada 15 (quinze) dias	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visitas a pacientes internados, enquadrados em situações específicas, conforme item 3.2.4, alínea j	até 1 (um) dia útil após o dia da internação, com periodicidade a cada 02 (dois) dias úteis	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Acompanhamento pelo médico auditor de eventos cirúrgicos presencialmente durante a realização	No dia do evento cirúrgico, quando demandado pela CAIXA com antecedência de 3 (três) dias úteis	No dia do evento cirúrgico, quando demandado pela CAIXA com antecedência de 3 (três) dias úteis
Disponibilização à CAIXA dos pareceres das auditorias concorrentes realizadas, para consulta em ferramenta tecnológica da CONTRATADA acessível na internet	No mesmo dia da visita realizada	No mesmo dia da visita realizada
Disponibilização à CAIXA de pareceres e tabela de avaliação NEAD e ABEMID referente a avaliação quanto à adequação da transferência do paciente para assistência domiciliar ou hospital de retaguarda	até 2 (dois) dias úteis, contadas a partir do envio da solicitação pelo prestador credenciado/médico assistente e/ou da CAIXA/Empresa contratada responsável pela Regulação	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA

Análise e emissão de parecer conclusivo às demandas de subsídios requeridas pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação referentes as solicitações de autorizações do prestador/beneficiário para quaisquer assistências/procedimentos, inclusive em regime domiciliar, em caráter eletivo , com respectiva disponibilização do parecer nos Sistemas de Gestão da CAIXA e/ou Sistemas de Relacionamento da Central de Atendimento	48 (quarenta e oito) horas a partir da solicitação da CAIXA e/ou empresas contratadas de regulação	3 (três) dias úteis a partir da solicitação da CAIXA e/ou empresas contratadas de regulação
Análise e emissão de parecer conclusivo às demandas de subsídios requeridas pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação referentes as solicitações de autorizações do prestador/beneficiário para quaisquer assistências/procedimentos, inclusive em regime domiciliar, em caráter de urgência/emergência , com respectiva disponibilização do parecer nos Sistemas de Gestão da CAIXA e/ou Sistemas de Relacionamento da Central de Atendimento	Em até 30 (trinta) minutos a partir da solicitação da CAIXA e/ou empresas contratadas de regulação	Em até 30 (trinta) minutos a partir da solicitação da CAIXA e/ou empresas contratadas de regulação quando já houver sido realizada visita ao beneficiário
VISITA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO DOMICILIAR E PERÍCIA MÉDICA DOMICILIAR		
ATIVIDADES	PRAZOS MUNICÍPIOS APENSO I	DEMAIS MUNICÍPIOS
Visita técnica ao beneficiário incluso no Programa de Atenção Domiciliar (PAD) e emissão de pareceres e avaliações das tabelas ABEMID e NEAD	até o dia 20 (vinte) de cada mês, conforme relação de beneficiários indicados pela CAIXA	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
Visita técnica adicional e disponibilização à CAIXA de pareceres e tabelas de avaliação, em casos de solicitação de incremento de assistências pelo médico assistente, piora do quadro clínico do beneficiário e/ou problemas nas assistências prestadas pelo prestador credenciado ou empresa contratada pelo beneficiário/responsável	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA

Perícia médica presencial em domicílio do beneficiário e emissão de pareceres, conforme casos estabelecidos no item 3.3.12	em até 2 (dois) dias úteis a partir da demanda da CAIXA	em até 3 (três) dias úteis a partir da demanda da CAIXA
AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS		
ATIVIDADES	PRAZOS MUNICÍPIOS APENSO I	DEMAIS MUNICÍPIOS
Visitas aos prestadores da rede credenciada para realização de auditoria retrospectiva e de fechamento de contas, com respectiva emissão de pareceres e RAH, compreendendo visitas complementares para discussão de consenso quanto a glosas e recursos de glosa aplicados anteriormente ao efetivo pagamento ao credenciado	Conforme rotina de faturamento de cada prestador credenciado, antes da data limite estabelecida pelo prestador para fechamento das contas	em até 7 (sete) dias úteis da solicitação da CAIXA
Visitas a residência de beneficiários inclusos no Programa de Atenção Domiciliar para realização de auditoria retrospectiva e de fechamento de contas, com respectiva emissão de pareceres e RAH	Conforme rotina de faturamento de cada prestador credenciado, antes da data limite estabelecida pelo prestador para fechamento das contas, sendo 1 (uma) visita no mês de indicação da CAIXA	em até 7 (sete) dias úteis da solicitação da CAIXA
Visitas adicionais a prestadores da rede credenciada para discussão e consenso quanto a recursos de glosa após efetivo pagamento ao credenciado das contas objeto do recurso	em até 5 (cinco) dias úteis da solicitação da CAIXA	em até 7 (sete) dias úteis da solicitação da CAIXA
Revisão de amostra das Guias de Resumo de Internação faturadas e apresentação de relatório a CAIXA, inclusas rotinas de reapresentação em Sistemas de Gestão	mensalmente até o dia 10 (dez) de cada mês	-
VISITA TÉCNICA DE CREDENCIAMENTO		
ATIVIDADES	PRAZOS MUNICÍPIOS APENSO I	DEMAIS MUNICÍPIOS
Visita técnica de credenciamento na sede do prestador da rede credenciada ou proponente, com respectiva emissão de parecer	em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de solicitação formal da CAIXA ou suas empresas contratadas responsáveis pelo Processamento de Contas	em até 7 (sete) dias úteis a contar da data de solicitação formal da CAIXA ou empresas contratadas responsáveis pelo Processamento de Contas
Formalização à CAIXA de quaisquer dificuldades e/ou problemas operacionais para a realização das visitas técnicas de credenciamento	em até 1 (um) dia útil a partir da solicitação de visita técnica pela CAIXA	em até 1 (um) dia útil a partir da solicitação de visita técnica pela CAIXA

PERÍCIAS JUDICIAIS EM SAÚDE E ELABORAÇÃO DE QUESITOS	
ATIVIDADES	PRAZOS
Elaboração de quesitos judiciais e disponibilização a CAIXA	Conforme determinado pela CAIXA, atendendo aos prazos do processo judicial
Perícia presencial judicial em saúde	Conforme determinado pela CAIXA, atendendo aos prazos do processo judicial
FERRAMENTA TECNOLÓGICA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS PARECERES, RELATÓRIOS, RAH, FORMULÁRIOS E TABELAS DE AVALIAÇÃO	
ATIVIDADES	PRAZOS
Disponibilização no sistema da CONTRATADA à CAIXA de relatório gerencial com quantitativos mensais dos processos previstos neste Termo de Referência	até 3º (terceiro) dia do mês subsequente a prestação de serviços.
Disponibilização de relatórios e painéis de qualificação da rede hospitalar e indicadores assistenciais a partir de dados levantados nos processos de auditoria concorrente, retrospectiva e de fechamento de contas	Disponibilização a partir do 2º (segundo) mês de prestação de serviços com atualização até o dia 15 (quinze) de cada mês
Disponibilização dos RAH, pareceres, relatórios e laudos de avaliação referente as auditorias concorrentes, retrospectiva, análise de fechamento de contas, visitas a beneficiários inclusos no PAD e visitas técnicas de credenciamento	Conforme prazos estabelecidos para cada um dos processos, acima indicados
REUNIÕES CAIXA	
ATIVIDADES	PRAZOS
Participação em reuniões, por meio de seus funcionários prepostos, presencialmente em locais indicados pela CAIXA, distinto do município sede da CONTRATADA	até 5 (cinco) dias úteis após convocação da CAIXA
Participação em reuniões, por meio de seus funcionários prepostos, presencialmente em locais indicados pela CAIXA no município sede da CONTRATADA e/ou em suas próprias instalações	até 2 (dois) dias úteis após convocação da CAIXA

Participação em reuniões, por meio de seus funcionários prepostos, com a representantes da CAIXA, à distância por vídeo conferência

até 1 (um) dia útil após convocação da CAIXA

3.8.2 Os prazos aqui definidos estarão sujeitos a alterações, que serão previamente comunicadas/negociadas com a CONTRATADA, em razão de eventuais alterações nas rotinas dos benefícios de assistência à saúde e ou resoluções da ANS.

3.8.3 Pelo inexecução total ou parcial do contrato ou não cumprimento dos prazos de execução de cada serviço previstos neste item, inclusive para os serviços com previsão de indicadores de nível de serviço/desempenho estabelecidos neste Termo de Referência em que não houver o cumprimento das metas de forma reincidente por 3 (três) meses consecutivos ou não, será aplicado à CONTRATADA multa por dia de atraso de 0,1% aplicado sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência, limitado a 10% (dez por cento) do faturamento mensal.

$$VrM = \Sigma DiasAtr * (VlrF * 0,1\%)$$

VrM = Valor Multa

$\Sigma DiasAtr$ = Somatório de dias de atraso na execução de cada demanda

VrF = Valor Total da Fatura Mensal

3.8.3.1 A penalidade de multa será aplicada a CONTRATADA nos casos de execução de serviços aquém da qualidade esperada, conforme expresso neste Termo de Referência e diretrizes previamente estabelecidas e formalizadas pela CAIXA, sendo o serviço considerado não entregue dentro do prazo, compatível com a sanção de multa expressa no item **3.8.3**.

3.8.3.2 O cumprimento parcial, atraso ou não cumprimento das exgências estabelecidas no item **13** deste Termo de Referência quanto a Segurança da Informação serão passíveis de multa de 0,1% aplicado sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência.

3.8.4 Para cálculo do tempo transcorrido para execução do serviço e consequente comprovação de descumprimento de prazo será considerado a data protocolada em documento físico, mensagem eletrônica ou chamados direcionados no Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento atestando que a CONTRATADA tomou ciência da demanda.

3.8.5 Em caso de descumprimento do plano de contingência, a CAIXA aplicará glosa contratual de 0,02% para cada hora de indisponibilidade de qualquer um dos serviços, limitado a 5% (cinco por cento) do faturamento mensal.

4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 A qualificação técnica da CONTRATADA será comprovada mediante:

a) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado(s)/ Certidão(ões)/ Declaração(ões) fornecido(s) por Pessoa(s) Jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante desempenhou ou está desempenhando, de forma plenamente satisfatória, por 1 (um) ano consecutivo ou não, serviços de auditoria médica externa retrospectiva em prontuário médico/fechamento de contas e concorrente/beira leito por meio de visitas a pacientes internados, para planos de saúde, operadoras de saúde, autogestões de saúde, cooperativas de assistência à saúde ou medicina de grupo, com atendimento a no mínimo 50% da média mensal de Visitas a pacientes internados e a 50% da média mensal de contas médicas de internação hospitalar auditadas in loco na sede dos prestadores, conforme tabela abaixo:

REGIÃO	ABRANGÊNCIA	TOTAL VISITAS MENSAIS A PACIENTES INTERNADOS	50% DE VISITAS MENSAIS A PACIENTES INTERNADOS	TOTAL CONTAS MÉDICAS DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR AUDITADAS IN LOCO NA SEDE DOS PRESTADORES MENSALMENTE	50% CONTAS MÉDICAS DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR AUDITADAS IN LOCO NA SEDE DOS PRESTADORES MENSALMENTE
1	São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	388	194	786	393
2	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais	438	219	830	415
3	Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro	409	205	902	451

4.1.1 Os Atestado(s)/ Certidão(ões)/ Declaração(ões) mencionados devem conter a identificação do signatário (nome completo, RG, CPF e cargo/ função desempenhada), assinatura, data de emissão, bem como as descrições das atividades executadas pela licitante ou em execução, suas características, prazos e quantidades.

4.1.2 Poderão ser apresentados mais de 1 (um) Atestado complementar comprovando de forma segregada a prestação de serviços em auditoria externa, sendo:

- Atestado/Certidão/Declaração que contemple auditoria médica externa

retrospectiva em prontuário médico e fechamento de contas hospitalares;

- Atestado/Certidão/Declaração que contemple auditoria médica externa concorrente/beira leito por meio de visitas a pacientes internados.

5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 A CONTRATADA deverá possuir sede com endereço em qualquer município do território nacional.

5.1.1 A prestação dos serviços será realizada na sede dos prestadores da rede de credenciados dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA e na residência dos beneficiários, em quaisquer municípios dos estados de (**REGIÃO 1:** São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul / **REGIÃO 2:** Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, / **REGIÃO 3:** Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

5.1.2 A prestação de serviços deverá ser realizada prioritariamente e de forma periódica nos municípios relacionados no APENSO I deste Termo de Referência.

5.1.3 Em até 30 (trinta) dias antes do início da prestação de serviços a CAIXA apresentará à CONTRATADA a relação de hospitais inclusos na rotina mensal da prestação de serviços de Auditoria Concorrente e Auditoria Retrospectiva/Fechamento de contas, conforme quantitativo por município disposto APENSO II - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

5.1.3.1 A qualquer momento, durante a vigência do presente contrato, a CAIXA poderá indicar a necessidade de troca, exclusão e/ou inclusão de prestadores inclusos na rotina mensal de Auditoria Concorrente e Auditoria Retrospectiva/Fechamento de contas, atendendo obrigatoriamente aos municípios indicados no APENSO I e não superando a quantidade de prestadores informados no APENSO II.

5.1.3.2 A quantidade de prestadores inclusos na rotina mensal de Auditoria Concorrente e Auditoria Retrospectiva/Fechamento de contas poderá sofrer variação a menor durante a vigência contratual, sendo consideradas intrínsecas do mercado e na qual a CONTRATADA declara conhecer, com reflexos diretos no valor do faturamento mensal, sem quaisquer ônus à CAIXA.

5.1.3.3 Ressalta-se que a CAIXA poderá deliberar pela não realização Auditoria Concorrente e/ou Auditoria Retrospectiva/Fechamento de contas no quantitativo total de prestadores indicados no APENSO II, considerando a avaliação da necessidade e características de cada prestador.

5.2 Toda atividade da CONTRATADA deverá ser realizada com recursos próprios e especializados, humanos e materiais adequados às atividades a serem executadas,

nos prazos e condições definidas neste Termo de Referência, inclusive com meio de transporte próprio para seus deslocamentos.

5.2.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar a seus funcionários e auditores todos os insumos, materiais, equipamentos e infraestrutura para execução das atividades previstas neste Termo de Referência.

5.3 Todos os RAH, pareceres, tabelas de avaliação deverão possuir a assinatura com identificação de Nome, CPF e inscrição no Conselho Regional de Classe dos profissionais auditores.

5.3.1 Caberá a CONTRATADA a guarda e arquivo dos RAH, pareceres, tabelas de avaliação em meio físico assinados, disponibilizando a CAIXA quando solicitado em até 3 (três) dias úteis.

5.4 Os serviços especificados neste Termo serão executados em conformidade com a legislação, às normas dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, resoluções e instruções normativas da ANS, ANVISA, AMB e do Conselho Federal de Medicina.

5.5 Em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a contratação de corpo técnico de auditores, médicos e enfermeiros, todos devidamente qualificados para atuarem em auditoria médica, e em quantidade suficiente a fim de cumprir as atividades descritas nas condições e prazos descritos, responsáveis pelas auditorias concorrente e retrospectivas/fechamento em cada um dos municípios indicados no APENSO I.

5.5.1 A CONTRATADA deve possuir corpo técnico devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de cada formação, assim como ter condições técnicas para executar os serviços nos prazos estipulados neste contrato.

5.5.2 O corpo técnico citado no item anterior deve possuir registro no respectivo Conselho de Classe dos estados onde atuarão.

5.5.3 Os profissionais que compõe o corpo técnico deverão comprovar a experiência em auditoria médica mediante apresentação de um dos documentos relacionados a seguir:

- Cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, páginas da foto, da qualificação civil e do(s) Contrato(s) de Trabalho;
- Cópia autenticada de Contrato de prestação de serviços, com especificação clara da experiência exigida neste Termo;
- Declaração original emitida por Pessoa Jurídica em papel timbrado, datada e assinada, com identificação completa do emissor.

5.6 A CONTRATADA deverá comprovar em até 90 (noventa) dias da assinatura do contrato o registro da pessoa jurídica, ainda que provisório, nos Conselhos Regionais de Medicina e de Enfermagem nos estados (**REGIÃO 1:** São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul / **REGIÃO 2:** Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, / **REGIÃO 3:** Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, dentro do seu prazo de validade, onde conste o seu **respectivo responsável técnico médico.**

5.7 A CONTRATADA deverá comprovar que possui em seu quadro de **responsáveis técnicos**, profissionais de nível superior graduados em Medicina, mediante apresentação de cópia autenticada de um dos documentos a seguir:

- a) Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro documento legal, no caso de ser sócio proprietário da empresa licitante, facultando à CAIXA efetuar consulta ao SICAF acerca de seu quadro societário;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, comprovando o vínculo empregatício do profissional com a empresa licitante;
- c) Contrato de prestação de serviços no qual haja a informação de que o profissional seja o responsável técnico.

5.7.1 Este(s) profissional(is) deve(rão) possuir, no mínimo, 3 (três) anos de experiência, consecutivos ou não, em auditoria para operadoras e/ou planos de saúde.

5.7.2 O responsável técnico deve possuir especialização em uma das áreas descritas a seguir:

- Auditoria em Saúde;
- Auditoria Médica;
- Gestão em Saúde, que possua em sua grade curricular módulo ou disciplina de Auditoria Médica ou Auditoria em Saúde;
- Administração ou Gestão Hospitalar, que possua em sua grade curricular módulo ou disciplina de Auditoria Médica ou Auditoria em Saúde.

5.7.2.1 É obrigatória a apresentação de cópia autenticada de conclusão de curso de especialização em conformidade com a Resolução CES nº. 3, de 05 de outubro de 1999.

5.8 A CONTRATADA deverá possuir preposto, responsável pelos processos pertinentes a este Termo de Referência, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos funcionários, colaboradores e profissionais contratados, e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, podendo essa se reportar a este no caso de tratativas pertinentes a prestação

de serviços e encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, os quais deverão ser formalmente indicados pela CONTRATADA, no ato da assinatura do contrato.

5.8.1 O preposto nomeado pela CONTRATADA, deverá estar acessível para contato e resolução das solicitações da CAIXA, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min às 19h00min, possibilitando contato pela CAIXA através de celular, e-mail e aplicativo de mensagens instantâneas.

5.9 A CONTRATADA executar os serviços previsto neste Termo de Referência, durante honorário comercial, respeitados os protocolos, cronogramas e horários disponibilizados pelos prestadores da rede de credenciados.

5.10 Para execução dos serviços objeto deste contrato e realização das visitas técnicas a sede dos prestadores da rede de credenciados e domicílio dos beneficiários, a CONTRATADA deverá se deslocar ao local indicado, sem ônus para a CAIXA.

5.10.1 As visitas em municípios distintos dos relacionados no APENSO I, localizados nos estados de abrangência contratual, serão solicitadas pela CAIXA, e remuneradas conforme previsto item 7 deste Termo de Referência.

5.11 A CONTRATADA deverá possuir em seu quadro funcional reserva de profissionais para substituir imediatamente aqueles efetivos, nos casos de licenças, férias, absenteísmo e ausências legais; aqueles que não atendam às necessidades ou exigências do objeto contratado, bem como aqueles cuja conduta seja julgada inconveniente pela CAIXA, de maneira a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos serviços.

5.11.1 No caso de substituição, por qualquer razão, de seus profissionais, a CONTRATADA se compromete a apresentar, em até 05 (cinco) dias corridos a contar da data da substituição, a documentação dos novos profissionais.

5.11.2 A CONTRATADA deverá comunicar a CAIXA imediatamente qualquer afastamento ou desligamento de empregados de seu corpo funcional com objetivo de exclusão dos acessos destes aos Sistemas de Gestão e Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde.

5.12 Os profissionais auditores, médicos e enfermeiros, que comporão o quadro funcional da CONTRATADA e exercerão atividades na sede dos prestadores da rede credenciada e domicílio dos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, deverão possuir vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços com a CONTRATADA, sendo permitida inclusive a contratação de profissionais liberais como pessoas jurídicas, em conformidade com as modalidades de contratação previstas nos termos da legislação vigente..

5.13 A CONTRATADA deverá disponibilizar a CAIXA acesso a ferramenta tecnológica em sítio na internet, para consulta aos RAH, pareceres, laudos, tabela de avaliação, relatórios e painéis *dashboard* com indicadores assistenciais e de qualificação da rede credenciada, conforme previsto neste Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional CAIXA.

5.13.1 Os pareceres, laudos emitidos pela CONTRATADA que demandem análise administrativa da CAIXA para deliberação, possuem proibição quanto a divulgação do seu conteúdo aos beneficiários e/ou prestadores credenciados.

5.13.2 Em se tratando de resposta exclusivamente técnica para credenciados, a CONTRATADA poderá se comunicar diretamente com o credenciado.

5.14 Os RAH, pareceres, laudos, tabelas de avaliação deverão atender aos padrões e diretrizes estabelecidas previamente pela CAIXA e em seus normativos internos, inclusive conter as informações mínimas estabelecidas.

5.15 A CONTRATADA deverá possuir as tabelas, normas e os protocolos de pacotes contendo valores negociados entre o plano de assistência à saúde e a rede credenciada, que serão entregues pela CAIXA quando da contratação, necessários para a execução do objeto do presente Contrato.

5.16 A CONTRATADA deverá manter sigilo médico/profissional absoluto de todas as informações obtidas das instruções/decisões da gerência da CAIXA, dos Sistemas de Gestão e de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde, das instruções disponibilizadas pela CAIXA, dos documentos manipulados por seus empregados ou produzidos no cumprimento da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, bem como colocar à disposição da CAIXA, conforme solicitação, os documentos, relatórios, controles, sistemas e quaisquer outras informações obtidas ou produzidas, indicando especial atenção à sua guarda, quando for o caso.

5.16.1 Toda e qualquer irregularidade identificada deverá ser de imediato comunicada, formalmente à CAIXA.

5.16.2 A CONTRATADA deverá executar suas atividades em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), n.º 13.709/2018.

5.17 As auditorias concorrente/beira leito, retrospectiva e de fechamento de contas, visitas técnicas de credenciados, bem como as análises de autorização prévia, deverão ser feitas de acordo com os documentos a seguir:

- a) Normativos dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA;
- b) O Manual do Credenciado dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA;

- c) As Tabelas Negociadas entre a CAIXA e a rede credenciada, a serem disponibilizadas;
- d) Os Protocolos de pacotes de valores negociados entre a CAIXA e a rede credenciada já contratados pela CAIXA, negociações efetuadas entre a CAIXA, UNIDAS e credenciados, assim como preços de materiais, medicamentos e OPME, bem como das tabelas contratadas/pactuadas em âmbito regional/municipal;
- e) As Resoluções dos Conselhos, Órgãos e/ou Sociedades de Classe;
- f) As Resoluções da ANS, ANVISA e outros órgãos ou agências reguladoras;
- g) Os protocolos clínicos padronizados para a execução dos procedimentos;
- h) As regras das tabelas CBHPM, AMB ou qualquer outra que a CAIXA venha a adotar;
- i) Outros manuais/documentos que vierem a ser disponibilizados à CONTRATADA pela CAIXA.

5.18 Alterações na Legislação Federal e normas específicas dos benefícios de assistência à saúde determinadas pela CAIXA, implicarão em manutenção dos serviços por parte da CONTRATADA sem ônus para a CAIXA, sendo consideradas como manutenções legais.

5.19 Cabe a CONTRATADA manter seu corpo técnico devidamente atualizado com relação a toda legislação a ser observada pelos planos de assistência à saúde, para o perfeito cumprimento do objeto contratado.

5.20 A CONTRATADA deverá manter relacionamento diário com prestadores da rede credenciada inclusos na rotina mensal de auditoria concorrente, retrospectiva de fechamento de contas, de forma a executar os serviços previstos neste Termo de Referência, assim como prestar esclarecimentos aos prestadores quanto aos processos e rotinas pertinentes ao objeto contratual.

5.21 A CAIXA repassará a CONTRATADA as devidas orientações para operacionalização dos Sistemas de Gestão e de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde.

5.22 A CONTRATADA deverá subsidiar a CAIXA em demandas judiciais e/ou notificações/processos da ANS referente aos serviços prestados pela CONTRATADA, pareceres e laudos emitidos e/ou visitas técnicas realizadas aos prestadores da rede credenciada e beneficiários, possibilitando assim resposta as demandas e ampla defesa da CAIXA.

5.23 Os profissionais da CONTRATADA não poderão executar os serviços previstos neste Termo de Referência, nas situações em que os dirigentes e/ou responsáveis pelo prestador credenciado ou beneficiário visitados sejam cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

5.23.1 Os profissionais da CONTRATADA também não poderão executar os serviços contratados caso mantenham vínculo empregatício com registro em carteira, seja cooperado, ou componha o corpo clínico de prestadores credenciados da abrangência contratual.

5.24 Em nenhuma circunstância o profissional da CONTRATADA deverá assumir a condução clínica do caso, emitir parecer diretamente ao beneficiário ou familiar, ou recomendar ou redirecionar atenção em processo.

5.25 A CONTRATADA deverá prestar subsídios a CAIXA, por meio do profissional auditor, para fins de auxiliar à CAIXA em respostas as demandas de reclamações dos beneficiários, judiciais e de NIP e Processos Administrativos da ANS referente a beneficiários que passaram por visitas técnicas hospitalares ou domiciliares.

5.25.1 Eventualmente a CAIXA poderá demandar a CONTRATADA a realização de visita técnica hospitalar ou domiciliar para fins de emissão de parecer quanto ao quadro clínico do beneficiário e adequação das assistências/serviços indicados/prestados pelo profissional assistente e credenciado, de forma a subsidiar a CAIXA nas respostas as demandas de reclamações dos beneficiários, judiciais e de NIP e Processos Administrativos da ANS.

5.1.26 A CONTRATADA participará de reuniões, por meio de seus prepostos, quando convocado pela CAIXA, conforme prazos estabelecidos no item **3.8**, presencialmente em unidade da CAIXA indicada, ou à distância por vídeo conferência, para tratar da prestação de serviços objeto do presente Contrato.

5.1.26.1 Obrigatoriamente a CONTRATADA deverá participar de 1 (uma) reunião mensal presencial, em unidade da CAIXA indicada, caso requerido pela CAIXA, conforme data e horário previamente acordados.

5.1.26.2 A CONTRATADA participará de quaisquer reuniões presenciais convocadas pela CAIXA a ocorrerem no município da sede da CONTRATADA, inclusive disponibilizando às suas instalações para realização destas e acesso aos representantes da CAIXA.

6 DAS VEDAÇÕES

6.1 É expressamente proibido à CONTRATADA:

- a) Prestar qualquer informação ao titular/beneficiário e/ou ao credenciado sobre parecer e laudos emitidos que carecem de análise administrativa da CAIXA para deliberação;
- b) Prestar qualquer informação sobre a deliberação da CAIXA quanto ao processo de credenciamento/extensão ou de descredenciamento diretamente ao

profissional/entidade solicitante;

c) Possuir qualquer tipo de vínculo com credenciados dos benefícios de assistência à saúde sediados na abrangência contratual, abrangendo empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico entendidas como empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;

d) Possuir sócio(s) ou dirigente(s) que seja(m) membro(s) integrante(s) de grupo(s) ligado(s) a redes hospitalares, operadoras de planos de assistência à saúde, medicina de grupo ou autogestão, cooperativas de assistência médica, odontológica e afins, e seguradoras de saúde, ainda que participe(m) daquela(s) apenas como acionista(s) ou cotista(s);

e) Possuir médicos, responsáveis e contratados, assim como paramédico na condição de auditor, que assumam cargo de chefia, de qualquer natureza, em instituições credenciadas do Saúde CAIXA;

f) Possuir contrato firmado com a CAIXA para prestação de serviços de fornecimento e/ou suporte técnico do Sistema de Gestão e operacionalização do plano de assistência à saúde;

g) Possuir sócio(s) ou dirigente(s) que sejam cônjuge ou companheiro(a) de empregado(a) da CAIXA;

h) Possuir beneficiários dos benefícios de assistência à saúde no seu quadro funcional.

7 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS

7.1 O preço estimado pela CAIXA, por serviços, para cada um dos itens e a volumetria previstos no mês encontram-se indicados na tabela a seguir:

REGIÃO 1: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

ITEM	SERVIÇO	ABRANGÊNCIA	QUANTIDADE E MÉDIA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 24 MESES
1	AUDITORIA CONCORRENTE/BEIRA LEITO na sede dos prestadores hospitalares da rede credenciada, por internação no mês, prevendo: - todas as visitas técnicas ao beneficiário internado realizadas durante o mês; - demais atividades previstas neste TR	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	378	150,00	56.700,00	1.360.800,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

2	AUDITORIA CONCORRENTE/BEIRA LEITO na sede dos prestadores hospitalares da rede credenciada, por internação no mês, prevendo: - todas as visitas técnicas ao beneficiário internado realizadas durante o mês; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	10	131,52	1.315,20	31.564,80
3	AUDITORIA CONCORRENTE em eventos cirúrgicos demandados pela CAIXA quando da realização de cirurgias nos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde, cujo custo de OPME previsto seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, prevendo: - o acompanhamento da realização da cirurgia pelo médico auditor, desde a admissão do paciente até a transferência para a acomodação da internação; - demais atividades previstas neste TR	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	49	1.000,00	49.000,00	1.176.000,00
4	AUDITORIA CONCORRENTE em eventos cirúrgicos demandados pela CAIXA quando da realização de cirurgias nos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde, cujo custo de OPME previsto seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, prevendo: - o acompanhamento da realização da cirurgia pelo médico auditor, desde a admissão do paciente até a transferência para a acomodação da internação; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	9	1.500,00	13.500,00	324.000,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

5	VISITA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PAD E PERÍCIA MÉDICA DOMICILIAR, prevendo: - visita no domicílio, clínica ou hospital de retaguarda onde beneficiário encontra-se internado; - demais atividades previstas neste TR	Municípios relacionados no APENSO I	25	200,00	5.000,00	120.000,00
6	VISITA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PAD E PERÍCIA MÉDICA DOMICILIAR, prevendo: - visita no domicílio, clínica ou hospital de retaguarda onde beneficiário encontra-se internado; - demais atividades previstas neste TR	Demandado pela CAIXA nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	11	167,93	1.847,23	44.333,52
7	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar de INTERNAÇÃO , total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	771	86,00	66.306,00	1.591.344,00
8	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar (AMBULATORIAL OU PRONTO SOCORRO), total ou parcial, contempladas todas as	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	11.696	20,00	233.920,00	5.614.080,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

	assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR					
9	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar de INTERNAÇÃO , total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	15	86,00	1.290,00	30.960,00
10	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar (AMBULATORIAL OU PRONTO SOCORRO), total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada,	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	3	9,00	27,00	648,00

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR**

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

	inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR					
11	VISITA TÉCNICA DE CREDENCIAMENTO, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Proponentes/ prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	5	200,00	1.000,00	24.000,00
12	VISITA TÉCNICA DE CREDENCIAMENTO, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em proponentes/ prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	2	250,00	500,00	12.000,00
13	ELABORAÇÃO DE QUESITOS JUDICIAIS, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Demandado pela CAIXA, referente a beneficiários e prestadores sediados em quaisquer estados e municípios da abrangência contratual	2	700,00	1.400,00	33.600,00
14	PERÍCIA PRESENCIAL JUDICIAL, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Demandado pela CAIXA em quaisquer estados e municípios da abrangência contratual	1	500,00	500,00	12.000,00
VALOR TOTAL					432.305,43	10.375.330,32

*Quantidade de atendimentos e processos estimados, conforme média de 2019 a 2021, sendo que esta poderá variar ao longo da vigência contratual.

**O valor mensal será variável, apurado de acordo com a quantidade executada para cada um dos itens expressos na tabela acima, realizados no mês, resultados dos indicadores de desempenho e metodologia de faturamento, conforme expresso nos itens 8, 9 e 10 a



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

seguir.

REGIÃO 2: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais

ITEM	SERVIÇO	ABRANGÊNCIA	QUANTID ADE MÉDIA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 24 MESES
1	AUDITORIA CONCORRENTE/BEIRALEITO na sede dos prestadores hospitalares da rede credenciada, por internação no mês, prevendo: - todas as visitas técnicas ao beneficiário internado realizadas durante o mês; - demais atividades previstas neste TR	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	428	132,39	56.662,9 2	1.359.910,08
2	AUDITORIA CONCORRENTE/BEIRALEITO na sede dos prestadores hospitalares da rede credenciada, por internação no mês, prevendo: - todas as visitas técnicas ao beneficiário internado realizadas durante o mês; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	10	159,47	1594,70	38.272,80
3	AUDITORIA CONCORRENTE em eventos cirúrgicos demandados pela CAIXA quando da realização de cirurgias nos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde, cujo custo de OPME previsto seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, prevendo: - o acompanhamento da realização da cirurgia pelo médico auditor, desde a admissão do paciente até a transferência para a acomodação da internação; - demais atividades previstas neste TR	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	32	500	16.000,0 0	384.000,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

4	AUDITORIA CONCORRENTE em eventos cirúrgicos demandados pela CAIXA quando da realização de cirurgias nos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde, cujo custo de OPME previsto seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, prevendo: - o acompanhamento da realização da cirurgia pelo médico auditor, desde a admissão do paciente até a transferência para a acomodação da internação; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	9	1.500,00	13.500,00	324.000,00
5	VISITA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PAD E PERÍCIA MÉDICA DOMICILIAR, prevendo: - visita no domicílio, clínica ou hospital de retaguarda onde beneficiário encontra-se internado; - demais atividades previstas neste TR	Municípios relacionados no APENSO I	114	200,00	22.800,00	547.200,00
6	VISITA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PAD E PERÍCIA MÉDICA DOMICILIAR, prevendo: - visita no domicílio, clínica ou hospital de retaguarda onde beneficiário encontra-se internado; - demais atividades previstas neste TR	Demandado pela CAIXA nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	5	167,93	839,65	20.151,60
7	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar de INTERNAÇÃO , total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	820	132,39	108.559,80	2.605.435,20
8	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios	6.610	20,00	132.200,00	3.172.800,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

	(AMBULATORIAL OU PRONTO SOCORRO), total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR	relacionados no APENSO I				
9	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar de INTERNAÇÃO , total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	10	86,00	860,00	20.640,00
10	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar (AMBULATORIAL OU PRONTO SOCORRO), total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	3	9,00	27,00	648,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

11	VISITA TÉCNICA DE CREDENCIAMENTO, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Proponentes/ prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	3	200,00	600,00	14.400,00
12	VISITA TÉCNICA DE CREDENCIAMENTO, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em proponentes/ prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	1	250,00	250,00	6.000,00
13	ELABORAÇÃO DE QUESITOS JUDICIAIS, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Demandado pela CAIXA, referente a beneficiários e prestadores sediados em quaisquer estados e municípios da abrangência contratual	2	700,00	1.400,00	33.600,00
14	PERÍCIA PRESENCIAL JUDICIAL, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Demandado pela CAIXA em quaisquer estados e municípios da abrangência contratual	1	500,00	500,00	12.000,00
VALOR TOTAL					355.794,07	8.539.057,68

*Quantidade de atendimentos e processos estimados, conforme média de 2019 a 2021, sendo que esta poderá variar ao longo da vigência contratual.

**O valor mensal será variável, apurado de acordo com a quantidade executada para cada um dos itens expressos na tabela acima, realizados no mês, resultados dos indicadores de desempenho e metodologia de faturamento, conforme expresso nos itens 8, 9 e 10 a seguir.

REGIÃO 3: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro

ITEM	SERVIÇO	ABRANGÊNCIA	QUANTIDADE MÉDIA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 24 MESES
------	---------	-------------	-------------------------	----------------------	--------------------	-----------------------------



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

1	AUDITORIA CONCORRENTE/BEIRALEITO na sede dos prestadores hospitalares da rede credenciada, por internação no mês, prevendo: - todas as visitas técnicas ao beneficiário internado realizadas durante o mês; - demais atividades previstas neste TR	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	399	142,01	56.661,99	1.359.887,76
2	AUDITORIA CONCORRENTE/BEIRALEITO na sede dos prestadores hospitalares da rede credenciada, por internação no mês, prevendo: - todas as visitas técnicas ao beneficiário internado realizadas durante o mês; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	10	159,47	1.594,70	38.272,80
3	AUDITORIA CONCORRENTE em eventos cirúrgicos demandados pela CAIXA quando da realização de cirurgias nos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde, cujo custo de OPME previsto seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, prevendo: - o acompanhamento da realização da cirurgia pelo médico auditor, desde a admissão do paciente até a transferência para a acomodação da internação; - demais atividades previstas neste TR	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	43	856,22	36.817,46	883.619,04
4	AUDITORIA CONCORRENTE em eventos cirúrgicos demandados pela CAIXA quando da realização de cirurgias nos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde, cujo custo de OPME previsto seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, prevendo: - o acompanhamento da realização da cirurgia pelo médico auditor, desde a admissão do paciente até a transferência para a acomodação da internação; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	15	1.500,00	22.500,00	540.000,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

5	VISITA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PAD E PERÍCIA MÉDICA DOMICILIAR, prevendo: - visita no domicílio, clínica ou hospital de retaguarda onde beneficiário encontra-se internado; - demais atividades previstas neste TR	Municípios relacionados no APENSO I	85	200,00	17.000,00	408.000,00
6	VISITA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PAD E PERÍCIA MÉDICA DOMICILIAR, prevendo: - visita no domicílio, clínica ou hospital de retaguarda onde beneficiário encontra-se internado; - demais atividades previstas neste TR	Demandado pela CAIXA nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	9	167,93	1.511,37	36.272,88
7	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar de INTERNAÇÃO , total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	892	121,70	108.556,40	2.605.353,60
8	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar (AMBULATORIAL OU PRONTO SOCORRO), total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra;	Prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	6.290	20,00	125.800,00	3.019.200,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

	- demais atividades previstas neste TR					
9	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar de INTERNAÇÃO , total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	10	86,00	860,00	20.640,00
10	AUDITORIA RETROSPECTIVA DO PRONTUÁRIO MÉDICO E AUDITORIA DE FECHAMENTO DE CONTAS por conta hospitalar (AMBULATORIAL OU PRONTO SOCORRO), total ou parcial, contempladas todas as assistências e despesas referente ao mesmo atendimento, fechada pelo prestador e auditada, inclusas todas as assistências e despesas do beneficiário no período referência, prevendo: - revisão das Guias de Resumo de Internação faturadas analisadas pela Central de Processamento de Contas, caso contemplada na amostra; - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO relacionados no APENSO I	3	9,00	27,00	648,00
11	VISITA TÉCNICA DE CREDENCIAMENTO, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Proponentes/ prestadores da rede credenciada sediados nos municípios relacionados no APENSO I	5	180,53	902,65	21.663,60
12	VISITA TÉCNICA DE CREDENCIAMENTO, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Demandada pela CAIXA em proponentes/ prestadores da rede credenciada sediados nos estados da abrangência contratual, em municípios NÃO	2	228,67	457,34	10.976,16

		relacionados no APENSO I				
13	ELABORAÇÃO DE QUESITOS JUDICIAIS, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Demandado pela CAIXA, referente a beneficiários e prestadores sediados em quaisquer estados e municípios da abrangência contratual	2	700,00	1.400,00	33.600,00
14	PERÍCIA PRESENCIAL JUDICIAL, prevendo: - demais atividades previstas neste TR	Demandado pela CAIXA em quaisquer estados e municípios da abrangência contratual	1	500,00	500,00	12.000,00
VALOR TOTAL					374.588,91	8.990.133,84

*Quantidade de atendimentos e processos estimados, conforme média de 2019 a 2021, sendo que esta poderá variar ao longo da vigência contratual.

**O valor mensal será variável, apurado de acordo com a quantidade executada para cada um dos itens expressos na tabela acima, realizados no mês, resultados dos indicadores de desempenho e metodologia de faturamento, conforme expresso nos itens 8, 9 e 10 a seguir.

7.2 A auditoria concorrente/beira leito será remunerada por internação realizada no mês, independente do quantitativo de visitas realizadas ao beneficiário internado.

7.2.1 A auditoria concorrente de internação ocorrida entre o término de um mês e início de outro é considerada como 1 (uma) única prestação de serviço e deverá ser faturada à CAIXA no mês de alta, exceto àquelas que superem 30 (trinta) dias de internação, que poderão ser faturadas mensalmente.

7.3 Para efeito de faturamento, independentemente do dia ou horário de realização, serão utilizados os mesmos indicadores e critérios definidos neste Termo de Referência.

7.4 Para efeitos de fiscalização e pagamento, a CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado, toda a documentação que comprove o cumprimento de suas obrigações trabalhistas e o que mais se fizer necessário.

7.5 Os quantitativos de cada um dos serviços indicados no item 7.1, assim como no APENSO II - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, são referenciais baseados no histórico apresentado, contudo poderão sofrer variações a

maior ou menor, consideradas intrínsecas do mercado e na qual a CONTRATADA declara conhecer, com reflexos diretos no valor do faturamento mensal, sem quaisquer ônus à CAIXA.

8 INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇO E AVALIAÇÃO DE PERFORMANCE OPERACIONAL

8.1 Os serviços descritos neste contrato terão seu desempenho avaliado periodicamente quanto ao nível da performance operacional da prestação do serviço pela CONTRATADA, sendo esta performance monitorada ao longo do período contratual através dos indicadores de desempenho estabelecidos.

8.2 As metas dos indicadores definem o nível mínimo de performance estabelecida para os serviços prestados pela CONTRATADA, influenciando na remuneração, conforme resultado da taxa de indicadores, que poderá ser mantida pelo atingimento ou aplicado o redutor quando não atingidas as metas estabelecidas para o período.

8.3 A prestação de serviços deverá ser estruturada pela CONTRATADA visando à manutenção dos indicadores, de acordo com os parâmetros especificados neste Termo de Referência.

8.4 Caso quaisquer dos índices especificados não sejam atingidos, haverá impacto direto na remuneração, conforme previsto neste Termo de Referência, sem prejuízo à aplicação de multas e sanções administrativas previstas em contrato.

8.4.1 Os serviços executados incorretamente e/ou com erros que caracterizam o infringingimento de normas e/ou regras dos benefícios de assistência à saúde e/ou ANS e/ou exigências deste Termo de Referência e que causarem prejuízo financeiro à CAIXA serão passíveis de glosa no faturamento da CONTRATADA no valor correspondente ao ônus gerado à CAIXA, sem limitação de valores mensais.

8.5 A apuração dos dados para cálculo desses indicadores será realizada pela CAIXA e ocorrerá por meio de consulta aos relatórios disponibilizados pela CONTRATADA em sua ferramenta tecnológica acessível na internet, conforme prazo estabelecido neste Termo de Referência, assim como pelos registros nos Sistemas de Gestão e Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde.

8.6 Caberá a CONTRATADA o acompanhamento da evolução dos indicadores ao longo do mês, notificando a CAIXA imediatamente para avaliação quanto aos problemas que prejudiquem a prestação de serviços que reflitam na apuração dos indicadores.

8.7 Quaisquer indicadores influenciados negativamente por problemas ou outros motivos os quais comprovadamente a CAIXA deu causa, não serão motivos de penalidade à CONTRATADA.

8.8 Quando eventualmente a meta estabelecida para um indicador ou mais não puder ser atingida em decorrência de intercorrências tecnológicas e/ou operacionais a que, comprovadamente, a CAIXA der causa, os registros relativos ao período em que a situação ocorreu serão considerados conformes ou desconSIDERADOS na apuração dos indicadores – se não for possível (ou não for aplicável) a indicação da conformidade dos registros ou sua desconSIDERAÇÃO, haverá isenção da apuração da meta do indicador ou indicadores no período.

8.9 Considerando o esforço necessário para implantação da prestação de serviços, além da adaptação da CONTRATADA ao escopo contratual, os indicadores de desempenho terão reflexo no faturamento após 60 (sessenta) dias do início da operação.

8.10 A isenção dos reflexos dos indicadores no faturamento, conforme acima, não dispensa a CONTRATADA e CAIXA da apuração dos resultados.

8.11 A CONTRATADA será passível das sanções contratuais previstas quando do descumprimento de qualquer um dos indicadores de forma reincidente.

8.11.1 Será considerada reincidência o descumprimento reiterado dos Indicadores de Nível de Serviço previstos neste Termo de Referência.

8.11.2 Para contagem da reincidência será considerado os descumprimentos reiterados da CONTRATADA, de qualquer um dos indicadores, por 3 (três) meses consecutivos ou não, podendo a CAIXA majorar os descontos, relativos ao item, inicialmente aplicados no percentual de 50% relativos ao último mês da apuração.

8.11.3 O reiterado descumprimento dos indicadores poderá caracterizar a incapacidade da execução total ou parcial dos serviços, possibilitando a aplicação das demais sanções contratuais.

8.12 Os eventuais erros operacionais, técnicos e/ou perda de prazos contratuais e/ou legais na execução dos serviços, que ocorrem por culpa ou dolo da CONTRATADA e que porventura implicam em aplicação de multa, penalidades e quaisquer outros prejuízos decorrentes para CAIXA, obriga a CONTRATADA a ressarcir o valor de eventual multa/ônus à CAIXA, sem prejuízo da adoção das medidas necessárias à efetiva reparação do dano.

8.13 Os indicadores de desempenho para avaliação de performance são:

- **Visitas a beneficiários internados realizadas no prazo (VPI):** é o percentual de visitas hospitalares a beneficiários internados para fins de auditoria concorrente realizadas pela CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos no item 3.8 deste Termo de Referência, de acordo com a devida classificação da internação.

- a) O VPI será apurado por mês;
- b) O VPI será a quantidade de visitas aos beneficiários internados realizadas pela CONTRATADA cujo parecer da auditoria concorrente foi disponibilizado a CAIXA, apurados a partir das solicitações de autorização prévia para internação encaminhadas a CAIXA pelos prestadores da rede credenciada registradas nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, tratadas pela CONTRATADA dentro do prazo estabelecido, dividido pela quantidade total de visitas hospitalares aos pacientes internados previstas, multiplicado por 100 (cem);
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o VPI for de até 98% (noventa e oito) por cento;
- d) O resultado do VPI será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente de Visitas ao Beneficiário Internado realizadas no Prazo (CVPI).

Meta estabelecida (VPI)	Coeficiente de Visitas ao Beneficiário Internado realizadas no Prazo (CVPI)
Maior ou igual a 98%	1
Maior ou igual a 90% e menor que 98%	0,7
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	0,5
Menor que 80%	0

- **Visitas a beneficiários inclusos no PAD e/ou perícias no prazo (VPD):** é o percentual de visitas domiciliares, em clínicas ou hospital de retaguarda a beneficiários inclusos no PAD e/ou perícia médica presencial em domicílio do beneficiário, conforme indicado pela CAIXA, realizadas pela CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos no item **3.8** deste Termo de Referência.

- a) O VPD será apurado por mês;
- b) O VPD será a quantidade de visitas aos beneficiários inclusos no PAD somadas a quantidade de perícias médicas presenciais em domicílio realizadas pela CONTRATADA cujo parecer da visita/perícia/auditoria foi disponibilizado a CAIXA, apurados a partir das visitas/perícias demandadas pela CAIXA no mês, tratadas pela CONTRATADA dentro do prazo estabelecido, dividido pela quantidade total de visitas/perícias demandadas pela CAIXA, multiplicado por 100 (cem);
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o VPD for de até 98% (noventa e oito) por cento;
- d) O resultado do VPD será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente Visitas a beneficiários inclusos no PAD e/ou perícias no prazo (CVPD).

Meta estabelecida (VPD)	Coeficiente de Visitas a Beneficiários inclusos no PAD e/ou
-------------------------	---

	perícias no prazo (CVPD)
Maior ou igual a 98%	1
Maior ou igual a 90% e menor que 98%	0,7
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	0,5
Menor que 80%	0

• **Solicitações de subsídios referente a Autorizações analisadas no prazo (ATP):** é o percentual de demandas de subsídios requeridas pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação, referente as solicitações de autorizações eletivas complementares a principal e/ou de urgência/emergência, em internações hospitalares nos municípios incluídos na rotina mensal de auditoria concorrente e atendimentos do PAD, analisadas pela CONTRATADA, com respectiva disponibilização do parecer, dentro dos prazos estabelecidos no item **3.8** deste Termo de Referência.

- a) O ATP será apurado por mês;
- b) O ATP será a quantidade de demandas de subsídios referente as solicitações de autorização eletivas complementares e/ou de urgência/emergência analisadas pela CONTRATADA, com respectiva disponibilização, apurados a partir das solicitações de subsídios de autorizações demandadas pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação no mês, tratadas pela CONTRATADA dentro do prazo estabelecido, dividido pela quantidade total de solicitações de subsídios de autorizações objeto da apuração, multiplicado por 100 (cem);
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o ATP for de até 98% (noventa e oito) por cento;
- d) O resultado do ATP será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente de Solicitações de subsídios referente a Autorizações analisadas no prazo (CATP).

Meta estabelecida (ATP)	Coeficiente de Solicitações de subsídios referente a Autorizações analisadas no prazo (CATP)
Maior ou igual a 98%	1
Maior ou igual a 90% e menor que 98%	0,6
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	0,4
Menor que 80%	0

• **Auditorias retrospectiva/fechamento de contas previstas realizadas (ARF):** é o percentual de auditorias retrospectivas/fechamento de contas efetivamente realizadas pela CONTRATADA no mês, conforme agenda/cronograma de auditoria de

fechamento de contas firmada com prestadores da rede de credenciados, cujos RAH foram disponibilizados a CAIXA.

- a) O ARF será apurado por mês;
- b) O ARF será a quantidade de auditorias retrospectivas/fechamento de contas, executadas pela CONTRATADA cujo RAH foi disponibilizado a CAIXA, apurados a partir da agenda/cronograma de auditoria de fechamento de contas firmada com prestadores da rede de credenciados, dividido pela quantidade total de solicitações de auditoria de fechamentos de contas previstas multiplicado por 100 (cem);
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o ARF for de até 98% (noventa e oito) por cento;
- d) O resultado do ARF será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente de Auditorias retrospectiva/fechamento de contas previstas realizadas (CARF).

Meta estabelecida (ARF)	Coeficiente de Auditorias retrospectiva/fechamento de contas previstas (CARF)
Maior ou igual a 98%	1
Maior ou igual a 90% e menor que 98%	0,7
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	0,5
Menor que 80%	0

- **Visitas de credenciamento realizadas no prazo (VCP):** é o percentual de visitas de credenciamento na sede do prestador credenciado e/ou proponente demandas pela CAIXA e executadas pela CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos no item 3.8 deste Termo de Referência.

- a) O VCP será apurado por mês;
- b) O VCP será a quantidade de visitas de credenciamento demandadas pela CAIXA e realizadas pela CONTRATADA, apurados a partir do registro de disponibilização dos pareceres/laudos/formulários pela CONTRATADA nos Sistemas de Gestão e/ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, dentro do prazo estabelecido, dividido pela quantidade total de visitas de credenciamento demandadas pela CAIXA, multiplicado por 100 (cem);
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o VCP for de até 98% (noventa e oito) por cento;
- d) O resultado do VCP será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente Visitas de credenciamento realizadas no prazo (CVCP).

Meta estabelecida (VCP)	Coeficiente Visitas de credenciamento realizadas no prazo (CVCP)
Maior ou igual a 98%	1

Maior ou igual a 90% e menor que 98%	0,7
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	0,5
Menor que 80%	0

9 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INCORRETOS

9.1 Caso sejam identificados descumprimento de rotinas pré-definidas, tratamentos de quaisquer demandas previstas neste Termo de Referência de forma incorreta, incompleta, inconsistente e/ou imprecisa, tendo ou não gerado prejuízo financeiro à qualquer dos clientes da CAIXA ou à própria CAIXA, ou ainda à sua imagem institucional, a CAIXA poderá deduzir, a seu critério, 10 (dez) vezes o valor do pagamento atrelado ao serviço classificado como Não Conforme (NC) identificado pela CAIXA, a título de VDSI.

9.1.1 Caso a prestação de serviços de forma incorreta, incompleta, inconsistente e/ou imprecisa, e/ou inexecução total ou parcial dos serviços, conforme acima indicado, causarem reclamações dos beneficiários por meio dos canais de atendimento da CAIXA e ou ANS (NIP), o valor a ser deduzido pela CAIXA corresponderá a 100 (cem) vezes o valor do pagamento atrelado ao serviço classificado como Não Conforme (NC) identificado pela CAIXA, a título de VDSI.

9.1.2 O valor total de dedução a título de VDSI será limitado a 10% (dez por cento) do valor do faturamento mensal contratado.

$VDSI = (10 \times \text{Valor do serviço contratado} \times NCN) + (100 \times \text{Valor do serviço contratado} \times NCR)$

Onde:

VDSI = Valor de Dedução de prestação de serviços incorreta.

NCN = quantidade de demanda/ocorrências identificadas pela CAIXA como inconformes que não geraram reclamações dos beneficiários nos canais de atendimento e/ou ANS;

NCR = quantidade de demanda/ocorrências identificadas pela CAIXA como inconformes que geraram reclamações dos beneficiários nos canais de atendimento e/ou ANS;

a) O valor citado no item acima, Valor de Dedução de prestação de serviços incorreta (**VDSI**), será deduzido no valor de faturamento do mês em que for identificada pela CAIXA a ocorrência;

b) Tal fato não isenta a CONTRATADA de ser acionada pela CAIXA para apurar a responsabilidade de outras consequências que possam ser ocasionadas pela prestação de serviços incorreta;

c) A CONTRATADA poderá contestar o apontamento de prestação de serviços inconforme em até 2 (dois) dias úteis, para reanálise da CAIXA e eventual reversão;

d) A CAIXA poderá, a seu critério exclusivo, reverter a dedução citada acima em medida de caráter informativo/educativo, caso seja a primeira ocorrência praticada pela CONTRATADA no decorrer do contrato.

10 METODOLOGIA DE FATURAMENTO DOS SERVIÇOS

10.1 A CAIXA realizará a apuração da volumetria dos serviços para fins de faturamento, a partir dos relatórios fornecidos pela CONTRATADA em sua ferramenta tecnológica acessível em sítio na internet, além dos registros de execução dos serviços nos Sistemas de Gestão e de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde e controles externos de processos demandados.

10.2 A Remuneração do Faturamento (RFAT) corresponderá a quantidade de cada um dos serviços realizados, conforme item 7 (DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) multiplicado pelo valor unitário contratado para cada serviço, deduzidos os respectivos indicadores de nível de serviço elencados no item 8 (INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇO E AVALIAÇÃO DE PERFORMANCE OPERACIONAL).

10.3 A CAIXA pagará a CONTRATADA, de forma mensal, a importância constante da Nota Fiscal/ referente à prestação de serviços objeto deste contrato, discriminando individualmente os valores, sendo o faturamento mensal calculado, conforme metodologia abaixo:

$$\text{RFAT (Remuneração do Faturamento)} = [(\text{RTS} * 0,8) + (\text{RTS} * \text{TIND})]$$

Sendo:

RTS (Remuneração Total dos Serviços) = VACI + VACN + VACRI + VACRN + VVPDI + VVPDN + VARCII + VARCAI + VARCIN + VARCAN + VVTCI + VVTCN

- VACI (Valor Auditoria Concorrente em municípios do APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 1 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VACN (Valor Auditoria Concorrente em municípios não relacionados no APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 2 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VACRI (Valor Auditoria Concorrente em eventos Cirúrgicos em municípios do APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 3 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VACRN (Valor Auditoria Concorrente em eventos Cirúrgicos em municípios não relacionados no APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 4 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VVPDI (Valor Visita técnica de acompanhamento do PAD e Perícia médica domiciliar em municípios do APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 5 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VVPDN (Valor Visita técnica de acompanhamento do PAD e Perícia médica domiciliar em municípios não relacionados no APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 6 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.

- VARCII (Valor Auditoria Retrospectiva do prontuário médico e Auditoria de Fechamento de Contas de **INTERNAÇÃO** em municípios do APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 7 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VARCAI (Valor Auditoria Retrospectiva do prontuário médico e Auditoria de Fechamento de Contas **AMBULATORIAIS OU DE PRONTO SOCORRO** em municípios do APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 7 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VARCIN (Valor Auditoria Retrospectiva do prontuário médico e Auditoria de Fechamento de Contas de **INTERNAÇÃO** em municípios não relacionados no APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 8 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VARCAN (Valor Auditoria Retrospectiva do prontuário médico e Auditoria de Fechamento de Contas **AMBULATORIAIS OU DE PRONTO SOCORRO** em municípios não relacionados no APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 8 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VVTCI (Valor Visita Técnica de Credenciamento em municípios do APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 9 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VVTCN (Valor Visita Técnica de Credenciamento em municípios em municípios não relacionados no APENSO I) = R\$ (Valor do Serviço - Item 10 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) * Quantidade executada do referido serviço no mês.

TIND (Taxa de Indicadores) = $(0,05 \cdot CVPI) + (0,03 \cdot CVPD) + (0,05 \cdot CATP) + (0,05 \cdot CARF) + (0,02 \cdot CVCP)$

CVPI = Coeficiente Visitas a beneficiários internados realizadas no prazo

CVPD = Coeficiente Visitas a beneficiários inclusos no PAD no prazo

CATP = Coeficiente de Solicitações de subsídios referente a Autorizações analisadas no prazo

CARF = Coeficiente Auditorias retrospectiva/fechamento de contas previstas realizadas

CVCP = Coeficiente Visitas de credenciamento realizadas no prazo

10.4 A CAIXA encaminhará à CONTRATADA até o dia 5 (cinco) do mês subsequente a prestação de serviços relatório quanto ao cumprimento dos indicadores para fins de análise, sendo estabelecido o prazo de 2 (dois) dias para análise da apuração dos indicadores e homologação/contestação.

10.4.1 Para possibilitar a apuração do quantitativos dos serviços realizados, a CONTRATADA deverá disponibilizar os relatórios previstos no item **3.7.4**, conforme prazo estabelecido.

10.4.2 Os indicadores não poderão ser contestados após findado o prazo o estabelecido.

10.4.3 A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal referente a prestação de serviços e apresentar à CAIXA até o dia 8 (oito) do mês subsequente a prestação de serviços.

10.4.4 Quando as datas finais dos prazos estabelecidos neste item **9.4** coincidirem com dias não úteis, deverão ser considerados o 1º dia útil subsequente pela parte responsável.

10.4.5 A CAIXA após aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação de serviços, mediante a crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

10.4.6 A CONTRATADA deverá atender às orientações e diretrizes da CAIXA quanto ao correto código de serviço previsto na inscrição municipal, assim como quanto ao preenchimento e emissão da Nota Fiscal referente a prestação de serviços.

11 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

11.1 Em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar planejamento com as estratégias para assunção dos serviços, incluindo ações e prazos para contratação e capacitação da equipe e início da prestação de serviços, obtenção das devidas autorizações para acesso às instalações dos prestadores de serviços, conforme exigido no presente Termo de Referência, com garantia do padrão de qualidade e requisitos para cumprimento dos indicadores de desempenho.

11.2 A CONTRATADA deve fazer constar da proposta comercial o prazo necessário para assunção dos serviços, considerando o máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato, conforme disposto neste Termo de Referência.

12 DESMOBILIZAÇÃO

12.1 Considerando a dinâmica e a complexidade dos serviços que não devem sofrer descontinuidade, quando do término do contrato/encerramento e/ou rescisão haverá período de transição desses serviços entre a CONTRATADA e a empresa que venha substituí-la.

12.2 Assim, há previsão de um período de desmobilização de até 60 (sessenta) dias para finalização de todos os processos em aberto e repasse para a nova CONTRATADA.

12.2.1 Nesse período deverão ser realizados os seguintes serviços:

- Finalização de todos os processos remanescentes do último mês de operação e eventuais pendências anteriores;

- Disponibilização de relatórios quanto às pendências em posse da CONTRATADA que serão finalizadas no prazo de 60 (sessenta) dias, atendendo aos prazos expressos no item **3.8**;
- Enviar à CAIXA ao fim do prazo contratual todos os documentos em posse da CONTRATADA.

12.2.2 Essa fase não ocorrerá caso a vencedora da próxima licitação for a presente CONTRATADA.

12.2.3 Não haverá pagamento durante a fase de desmobilização, visto que a CONTRATADA receberá o valor global do contrato em que fará a operação do objeto contratual, conforme previsto neste Termo de Referência.

13 RESPONSABILIDADES E PROCEDIMENTOS PARA GARANTIA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

13.1 As Partes se comprometem a cumprir toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal n. 12.965/2014), seu decreto regulamentador (Decreto 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema, bem como comprometem-se integralmente à observância das exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2 A prestação de serviços objeto do presente contratato envolve tratamento de dados pessoais cadastrais e sensíveis relacionados à saúde dos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, sendo portanto considerados dados com criticidade de segurança MÁXIMA.

13.3 Conforme disposto na LGPD, a CAIXA é caracterizada como CONTROLADOR dos dados objeto da prestação de serviços, sendo a CONTRATADA classificada como OPERADOR.

13.3.1 O OPERADOR se compromete a, quando tratar os dados obtidos pelo CONTROLADOR, fazê-lo apenas para a finalidade pretendida, qual seja a Auditoria Médico Hospitalar Externa para fins de análise de contas hospitalares, auditoria retrospectiva por meio de consulta à prontuários médicos, auditoria concorrente/beira leito por meio do acompanhamento e avaliação de beneficiários internados, revisão de planos de assistência domiciliar e planos terapêuticos, visitas a prestadores credenciados, objetivando o cumprimento das responsabilidades e deveres da CAIXA como operadora de planos de saúde, expressos neste Termo de Referência, exigidos na legislação e no contrato/termo de consentimento celebrado com beneficiário titular, e mediante

as instruções do CONTROLADOR, sem transferi-los a qualquer terceiro, exceto se expressamente autorizado.

13.3.2 O OPERADOR tratará os dados pessoais somente para executar as suas obrigações contratuais expressas neste Termo de Referência.

13.3.3 O OPERADOR se compromete a instituir e manter um programa abrangente de segurança e governança de dados pessoais, sendo que este deverá estabelecer capacitação de seus colaboradores, controles técnicos e administrativos apropriados para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados Pessoais objeto de Tratamento, além de garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e demais normas que versem sobre privacidade e proteção de dados pessoais.

13.3.4 Na ocorrência de qualquer incidente (perda, deleção ou exposição indesejada ou não autorizada, entre outros) que envolva as informações tratadas em razão da presente relação contratual, deverá o OPERADOR comunicar imediatamente o CONTROLADOR através dos canais de comunicação específicos disponíveis, conforme previamente indicado pela CAIXA, habilitado ainda para dar instruções e esclarecer dúvidas.

13.3.5 Ao final do Contrato conforme instruções do CONTROLADOR, o OPERADOR deverá destruir ou devolver todas as Informações Confidenciais e Dados Pessoais que estejam em seu poder conforme Política Geral de Tratamento de Dados estabelecida pelo CONTROLADOR.

13.4 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA ([https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca-politica-seguranca-informacao.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf)).

13.5 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

13.6 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

13.7 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de

áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

13.8 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

13.9 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.

13.10 A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.

13.11 A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.

13.12 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.

13.13 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado.

13.14 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA, de seus clientes, prestadores, empregados e/ou beneficiários dos benefícios de assistência à saúde, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.

13.15 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CAIXA qualquer descumprimento às cláusulas acima.

13.16 A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.

13.17 A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CAIXA a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador

de Serviço, disponível no Portal Licitações CAIXA, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).

13.18 A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo o seguinte conteúdo:

- i. conhecimento da política de segurança da informação da empresa CONTRATADA e da CAIXA, mencionada no item **13.4**;
- ii. uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
- iii. proteção de dados e privacidade – LGPD – direitos do titular dos dados;
- iv. proteção de dados e privacidade – LGPD – responsabilidades do controlador, operador e do agente de tratamento dos dados;
- v. uso seguro de dispositivos;
- vi. uso seguro de e-mails;
- vii. uso seguro de soluções em nuvem;
- viii. uso seguro de redes sociais e comunicadores instantâneos;
- ix. adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
- x. formas defensivas contra phishing e smshing;
- xi. formas defensivas contra códigos maliciosos recebidos em dispositivos;
- xii. formas defensivas contra engenharia social;
- xiii. formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA;
- xiv. vazamento de dados e proteção de senhas;
- xv. metodologia e princípios da Privacy by Design e Secure by Design.

13.19 O treinamento referido no item **13.18** será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 04 horas.

13.20 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item **13.18**.

13.21 A CONTRATADA deve apresentar semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre anterior, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.

13.22 A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CAIXA, enquanto empresa pública e instituição financeira.

13.23 A CAIXA poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modificarem.

13.24 A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, conforme previsto neste Termo de Referência, cabendo a CAIXA autorizar ou não.

13.25 Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CAIXA, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CAIXA.

13.26 A CONTRATADA deverá informar a CAIXA periodicamente, os resultados dos indicadores:

- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item **13.20**, no último semestre dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CAIXA anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item **13.16**, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CAIXA até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

13.27 O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em:

- a) Multa, conforme estabelecido no item **3.8.3** deste Termo de Referência;
- b) Demais sanções administrativas previstas no presente contrato.

13.28 Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a manter da prestação de serviços, conforme disposto em seu Plano de Contingência, de acordo com especificado no item **14** deste Termo de Referência.

13.29 Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CAIXA serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CAIXA.

13.30 No encerramento/extinção/rescisão do contrato a CONTRATADA se compromete a cumprir as exigências previstas no item **12** deste Termo de Referência quanto a desmobilização, assim como:

- a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos produzidos durante a vigência do contrato;
- b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CAIXA ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
- c) devolver ou transferir a quem for designado pela CAIXA todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

13.31 CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, disponível no Portal Licitações CAIXA.

13.32 A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CAIXA, observar e cumprir as regras internas quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação.

13.33 A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.

13.34 A CONTRATADA deve sensibilizar semestralmente seus empregados e colaboradores, por meio de treinamento com conteúdo de segurança da informação, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 08 horas.

13.34.5 O conteúdo de segurança da informação mencionado, consta no item **13.18**.

13.35 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item **13.34** e, caso estabelecido pela CAIXA.

13.36 A CONTRATADA deve emitir relatórios, semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do semestre base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CAIXA.

13.37 O relatório deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.

13.38 A CONTRATADA garantirá que a CAIXA, ou a auditoria independente indicada pela CAIXA, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.

13.39 A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.

13.40 A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CAIXA os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.

13.41 A CONTRATADA deve enviar à CAIXA, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.

13.42 A CONTRATADA deverá informar ao CAIXA periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item **13.26** e dos demais a seguir:

- a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item **13.18** / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CAIXA anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- b) Quantidade de relatórios, referidos no item **13.36**, enviados à CAIXA dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente e informado à CAIXA semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base;
- c) Quantidade de relatórios, referidos no item **13.42**, enviados à CAIXA dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente e informado à CAIXA semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base.

13.43 A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.

13.44 A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das normas da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de informações de clientes, de empregados e colaboradores da CAIXA.

13.45 A CONTRATADA se compromete a notificar a CAIXA, assim que detectada, a violação de dados relacionados à privacidade, de forma a permitir à CAIXA o cumprimento das determinações da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/18 e da ANPD.

13.46 A CONTRATADA assegura que a CAIXA, ou a auditoria independente indicada pela CAIXA, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, por meio de recursos oferecidos pela CONTRATADA.

13.47 A CONTRATADA deve fornecer, sempre que requerido pela CAIXA, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.

13.48 A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.

14 PLANO DE CONTINGÊNCIA

14.1 O Plano de Contingência consiste na previsão e planejamento de ações que garantam a manutenção da prestação de serviços, diante das seguintes situações:

- a) Greve no sistema de transporte coletivo, greve da categoria profissional ou greve de qualquer outra categoria que impacte na prestação de serviços;
- b) Impedimento de acesso ou uso ao local de trabalho da CONTRATADA;
- c) Queda de energia elétrica;
- d) Indisponibilidade de canais de atendimento, links de acesso à internet e a rede de microcomputadores;
- e) Indisponibilidade dos Sistemas de Gestão e Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento da CAIXA.

14.2 O plano de contingência deverá considerar, no mínimo:

- a) As atribuições e a composição de uma Gerência de Crise;
- b) A manutenção da execução de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos serviços, dentro dos indicadores de qualidade, definidos para o atendimento;
- c) Atendimento a todas as demandas que envolvam Urgência, Emergência e Remoção.

14.3 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA assegurar a continuação da prestação dos serviços, por meio da execução do Plano de Contingência.

14.4 O Plano de Contingência deve entrar em efetiva operação no máximo em até 02 horas após o início da ocorrência.

14.5 O Plano de Contingência deverá ser apresentado pela CONTRATADA à CAIXA para homologação a CAIXA em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato entre as partes, que poderá indicar soluções mais adequadas a sua realidade.

14.6 Em casos excepcionais que impossibilitem a ação do plano de contingência, caberá a CONTRATADA apresentar justificativas à CAIXA, que deliberará quanto a aplicação da sanção prevista.

14.6.1 Em caso de descumprimento do plano de contingência, a CAIXA aplicará glosa contratual de 0,02% para cada hora de indisponibilidade de qualquer um dos serviços, limitado a 5% (cinco por cento) do faturamento mensal.

14.7 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CAIXA mecanismos para comprovação da continuidade da prestação de serviços.

14.8 Quando da indisponibilidade dos Sistemas de Gestão e Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento da CAIXA, a CONTRATADA será comunicada quanto a previsão do período de indisponibilidade de forma a assegurar a manutenção da prestação de serviços.

14.8.1 Neste caso a CONTRATADA deverá garantir meios para recepção e tratamento de demandas de autorização e faturamento dos prestadores credenciados, assim como de efetuar respostas aos beneficiários e credenciados de acionamentos e requisições realizados, conforme orientações da CAIXA.

15 DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

15.1 As demais obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, as obrigações da CAIXA, o prazo de execução, a fiscalização e o gerenciamento do contrato, a aceitação dos serviços e o correspondente pagamento, bem como as sanções aplicáveis constam



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

da Minuta de Contrato.

16 DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 A previsão para início da prestação de serviços ocorrerá de forma escalonada, considerando o prazo de encerramento dos contratos vigentes, da seguinte forma:

PREVISÃO DE INÍCIO REGIÃO 1	PREVISÃO DE INÍCIO REGIÃO 2	PREVISÃO DE INÍCIO REGIÃO 3	ABRANGÊNCIA
01/07/2023			SP CAPITAL E BAIXADA SANTISTA
	GO 01/08/2023	AC, AM, RO, RR, AP, PA, TO, MA, 01/08/2023	AC, AM, AP, GO, MA, PA, RO, RR, TO
PR 01/08/2023	MT e MS 01/08/2023		PR, MS, MT
	29/08/2023		MG
	31/08/2023		DF E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES
		01/09/2023	AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE
01/09/2023			SP INTERIOR
01/10/2023			RS, SC
		01/10/2023	RJ, ES

17 POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA- PRSAC

17.1 Os fornecedores CAIXA deverão preencher e assinar o Termo de Ciência da PRSAC-CAIXA, atestando ciência das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, ambiental e climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (www.caixa.gov.br/sustentabilidade), capacitando assim seus prestadores de serviços quanto às referidas diretrizes.

APENSO I

Municípios incluídos na rotina mensal para realização de Auditoria Concorrente/Beira Leito, Auditoria Retrospectiva/Fechamento de Contas, Visitas a beneficiários incluídos no PAD e perícias médicas domiciliares, Visita Técnica de Credenciamento.

REGIÃO 1: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

MUNICIPIO	UF
CURITIBA	PR
MARINGÁ	PR
NOVO HAMBURGO	RS
PORTO ALEGRE	RS
FLORIANÓPOLIS	SC
JOINVILLE	SC
CAMPINAS	SP
CARAPICUIBA	SP
JUNDIAÍ	SP
MAUÁ	SP
OSASCO	SP
PIRACICABA	SP
RIBEIRÃO PIRES	SP
RIBEIRÃO PRETO	SP
SANTO ANDRÉ	SP
SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP
SÃO JOSE DO RIO PRETO	SP
SÃO JOSE DOS CAMPOS	SP
SÃO PAULO	SP
SOROCABA	SP

REGIÃO 2: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais

MUNICIPIO	UF
BRASÍLIA	DF
GOIÂNIA	GO
BELO HORIZONTE	MG
JUIZ DE FORA	MG
CAMPO GRANDE	MS
CUIABÁ	MT



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

REGIÃO 3: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro

MUNICIPIO	UF
MACEIÓ	AL
MANAUS	AM
MACAPÁ	AP
SALVADOR	BA
FORTALEZA	CE
SERRA	ES
VILA VELHA	ES
VITÓRIA	ES
SÃO LUÍS	MA
BELÉM	PA
JOÃO PESSOA	PB
OLINDA	PE
RECIFE	PE
TERESINA	PI
DUQUE DE CAXIAS	RJ
NITERÓI	RJ
RESENDE	RJ
RIO DE JANEIRO	RJ
NATAL	RN
PORTO VELHO	RO
ARACAJU	SE
PALMAS	TO

APENSO II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1 A Evolução histórica da prestação de serviços pode ser estudada a partir da volumetria abaixo, que é composta pela evolução histórica a partir de janeiro de 2021.

- **Quantidade de prestadores incluídos na rotina mensal de Auditoria Concorrente/Beira Leito e Auditoria Retrospectiva/Fechamento de Contas:**

REGIÃO 1: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE DE PRESTADORES
CURITIBA	PR	4
MARINGÁ	PR	1
NOVO HAMBURGO	RS	1
PORTO ALEGRE	RS	3
FLORIANÓPOLIS	SC	2
JOINVILLE	SC	1
CAMPINAS	SP	2
CARAPICUIBA	SP	1
JUNDIAÍ	SP	1
MAUÁ	SP	1
OSASCO	SP	1
PIRACICABA	SP	1
RIBEIRÃO PIRES	SP	1
RIBEIRÃO PRETO	SP	1
SANTO ANDRÉ	SP	1
SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	1
SÃO JOSE DO RIO PRETO	SP	1
SÃO JOSE DOS CAMPOS	SP	2
SÃO PAULO	SP	24
SOROCABA	SP	1

REGIÃO 2: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais

MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE DE PRESTADORES
BRASÍLIA	DF	11
GOIÂNIA	GO	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

BELO HORIZONTE	MG	2
JUIZ DE FORA	MG	1
CAMPO GRANDE	MS	1
CUIABÁ	MT	1

REGIÃO 3: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro

MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE DE PRESTADORES
MACEIÓ	AL	2
MANAUS	AM	1
MACAPÁ	AP	1
SALVADOR	BA	6
FORTALEZA	CE	5
SERRA	ES	1
VILA VELHA	ES	1
VITÓRIA	ES	1
SÃO LUÍS	MA	2
BELÉM	PA	1
JOÃO PESSOA	PB	1
OLINDA	PE	1
RECIFE	PE	6
TERESINA	PI	1
DUQUE DE CAXIAS	RJ	1
NITERÓI	RJ	2
RESENDE	RJ	1
RIO DE JANEIRO	RJ	18
NATAL	RN	2
PORTO VELHO	RO	1
ARACAJU	SE	2
PALMAS	TO	1

- Média mensal por município de Internações e Autorizações com OPME acima de R\$ 50.000,00, considerados prestadores inclusos na rotina mensal de Auditoria Concorrente/Beira Leito e Auditoria Retrospectiva/Fechamento de Contas, além de Visitas Domiciliares a beneficiários:

REGIÃO 1: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

MUNICIPIO	UF	MÉDIA MENSAL INTERNAÇÕES	MÉDIA MENSAL VISITAS DOMICILIARES	MÉDIA MENSAL AUTORIZAÇÕES COM OPME ACIMA DE R\$ 50 MIL
CURITIBA	PR	45	3	1
MARINGÁ	PR	9	0	0
NOVO HAMBURGO	RS	10	0	0
PORTO ALEGRE	RS	73	4	5
FLORIANÓPOLIS	SC	21	3	2
JOINVILLE	SC	10	1	0
CAMPINAS	SP	38	2	1
CARAPICUIBA	SP	1	0	0
JUNDIAÍ	SP	3	0	0
MAUÁ	SP	2	0	0
OSASCO	SP	9	1	0
PIRACICABA	SP	4	0	0
RIBEIRÃO PIRES	SP	1	0	0
RIBEIRÃO PRETO	SP	11	1	0
SANTO ANDRÉ	SP	30	1	3
SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	9	1	1
SÃO JOSE DO RIO PRETO	SP	3	1	0
SÃO JOSE DOS CAMPOS	SP	19	0	1
SÃO PAULO	SP	402	10	33
SOROCABA	SP	6	1	0

REGIÃO 2: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais

MUNICIPIO	UF	MÉDIA MENSAL INTERNAÇÕES	MÉDIA MENSAL VISITAS DOMICILIARES	MÉDIA MENSAL AUTORIZAÇÕES COM OPME ACIMA DE R\$ 50 MIL
BRASÍLIA	DF	619	104	28
GOIÂNIA	GO	6	4	0
BELO HORIZONTE	MG	120	8	4
JUIZ DE FORA	MG	11	1	0
CAMPO GRANDE	MS	4	3	0
CUIABÁ	MT	8	1	0

REGIÃO 3: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro

MUNICIPIO	UF	MÉDIA MENSAL INTERNAÇÕES	MÉDIA MENSAL VISITAS DOMICILIARES	MÉDIA MENSAL AUTORIZAÇÕES COM OPME ACIMA DE R\$ 50 MIL
MACEIÓ	AL	27	5	2
MANAUS	AM	13	1	1
MACAPÁ	AP	4	0	0
SALVADOR	BA	120	3	7
FORTALEZA	CE	61	21	3
SERRA	ES	9	0	0
VILA VELHA	ES	8	2	0
VITÓRIA	ES	12	3	0
SÃO LUÍS	MA	21	5	2
BELÉM	PA	21	5	1
JOÃO PESSOA	PB	26	6	2
OLINDA	PE	5	1	0
RECIFE	PE	86	3	6
TERESINA	PI	5	1	0
DUQUE DE CAXIAS	RJ	14	0	0
NITERÓI	RJ	44	10	2
RESENDE	RJ	2	0	0
RIO DE JANEIRO	RJ	230	28	11
NATAL	RN	15	4	2
PORTO VELHO	RO	3	1	0
ARACAJU	SE	16	1	1
PALMAS	TO	3	1	0

- Média mensal de contas de internação, ambulatoriais e pronto socorro nos municípios e prestadores incluídos na rotina mensal de Auditoria Concorrente/Beira Leito e Auditoria Retrospectiva/Fechamento de Contas:

REGIÃO 1: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

MUNICIPIO	UF	MÉDIA MENSAL DE CONTAS DE INTERNAÇÃO AUDITORIA RETROSPECTIVA (FECHAMENTO DE	MÉDIA MENSAL DE CONTAS AMBULATORIAIS AUDITORIA RETROSPECTIVA (FECHAMENTO DE
-----------	----	---	---

		CONTAS HOSPITALARES)	CONTAS HOSPITALARES)
CURITIBA	PR	48	434
MARINGÁ	PR	9	39
NOVO HAMBURGO	RS	11	154
PORTO ALEGRE	RS	87	948
FLORIANÓPOLIS	SC	24	131
JOINVILLE	SC	9	174
CAMPINAS	SP	41	622
CARAPICUIBA	SP	1	19
JUNDIAÍ	SP	3	61
MAUÁ	SP	2	45
OSASCO	SP	9	159
PIRACICABA	SP	4	128
RIBEIRÃO PIRES	SP	1	53
RIBEIRÃO PRETO	SP	13	78
SANTO ANDRÉ	SP	33	626
SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	11	240
SÃO JOSE DO RIO PRETO	SP	4	20
SÃO JOSE DOS CAMPOS	SP	20	123
SÃO PAULO	SP	437	7544
SOROCABA	SP	6	97

REGIÃO 2: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais

MUNICÍPIO	UF	MÉDIA MENSAL DE CONTAS DE INTERNAÇÃO AUDITORIA RETROSPECTIVA (FECHAMENTO DE CONTAS HOSPITALARES)	MÉDIA MENSAL DE CONTAS AMBULATORIAIS AUDITORIA RETROSPECTIVA (FECHAMENTO DE CONTAS HOSPITALARES)
BRASÍLIA	DF	660	4356
GOIÂNIA	GO	6	44
BELO HORIZONTE	MG	130	2078
JUIZ DE FORA	MG	13	37
CAMPO GRANDE	MS	5	36

CUIABÁ

MT

7

58

REGIÃO 3: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro

MUNICIPIO	UF	MÉDIA MENSAL DE CONTAS DE INTERNAÇÃO AUDITORIA RETROSPECTIVA (FECHAMENTO DE CONTAS HOSPITALARES)	MÉDIA MENSAL DE CONTAS AMBULATORIAIS AUDITORIA RETROSPECTIVA (FECHAMENTO DE CONTAS HOSPITALARES)
MACEIÓ	AL	29	284
MANAUS	AM	14	210
MACAPÁ	AP	4	69
SALVADOR	BA	138	765
FORTALEZA	CE	72	610
SERRA	ES	10	23
VILA VELHA	ES	9	67
VITÓRIA	ES	13	68
SÃO LUÍS	MA	25	416
BELÉM	PA	23	460
JOÃO PESSOA	PB	29	187
OLINDA	PE	7	58
RECIFE	PE	113	792
TERESINA	PI	5	31
DUQUE DE CAXIAS	RJ	16	98
NITERÓI	RJ	49	188
RESENDE	RJ	2	40
RIO DE JANEIRO	RJ	293	1496
NATAL	RN	16	88
PORTO VELHO	RO	3	35
ARACAJU	SE	22	294
PALMAS	TO	3	11

- Tempo médio de internação nos municípios e prestadores inclusos na rotina mensal de Auditoria Concorrente/Beira Leito e Auditoria Retrospectiva/Fechamento de Contas:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

REGIÃO 1: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

MUNICIPIO	UF	TEMPO MÉDIO INTERNAÇÃO	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES ATÉ 1 DIÁR	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 2 A 3 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 4 A 5 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 6 A 7 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 8 A 10 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 11 A 15 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 16 A 20 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 21 A 25 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 26 A 30 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES MAIS QUE 30 DIÁRIAS
CURITIBA	PR	3,97	25	10	3	2	2	1	1	1	0	1
MARINGÁ	PR	3,53	4	2	1	0	0	0	0	0	0	0
NOVO HAMBURGO	RS	2,84	6	2	1	0	0	0	0	0	0	0
PORTO ALEGRE	RS	6,18	30	13	7	5	5	5	2	2	1	3
FLORIANÓPOLIS	SC	4,04	17	1	1	0	0	0	1	0	0	0
JOINVILLE	SC	3,56	6	2	1	0	1	1	0	0	0	0
CAMPINAS	SP	3,37	22	8	3	2	2	1	1	0	0	1
CARAPICUBA	SP	5,25	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JUNDIAÍ	SP	1,75	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MAUÁ	SP	5,35	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OSASCO	SP	3,29	5	1	1	1	1	0	0	0	0	0
PIRACICABA	SP	2,84	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIBEIRÃO PIRES	SP	3,52	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIBEIRÃO PRETO	SP	4,06	6	2	1	1	0	0	0	0	0	0
SANTO ANDRÉ	SP	3,19	17	5	3	2	1	1	0	0	0	0
SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	3,23	5	2	1	0	0	0	0	0	0	0
SÃO JOSE DO RIO PRETO	SP	2,42	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SÃO JOSE DOS CAMPOS	SP	3,79	11	4	1	1	1	1	0	0	0	0
SÃO PAULO	SP	4,29	227	67	32	19	17	14	7	5	4	9
SOROCABA	SP	2,40	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0

REGIÃO 2: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais

MUNICIPIO	UF	TEMPO MÉDIO INTERNAÇÃO	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES ATÉ 1 DIÁR	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 2 A 3 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 4 A 5 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 6 A 7 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 8 A 10 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 11 A 15 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 16 A 20 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 21 A 25 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 26 A 30 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES MAIS QUE 30 DIÁRIAS
BRASÍLIA	DF	3,75	341	110	56	31	29	20	10	6	4	10
GOIÂNIA	GO	4,59	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BELO HORIZONTE	MG	3,51	73	19	10	5	4	4	2	1	1	2
JUIZ DE FORA	MG	7,29	6	2	1	1	1	0	0	0	0	0
CAMPO GRANDE	MS	4,35	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CUIABÁ	MT	4,48	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0

REGIÃO 3: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro

MUNICIPIO	UF	TEMPO MÉDIO INTERNAÇÃO	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES ATÉ 1 DIÁR	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 2 A 3 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 4 A 5 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 6 A 7 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 8 A 10 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 11 A 15 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 16 A 20 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 21 A 25 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES DE 26 A 30 DIÁRIAS	MÉDIA MENSAL DE INTERNAÇÕES MAIS QUE 30 DIÁRIAS
MACAÉ	AL	4,21	15	4	2	1	2	1	1	0	0	1
MANAUS	AM	4,25	5	4	1	1	0	1	0	0	0	0
MACAPÁ	AP	2,86	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SALVADOR	BA	7,75	71	17	9	6	5	5	3	1	1	2
FORTALEZA	CE	4,86	36	8	6	3	3	2	1	1	1	1
SERRA	ES	3,58	5	2	1	0	0	0	0	0	0	0
VILA VELHA	ES	5,08	5	1	1	1	0	0	0	0	0	0
VITÓRIA	ES	4,92	5	3	2	1	1	0	0	0	0	0
SÃO LUIS	MA	5,50	12	4	2	1	1	0	0	0	0	1
BELÉM	PA	4,47	11	3	2	2	2	1	1	0	0	0
JOÃO PESSOA	PB	3,94	15	4	2	1	1	1	1	0	0	0
OLINDA	PE	6,15	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RECIFE	PE	5,25	41	15	9	5	6	4	2	1	1	2
TERESINA	PI	3,62	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	RJ	5,54	8	2	1	1	1	0	0	0	0	0
NITERÓI	RJ	6,46	21	6	5	2	3	3	1	1	1	2
RESENDE	RJ	5,07	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIO DE JANEIRO	RJ	7,13	123	29	21	13	13	10	6	3	3	10
NATAL	RN	3,43	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PORTO VELHO	RO	3,10	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARACAJU	SE	6,29	11	1	1	1	1	0	0	0	0	0
PALMAS	TO	1,74	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ANEXO I - A**ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO****1 INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇO E AVALIAÇÃO DE PERFORMANCE OPERACIONAL**

1.1 Os serviços descritos neste contrato terão seu desempenho avaliado periodicamente quanto ao nível da performance operacional da prestação do serviço pela CONTRATADA, sendo esta performance monitorada ao longo do período contratual através dos indicadores de desempenho estabelecidos.

1.2 As metas dos indicadores definem o nível mínimo de performance estabelecida para os serviços prestados pela CONTRATADA, influenciando na remuneração, conforme resultado da taxa de indicadores, que poderá ser mantida pelo atingimento ou aplicado o redutor quando não atingidas as metas estabelecidas para o período.

1.3 A prestação de serviços deverá ser estruturada pela CONTRATADA visando à manutenção dos indicadores, de acordo com os parâmetros especificados neste Termo de Referência.

1.4 Caso quaisquer dos índices especificados não sejam atingidos, haverá impacto direto na remuneração, conforme previsto neste Termo de Referência, sem prejuízo à aplicação de multas e sanções administrativas previstas em contrato.

1.4.1 Os serviços executados incorretamente e/ou com erros que caracterizam o infringingimento de normas e/ou regras dos benefícios de assistência à saúde e/ou ANS e/ou exigências deste Termo de Referência e que causarem prejuízo financeiro à CAIXA serão passíveis de glosa no faturamento da CONTRATADA no valor correspondente ao ônus gerado à CAIXA, sem limitação de valores mensais.

1.5 A apuração dos dados para cálculo desses indicadores será realizada pela CAIXA e ocorrerá por meio de consulta aos relatórios disponibilizados pela CONTRATADA em sua ferramenta tecnológica acessível na internet, conforme prazo estabelecido neste Termo de Referência, assim como pelos registros nos Sistemas de Gestão e Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde.

1.6 Caberá a CONTRATADA o acompanhamento da evolução dos indicadores ao longo do mês, notificando a CAIXA imediatamente para avaliação quanto aos problemas que prejudiquem a prestação de serviços que reflitam na apuração dos indicadores.

1.7 Quaisquer indicadores influenciados negativamente por problemas ou outros motivos os quais comprovadamente a CAIXA deu causa, não serão motivos de penalidade à CONTRATADA.

1.8 Quando eventualmente a meta estabelecida para um indicador ou mais não puder ser atingida em decorrência de intercorrências tecnológicas e/ou operacionais a que, comprovadamente, a CAIXA der causa, os registros relativos ao período em que a situação ocorreu serão considerados conformes ou desconSIDERADOS na apuração dos indicadores – se não for possível (ou não for aplicável) a indicação da conformidade dos registros ou sua desconSIDERAÇÃO, haverá isenção da apuração da meta do indicador ou indicadores no período.

1.9 Considerando o esforço necessário para implantação da prestação de serviços, além da adaptação da CONTRATADA ao escopo contratual, os indicadores de desempenho terão reflexo no faturamento após 60 (sessenta) dias do início da operação.

1.10 A isenção dos reflexos dos indicadores no faturamento, conforme acima, não dispensa a CONTRATADA e CAIXA da apuração dos resultados.

1.11 A CONTRATADA será passível das sanções contratuais previstas quando do descumprimento de qualquer um dos indicadores de forma reincidente.

1.11.1 Será considerada reincidência o descumprimento reiterado dos Indicadores de Nível de Serviço previstos neste Termo de Referência.

1.11.2 Para contagem da reincidência será considerado os descumprimentos reiterados da CONTRATADA, de qualquer um dos indicadores, por 3 (três) meses consecutivos ou não, podendo a CAIXA majorar os descontos, relativos ao item, inicialmente aplicados no percentual de 50% relativos ao último mês da apuração.

1.11.3 O reiterado descumprimento dos indicadores poderá caracterizar a incapacidade da execução total ou parcial dos serviços, possibilitando a aplicação das demais sanções contratuais.

1.12 Os eventuais erros operacionais, técnicos e/ou perda de prazos contratuais e/ou legais na execução dos serviços, que ocorrem por culpa ou dolo da CONTRATADA e que porventura implicam em aplicação de multa, penalidades e quaisquer outros prejuízos decorrentes para CAIXA, obriga a CONTRATADA a ressarcir o valor de eventual multa/ônus à CAIXA, sem prejuízo da adoção das medidas necessárias à efetiva reparação do dano.

1.13 Os indicadores de desempenho para avaliação de performance são:

- **Visitas a beneficiários internados realizadas no prazo (VPI):** é o percentual de visitas hospitalares a beneficiários internados para fins de auditoria concorrente realizadas pela CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos no item **3.8** deste Termo de Referência, de acordo com a devida classificação da internação.

- a) O VPI será apurado por mês;
- b) O VPI será a quantidade de visitas aos beneficiários internados realizadas pela CONTRATADA cujo parecer da auditoria concorrente foi disponibilizado a CAIXA, apurados a partir das solicitações de autorização prévia para internação encaminhadas a CAIXA pelos prestadores da rede credenciada registradas nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, tratadas pela CONTRATADA dentro do prazo estabelecido, dividido pela quantidade total de visitas hospitalares aos pacientes internados previstas, multiplicado por 100 (cem);
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o VPI for de até 98% (noventa e oito) por cento;
- d) O resultado do VPI será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente de Visitas ao Beneficiário Internado realizadas no Prazo (CVPI).

Meta estabelecida (VPI)	Coeficiente de Visitas ao Beneficiário Internado realizadas no Prazo (CVPI)
Maior ou igual a 98%	1
Maior ou igual a 90% e menor que 98%	0,7
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	0,5
Menor que 80%	0

- **Visitas a beneficiários inclusos no PAD e/ou perícias no prazo (VPD):** é o percentual de visitas domiciliares, em clínicas ou hospital de retaguarda a beneficiários inclusos no PAD e/ou perícia médica presencial em domicílio do beneficiário, conforme indicado pela CAIXA, realizadas pela CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos no item **3.8** deste Termo de Referência.

- a) O VPD será apurado por mês;
- b) O VPD será a quantidade de visitas aos beneficiários inclusos no PAD somadas a quantidade de perícias médicas presenciais em domicílio realizadas pela CONTRATADA cujo parecer da visita/perícia/auditoria foi disponibilizado a CAIXA, apurados a partir das visitas/perícias demandadas pela CAIXA no mês, tratadas pela CONTRATADA dentro do prazo estabelecido, dividido pela quantidade total de visitas/perícias demandadas pela CAIXA, multiplicado por 100 (cem);
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o VPD for de até 98% (noventa e oito) por cento;
- d) O resultado do VPD será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente Visitas a beneficiários inclusos no PAD e/ou perícias no prazo (CVPD).

Meta estabelecida (VPD)	Coeficiente de Visitas a Beneficiários incluídos no PAD e/ou perícias no prazo (CVPD)
Maior ou igual a 98%	1
Maior ou igual a 90% e menor que 98%	0,7
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	0,5
Menor que 80%	0

• **Solicitações de subsídios referente a Autorizações analisadas no prazo (ATP):** é o percentual de demandas de subsídios requeridas pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação, referente as solicitações de autorizações eletivas complementares a principal e/ou de urgência/emergência, em internações hospitalares nos municípios incluídos na rotina mensal de auditoria concorrente e atendimentos do PAD, analisadas pela CONTRATADA, com respectiva disponibilização do parecer, dentro dos prazos estabelecidos no item 3.8 deste Termo de Referência.

- a) O ATP será apurado por mês;
- b) O ATP será a quantidade de demandas de subsídios referente as solicitações de autorização eletivas complementares e/ou de urgência/emergência analisadas pela CONTRATADA, com respectiva disponibilização, apurados a partir das solicitações de subsídios de autorizações demandadas pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação no mês, tratadas pela CONTRATADA dentro do prazo estabelecido, dividido pela quantidade total de solicitações de subsídios de autorizações objeto da apuração, multiplicado por 100 (cem);
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o ATP for de até 98% (noventa e oito) por cento;
- d) O resultado do ATP será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente de Solicitações de subsídios referente a Autorizações analisadas no prazo (CATP).

Meta estabelecida (ATP)	Coeficiente de Solicitações de subsídios referente a Autorizações analisadas no prazo (CATP)
Maior ou igual a 98%	1
Maior ou igual a 90% e menor que 98%	0,6
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	0,4
Menor que 80%	0

• **Auditorias retrospectiva/fechamento de contas previstas realizadas (ARF):** é o percentual de auditorias retrospectivas/fechamento de contas efetivamente realizadas pela CONTRATADA no mês, conforme agenda/cronograma de auditoria de

fechamento de contas firmada com prestadores da rede de credenciados, cujos RAH foram disponibilizados a CAIXA.

- a) O ARF será apurado por mês;
- b) O ARF será a quantidade de auditorias retrospectivas/fechamento de contas, executadas pela CONTRATADA cujo RAH foi disponibilizado a CAIXA, apurados a partir da agenda/cronograma de auditoria de fechamento de contas firmada com prestadores da rede de credenciados, dividido pela quantidade total de solicitações de auditoria de fechamentos de contas previstas multiplicado por 100 (cem);
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o ARF for de até 98% (noventa e oito) por cento;
- d) O resultado do ARF será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente de Auditorias retrospectiva/fechamento de contas previstas realizadas (CARF).

Meta estabelecida (ARF)	Coeficiente de Auditorias retrospectiva/fechamento de contas previstas (CARF)
Maior ou igual a 98%	1
Maior ou igual a 90% e menor que 98%	0,7
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	0,5
Menor que 80%	0

• **Visitas de credenciamento realizadas no prazo (VCP):** é o percentual de visitas de credenciamento na sede do prestador credenciado e/ou proponente demandas pela CAIXA e executadas pela CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos no item 3.8 deste Termo de Referência.

- a) O VCP será apurado por mês;
- b) O VCP será a quantidade de visitas de credenciamento demandadas pela CAIXA e realizadas pela CONTRATADA, apurados a partir do registro de disponibilização dos pareceres/laudos/formulários pela CONTRATADA nos Sistemas de Gestão e/ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, dentro do prazo estabelecido, dividido pela quantidade total de visitas de credenciamento demandadas pela CAIXA, multiplicado por 100 (cem);
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o VCP for de até 98% (noventa e oito) por cento;
- d) O resultado do VCP será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente Visitas de credenciamento realizadas no prazo (CVCP).

Meta estabelecida (VCP)	Coeficiente Visitas de credenciamento
--------------------------------	--



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

	realizadas no prazo (CVCP)
Maior ou igual a 98%	1
Maior ou igual a 90% e menor que 98%	0,7
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	0,5
Menor que 80%	0

_____, de de
Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO I – B**MATRIZ DE RISCO**

MATRIZ DE RISCO				
Tipo de Risco	Descrição	Materialização	Mitigação	Responsável
Não cumprimento dos prazos previstos para prestação de serviços	Tratamento das demandas em prazo superior aos previstos em contrato, em especial no fechamento das contas dos prestadores e realização das auditorias concorrentes beira leito	-Atrasos pagamentos prestadores -Atrasos liberação autorizações prévias -Reclamações -Descredenciamento de prestadores -NIP/Processos ANS -Autuações à CAIXA -Ações Judiciais	-Indicadores de nível de serviço -Previsão de multa contratual e sanções administrativas	Gestor operacional do contrato
Erros técnicos na execução da prestação de serviços	Emissão de relatórios e pareceres incorretos na auditoria concorrente e fechamento de contas	-Liberação de autorizações prévias indevidas -Pagamentos indevidos a prestadores -Atendimentos indevidos dos beneficiários -Insatisfação de beneficiários/credenciados -Descredenciamento de prestadores -Ônus financeiro a CAIXA -Retrabalho	-Indicadores de nível de serviço -VDSI – Valor de dedução de serviços incorretos -Processo de Contra Auditoria -Sanções contratuais -Previsão contratual de realização de acertos na demanda, quando possível	Gestor operacional do contrato
Não cumprimento das Responsabilidades e Procedimentos previstos em contrato para garantia da segurança da informação	Não cumprimento das exigências previstas em contrato para garantia da segurança dos dados sensíveis de beneficiários, credenciados e CAIXA em desacordo a LGPD	-Reclamações beneficiários e/ou credenciados -Autuação da CAIXA por órgãos fiscalizadores -Multas e sanções à CAIXA	-Previsão de cláusulas protetivas no contrato de serviço -Termos de confidencialidade -Previsão de multa contratual e sanções administrativas	Gestor operacional do contrato
Alocação de profissionais e empregados pela	Não cumprimento das exigências	-Atrasos pagamentos prestadores	-Indicadores de nível de serviço	Gestor operacional do contrato

contratada em quantidade aquém das necessidades para cumprimento dos níveis de qualidade e desempenho esperados para prestação de serviços	contratuais e prazos pela contratada devido a quantidade de profissionais e empregados alocados para execução da prestação de serviços ser insuficiente para garantir os níveis de qualidade e desempenho esperados	-Atrasos liberação autorizações prévias -Descumprimento das obrigações contratuais -Reclamações -NIP/Processos ANS -Autuações à CAIXA -Ações Judiciais	-Previsão de multa contratual e sanções administrativas -Análise pela CAIXA da Planilha de Composição de preços apresentada pela licitante -Previsão de sanções administrativas	
Danos a terceiros	Danos financeiros e/ou assistenciais causados a beneficiários e/ou credenciados em decorrência de erros na prestação do serviço e/ou não cumprimento das exigências contratuais	-Reclamações -NIP/Processos ANS -Autuações à CAIXA -Ações Judiciais	-VDSI – Valor de dedução de serviços incorretos -Previsão de multa contratual e sanções administrativas -Glosa no faturamento mensal	Gestor operacional do contrato
Falta de qualificação de pessoal	Contratação de pessoal sem a qualificação necessária para a execução dos serviços	-Aumento Custo Assistencial -Não cumprimento das exigências contratuais -Reclamações -NIP/Processos ANS -Autuações à CAIXA -Ações Judiciais -Retrabalho	-Previsão de Exigência de qualificação técnica no Termo de Referência -Exigência no Termo de Referência de comprovação de qualificação e experiência dos profissionais em auditoria médica -Previsão contratual da CAIXA solicitar a troca de empregados; -VDSI – Valor de dedução de	Gestor operacional do contrato



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

			serviços incorretos -Previsão de multa contratual e sanções administrativas -Glosa no faturamento mensal	
Problemas de liquidez financeira	Contratada apresenta problemas de caixa, impossibilitando a continuação do serviço	-Paralisação prestação de serviços -Reclamações -NIP/Processos ANS -Autuações à CAIXA -Ações Judiciais	-Previsão de garantia contratual financeira por meio de caução, seguro e/ou fiança bancária -Previsão no Edital de Qualificação econômico-financeira - Acompanhamento mensal da situação da empresa por meio dos recolhimentos trabalhistas e Certidões Negativas trabalhistas e fiscais -Exigência de qualificação técnica na licitação -Análise pela CAIXA da Planilha de Composição de preços apresentada pela licitante	Gestor operacional do contrato
Obsolescência tecnológica, falta de inovação técnica e deficiência de equipamentos e software	Não cumprimento dos prazos contratuais e/ou prestação de serviços com nível de qualidade	-Não cumprimento das exigências contratuais -Reclamações -NIP/Processos ANS -Autuações à CAIXA -Ações Judiciais -Retrabalho	-Indicadores de nível de serviço -Previsão de multa contratual e sanções administrativas	Gestor operacional do contrato



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

	abaixo do esperado			
Paralisação total ou parcial da prestação de serviços por motivo de força maior	Greve / interdição de edificação / Impedimento de acesso ou uso ao local de trabalho / lockdown / falta de energia / indisponibilidade sistemas da CAIXA / outros	-Paralisação prestação de serviços -Reclamações -Descredenciamento de prestadores -NIP/Processos ANS -Autuações à CAIXA -Ações Judiciais	-Previsão contratual da Contratada apresentar a CAIXA, no início da prestação de serviços, plano de Contingência para aprovação -Previsão contratual de glosa diária no faturamento -Previsão de multa contratual e sanções administrativas	Gestor operacional do contrato
Redução de demandas da prestação de serviços e por consequência do faturamento mensal devido a CONTRATADA	Redução na demanda dos serviços previsto no contrato consideradas intrínsecas do objeto contratual devido a redução de atendimentos, prestadores, contas médicas e etc.	-Redução do valor de faturamento da empresa contratada	-Volumetria dos serviços ajustadas conforme histórico dos últimos anos -Pagamento por serviços	Gestor operacional do contrato



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/5688-2023

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

OBJETO: Contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de Auditoria Médico Hospitalar Externa, para fins de análise de contas hospitalares, auditoria retrospectiva por meio de consulta à prontuários médicos, auditoria concorrente/beira leito por meio do acompanhamento e avaliação de beneficiários internados, revisão de planos de assistência domiciliar e planos terapêuticos, visitas a prestadores credenciados, emissão de pareceres e relatórios, perícias, subsídio quanto às solicitações de autorizações, referente aos planos de assistência à saúde da CAIXA, por item, com abrangência regional: Região 1 - São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Região 2 - Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais e Região 3 - Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, de acordo com as especificações e condições constantes do edital do pregão eletrônico nº 114/5688-2023 e seus anexos.

Proposta de Preços:

(DEVERÃO SER EXCLUÍDOS OS ITENS PARA OS QUAIS A EMPRESA NÃO QUEIRA PARTICIPAR)

ITEM 1:

ITEM 1 - REGIÃO 1: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul			
Serviços	Qtde.	Valor unitário	Valor Mensal
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (relacionados no Apenso I)	378		
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (não relacionados no Apenso I)	10		
Auditoria concorrente (relacionados no Apenso I)	49		
Auditoria concorrente (não relacionados no Apenso I)	9		
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (não relacionados no Apenso I)	25		

Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (Apenso I)	11		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação	771		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro	11.696		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação (não relacionados no Apenso I)	15		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro (não relacionados no Apenso I)	3		
Visita técnica de credenciamento (Apenso I)	5		
Visita técnica de credenciamento (não relacionados no Apenso I)	2		
Elaboração de quesitos judiciais	2		
Perícia presencial judicial	1		
Valor mensal	12.977		
Valor Global (24 meses) *			

(*) Preços a serem inseridos no sistema

(*) Quantidade de atendimentos e processos estimados podem variar ao longo da vigência contratual.

(**) O valor mensal será variável, apurado de acordo com a quantidade executada para cada um dos itens expressos na tabela acima, realizados no mês, resultados dos indicadores de desempenho e metodologia de faturamento, conforme expresso nos itens 8, 9 e 10 do Termo de Referência.

ITEM 2

ITEM 2 - REGIÃO 2: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais			
Serviços	Qtde.	Valor Unitário	Valor Mensal
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (relacionados no Apenso I)	428		
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (não relacionados no Apenso I)	10		
Auditoria concorrente (relacionados no Apenso I)	32		
Auditoria concorrente (não relacionados no Apenso I)	9		
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (não relacionados no Apenso I)	114		
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (Apenso I)	5		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação	820		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro	6.610		

Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação (não relacionados no Apenso I)	10		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro (não relacionados no Apenso I)	3		
Visita técnica de credenciamento (Apenso I)	3		
Visita técnica de credenciamento (não relacionados no Apenso I)	1		
Elaboração de quesitos judiciais	2		
Perícia presencial judicial	1		
Valor mensal	8.048		
Valor Global (24 meses)*			

(*) Preços a serem inseridos no sistema

(*) Quantidade de atendimentos e processos estimados podem variar ao longo da vigência contratual.

(**) O valor mensal será variável, apurado de acordo com a quantidade executada para cada um dos itens expressos na tabela acima, realizados no mês, resultados dos indicadores de desempenho e metodologia de faturamento, conforme expresso nos itens 8, 9 e 10 do Termo de Referência.

ITEM 3:

ITEM 3 - REGIÃO 3: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Serviços	Qtde,	Valor Unitário	Valor Mensal
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (relacionados no Apenso I)	399		
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (não relacionados no Apenso I)	10		
Auditoria concorrente (relacionados no Apenso I)	43		
Auditoria concorrente (não relacionados no Apenso I)	15		
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (não relacionados no Apenso I)	85		
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (Apenso I)	9		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação	892		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro	6.290		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação (não relacionados no Apenso I)	10		
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro (não relacionados no Apenso I)	3		
Visita técnica de credenciamento (Apenso I)	5		



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

Visita técnica de credenciamento (não relacionados no Apenso I)	2		
Elaboração de quesitos judiciais	2		
Perícia presencial judicial	1		
Valor mensal	7.766		
Valor 24 meses*			

(*) Preços a serem inseridos no sistema

(*) Quantidade de atendimentos e processos estimados podem variar ao longo da vigência contratual.

(**) O valor mensal será variável, apurado de acordo com a quantidade executada para cada um dos itens expressos na tabela acima, realizados no mês, resultados dos indicadores de desempenho e metodologia de faturamento, conforme expresso nos itens 8, 9 e 10 do Termo de Referência.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: () dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 120 dias, conforme item 5.3.5 do edital)

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, **DECLARA:**

I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste edital.

III) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome/RG/CPF

INSTRUÇÕES: Para a elaboração da proposta ver, em especial, item 5 do Edital.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

ANEXO III

PREÇOS MÁXIMOS QUE A CAIXA SE PROPÕE A PAGAR

ITEM 1 - REGIÃO 1: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul			
Serviços	Qtde.	Valor unitário	Valor mensal
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (relacionados no Apenso I)	378	R\$ 150,00	R\$ 56.700,00
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (não relacionados no Apenso I)	10	R\$ 131,52	R\$ 1.315,20
Auditoria concorrente (relacionados no Apenso I)	49	R\$ 1.000,00	R\$ 49.000,00
Auditoria concorrente (não relacionados no Apenso I)	9	R\$ 1.500,00	R\$ 13.500,00
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (não relacionados no Apenso I)	25	R\$ 200,00	R\$ 5.000,00
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (Apenso I)	11	R\$ 167,93	R\$ 1.847,23
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação	771	R\$ 86,00	R\$ 66.306,00
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro	11.696	R\$ 20,00	R\$ 233.920,00
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação (não relacionados no Apenso I)	15	R\$ 86,00	R\$ 1.290,00
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro (não relacionados no Apenso I)	3	R\$ 9,00	R\$ 27,00
Visita técnica de credenciamento (Apenso I)	5	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
Visita técnica de credenciamento (não relacionados no Apenso I)	2	R\$ 250,00	R\$ 500,00
Elaboração de quesitos judiciais	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
Perícia presencial judicial	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Valor mensal	12.977		R\$ 432.305,43
Valor 24 meses			R\$ 10.375.330,32



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

ITEM 2 - REGIÃO 2: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais			
Serviços	Qtde.	Valor Unitário	Valor mensal
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (relacionados no Apenso I)	428	R\$ 132,39	R\$ 56.662,92
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (não relacionados no Apenso I)	10	R\$ 159,47	R\$ 1.594,70
Auditoria concorrente (relacionados no Apenso I)	32	R\$ 500,00	R\$ 16.000,00
Auditoria concorrente (não relacionados no Apenso I)	9	R\$ 1.500,00	R\$ 13.500,00
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (não relacionados no Apenso I)	114	R\$ 200,00	R\$ 22.800,00
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (Apenso I)	5	R\$ 167,93	R\$ 839,65
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação	820	R\$ 132,39	R\$ 108.559,80
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro	6.610	R\$ 20,00	R\$ 132.200,00
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação (não relacionados no Apenso I)	10	R\$ 86,00	R\$ 860,00
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro (não relacionados no Apenso I)	3	R\$ 9,00	R\$ 27,00
Visita técnica de credenciamento (Apenso I)	3	R\$ 200,00	R\$ 600,00
Visita técnica de credenciamento (não relacionados no Apenso I)	1	R\$ 250,00	R\$ 250,00
Elaboração de quesitos judiciais	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
Perícia presencial judicial	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Valor mensal	8.048		R\$ 355.794,07
Valor 24 meses			R\$ 8.539.057,68

ITEM 3 - REGIÃO 3: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.			
Serviços	Qtde,	Valor Unitário	Valor mensal
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (relacionados no Apenso I)	399	R\$ 142,01	R\$ 56.661,99
Auditoria Concorrente/ Beira Leito (não relacionados no Apenso I)	10	R\$ 159,47	R\$ 1.594,70
Auditoria concorrente (relacionados no Apenso I)	43	R\$ 856,22	R\$ 36.817,46
Auditoria concorrente (não relacionados no Apenso I)	15	R\$ 1.500,00	R\$ 22.500,00
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (não relacionados no Apenso I)	85	R\$ 200,00	R\$ 17.000,00
Visita técnica de acompanhamento do PAD e perícia médica domiciliar (Apenso I)	9	R\$ 167,93	R\$ 1.511,37
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação	892	R\$ 121,70	R\$ 108.556,40
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro	6.290	R\$ 20,00	R\$ 125.800,00
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- internação (não relacionados no Apenso I)	10	R\$ 86,00	R\$ 860,00
Auditoria retrospectiva e auditoria de fechamento de contas- ambulatorial ou pronto socorro (não relacionados no Apenso I)	3	R\$ 9,00	R\$ 27,00
Visita técnica de credenciamento (Apenso I)	5	R\$ 180,53	R\$ 902,65
Visita técnica de credenciamento (não relacionados no Apenso I)	2	R\$ 228,67	R\$ 457,34
Elaboração de quesitos judiciais	2	R\$ 700,00	R\$ 1.400,00
Perícia presencial judicial	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Valor mensal	7.766		R\$ 374.588,91
Valor 24 meses			R\$ 8.990.133,84

(*) Quantidade de atendimentos e processos estimados podem variar ao longo da vigência contratual.

(**) O valor mensal será variável, apurado de acordo com a quantidade executada para cada um dos itens expressos na tabela acima, realizados no mês, resultados dos indicadores de desempenho e metodologia de faturamento, conforme expresso nos itens 8, 9 e 10 do Termo de Referência.

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações em Brasília – CECOT/BR, CNPJ(MF) nº _____ [indicar o CNPJ da Centralizadora), situada na [indicar o endereço completo da CECOT, inclusive CEP], neste ato representada pelo(a) _____ [indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação], daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado e, de outro, a empresa _____ [indicar o nome da empresa em caixa-alta e negrito], inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____ com sede na _____ [indicar o endereço completo, inclusive CEP], neste ato representada por _____ [indicar e qualificar o representante da contratada], doravante designada **CONTRATADA**, em face da autorização do(a) _____ [indicar o nome e cargo do autor da autorização] da CAIXA ou nos casos de autorização colegiada informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex., em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº _____], de ____/____/____, constante do Processo Administrativo nº 5688.01.0171.0/2023, PE 114/5688-2023, têm justo e contratada a prestação dos serviços objeto deste instrumento, vinculada ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e Decreto nº 10.024, de 20/09/2019 e, subsidiariamente, da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e aos preceitos de Direito Privado), bem como às cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Auditoria Médico Hospitalar Externa, para fins de análise de contas hospitalares, auditoria retrospectiva por meio de consulta à prontuários médicos, auditoria concorrente/beira leito por meio do acompanhamento e avaliação de beneficiários internados, revisão de planos de assistência domiciliar e planos terapêuticos, visitas a prestadores credenciados, emissão de pareceres e relatórios, perícias, subsídio quanto às solicitações de

autorizações, referente aos planos de assistência à saúde da CAIXA na Região XX, com abrangência nos estados XXX. (preencher conforme o Item).

Parágrafo Único - A especificação pormenorizada do objeto contratado, os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas estão indicadas no Termo de Referência – Anexo I, que integra(m) e complementa(m) este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das previstas neste contrato e anexos:

I. executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pela CAIXA e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;

II. recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;

III. manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, bem como para que a CAIXA se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pela CONTRATADA, no ato da assinatura do contrato;

IV. conferir e atestar os serviços prestados, garantindo que os mesmos atingem o nível de adequação descrito pela CAIXA, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;

V. substituir os empregados, nos casos de falta, ausência legal, férias, bem como nos casos em que a conduta do prestador seja considerada inconveniente pela CAIXA, de modo que os serviços não sejam descontinuados nos horários/períodos estabelecidos;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

- VI. diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;
- VII. dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;
- VIII. prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;
- IX. diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;
- X. pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar à CAIXA, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e taxas incidentes sobre esses serviços, quando devidos, referentes ao mês de competência do documento fiscal;
- XI. assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CAIXA;
- XII. agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa;
- XIII. indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da CAIXA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;
- XIV. respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;
- XV. atender às solicitações da CAIXA para realização de serviços extraordinários e para prorrogação do turno contratado, cabendo à CONTRATADA a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente;
- XVI. assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;

XVII. fornecer à CAIXA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço contratado;

XVIII. informar à CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF(MF) dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no contrato. Da mesma forma, faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, e novas contratações de empregados, até o dia do início do trabalho;

XIX. manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá.

XX. manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;

XXI. obedecer às normas e rotinas da CAIXA, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

XXII. dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

XXIII. fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;

XXIV. orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades da CAIXA;

XXV. estruturar-se de modo compatível e prover toda a infra-estrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

XXVI. fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por

legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar “e-mail”, sendo vedada a utilização da conta de “e-mail” da CAIXA;

XXVII. prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados e a plena execução do objeto contratado, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XXVIII. manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes;

XXIX. manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

XXX. manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XXXI. não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XXXII. assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;

XXXIII. diligenciar para que seus empregados, quando em serviço na CAIXA, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente da CAIXA, sejam clientes, empregados ou terceirizados;

XXXIV. observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato.

XXXV. observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

XXXVI. manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual.

XXXVII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.

XXXVIII Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na CECPA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.

XXXIX Aceitar alterações das condições dos serviços inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA caso seja demonstrado impactos.

XL. tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.

XLI. Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA (https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

I. Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II. Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA.

IV. Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA;

II. notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, oportunizando justificativa;

III. efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

IV. indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

V. exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.

Parágrafo Primeiro - No caso de supressão de bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E SEU REAJUSTE

Pela perfeita prestação dos serviços, objeto deste contrato, e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA o preço [adequar conforme o caso os preços unitários abaixo indicados ou o preço mensal de R\$ _____ (valor por extenso), perfazendo o valor global de R\$ _____ (valor por extenso)], pelo período de vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro - É admitido o reajuste de preços deste contrato, para mais ou para menos, limitado à variação obtida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pelo IBGE, ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para a prestação do serviço, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo – No primeiro reajuste, o prazo de 12 (doze) meses será contado da data-limite para entrega das propostas. Nos reajustes subsequentes, a anualidade será contada da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior.

I – O reajuste deverá ser solicitado dentro do prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição do direito, caso contrário os efeitos do reajuste serão a partir da data do pedido, tornando-se a CONTRATADA única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não solicitação no período determinado.

II – Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de reajuste dos preços do contrato até a data da assinatura do aditamento de prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste de preços referente ao período imediatamente anterior à data da assinatura do aditamento de prorrogação.

III – Ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for apresentado depois de extinto o contrato.

IV – Em nenhuma hipótese será permitida a majoração superior ao índice do *caput*, sendo, portanto, o limitador do reajuste

V – O índice a ser aplicado será a variação apurada a contar do mês da proposta até o mês anterior à anualidade da revisão de preços, no caso do primeiro reajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CAIXA, após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

Parágrafo Primeiro - O correspondente documento fiscal deve ser apresentado à CAIXA até o dia 8 (oito) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal/fatura, cabendo à contratada emitir a correspondente nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

a) quando o dia 08 (oito) coincidir com dia não útil o documento fiscal deverá ser apresentada no 1º dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo – Além das informações exigidas na legislação aplicável, a nota fiscal/fatura deve conter ainda:

a) a identificação completa da CAIXA, com o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;

- b) descrição de todos os serviços/itens que compõem a respectiva nota fiscal/fatura de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço.

Parágrafo Terceiro – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

Parágrafo Quarto – A CAIXA fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quinto - Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantos documentos fiscais forem necessários, independentemente de a CONTRATADA estar ou não nele estabelecida e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

Parágrafo Sexto - Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo - A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

Parágrafo Oitavo - A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

Parágrafo Nono - Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

Parágrafo Décimo - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

Parágrafo Décimo Primeiro – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF, onde:}$$

VAT = valor atualizado
VIN = valor inicial
IDI = IGP-M/FGV na data inicial
IDF = IGP-M/FGV na data final

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de dd/mm/aaaa, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução deste contrato caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo - A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

CLÁUSULA NONA – DO RESSARCIMENTO

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Terceiro - O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$L$$
$$VAT = \frac{\text{-----}}{IDI} \times IDF, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.
Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

I. todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA presta garantia contratual no valor de R\$ _____ [valor por extenso], que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, apresentando à CAIXA, no ato da assinatura do contrato, o correspondente comprovante, em uma das modalidades a seguir:

I. Caução em dinheiro;

II. Seguro-garantia

III. Fiança bancária

Parágrafo Primeiro - A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

a) Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

Parágrafo Segundo – O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

Parágrafo Terceiro – **A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato;**

a) O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.

I - No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

a) A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;

Parágrafo Quarto – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

Parágrafo Quinto – A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

Parágrafo Sexto – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);
- b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;
- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual;
- f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

Parágrafo Sétimo - A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

Parágrafo Oitavo - A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

Parágrafo Nono - A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

Parágrafo Décimo – A Contratada deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido na alínea ‘b’ do parágrafo oitavo acima.

Parágrafo Décimo Primeiro - A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

a) a substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

Parágrafo Décimo Segundo - Em caso de decretação de liquidação extrajudicial ou qualquer hipótese de cessação das operações da Seguradora, a Contratada deve proceder imediatamente a substituição da respectiva garantia contratual por outra que seja eficaz.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I. multa;

II. suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

III. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

Parágrafo Primeiro - A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

I) Pela inexecução total ou parcial do contrato ou não cumprimento dos prazos de execução de cada serviço previstos neste item, inclusive para os serviços com previsão de indicadores de nível de serviço/desempenho estabelecidos neste Termo de Referência em que não houver o cumprimento das metas de forma reincidente por 3 (três) meses consecutivos ou não, será aplicado à CONTRATADA multa por dia de atraso de 0,1% aplicado sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência, limitado a 10% (dez por cento) do faturamento mensal:

$$VrM = \Sigma \text{DiasAtr} * (VlrF * 0,1\%)$$

VrM = Valor Multa

$\Sigma \text{DiasAtr}$ = Somatório de dias de atraso na execução de cada demanda

VlrF = Valor Total da Fatura Mensal

II) O cumprimento parcial, atraso ou não cumprimento das exigências estabelecidas no item 13 Termo de Referência quanto a Segurança da Informação serão passíveis de multa de 0,1% (um décimo por cento) aplicado sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência.

III) Na hipótese de execução de serviços aquém da qualidade esperada será aplicada a penalidade de multa à CONTRATADA, conforme expresso no Termo de Referência e diretrizes previamente estabelecidas e formalizadas pela CAIXA, sendo o serviço considerado não entregue dentro do prazo, compatível com a sanção de multa expressa no inciso I.

- IV) Em caso de descumprimento do plano de contingência, a CAIXA aplicará glosa contratual de 0,02% para cada hora de indisponibilidade de qualquer um dos serviços, limitado a 5% (cinco por cento) do faturamento mensal.

Parágrafo Segundo - As multas serão descontadas do valor do documento fiscal e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Ficarão impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, o licitante que incorrer em alguma das seguintes hipóteses:

- I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
- IV. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII. Não mantiver a proposta;
- IX. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

Parágrafo Quarto - A penalidade de suspensão temporária de participação e contratação com a CAIXA, além de outras situações de descumprimentos, também poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional nas situações previstas nos incisos acima.

Parágrafo Quinto - As sanções previstas nos incisos II e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso I.

Parágrafo Sexto – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Sétimo – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Oitavo – As penalidades de suspensão e impedimento aplicadas à CONTRATADA alcançam a figura dos sócios, administradores e dirigentes

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A rescisão do contrato se dá:

- I. De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado.
- III. Por determinação judicial.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V. Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos III, IV, V e VI será efetivada após o regular processo administrativo.

Parágrafo Terceiro - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no pré-comprometimento nº 8000012480 e item de acompanhamento orçamentário nº 5303-37.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial deste contrato, nos limites e condições estabelecidos no a seguir:

A permissão de subcontratação dos serviços se limitará as parcelas elencadas abaixo:

- a) Visitas a hospitais para análise de faturas - auditoria in loco em municípios não relacionados no Apenso I;
- b) Auditoria Concorrentes em municípios não relacionados no Apenso I;
- c) Visitas Médicas a Pacientes Internados ou em Regime Domiciliar em municípios não relacionados no Apenso I;
- d) Perícias Médicas/Odontológicas em municípios distintos em municípios não relacionados no Apenso I;
- e) Visitas a Prestadores/Proponentes para fins de credenciamento em municípios não relacionados no Apenso I;
- f) Quesitos judiciais elaborados;
- g) Perícias presenciais judiciais.

Parágrafo Segundo – No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MATRIZ DE RISCO

A Matriz de risco definida no Anexo I – B, deste contrato tem o objetivo de estabelecer os riscos assumidos pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA na execução do contrato.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do presente contrato, conforme estabelecido na Matriz de Risco, exceto quando estiver definido expressamente a responsabilidade da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão objeto de análise pautada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo, conforme caso

concreto.

Paragrafo Terceiro – A Matriz de Riscos estabelece a probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro, que independa da vontade humana, e o impacto resultante caso ele ocorra, incluindo prejuízo econômico.

Parágrafo Quarto – Considera-se mantido o equilíbrio-financeiro do contrato quando atendidas as suas condições e mantidas as disposições da Matriz de Risco, somente sendo possível a CONTRATADA solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando sua responsabilidade for excluída na Matriz de Risco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Regulamento;
- III Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I. é facultado a alocação de empregados portadores de deficiência nos locais de prestação dos serviços, cabendo à CONTRATADA avaliar a compatibilidade entre a deficiência apresentada e a atividade a ser desempenhada.
- II. a CAIXA, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início da prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA;
- III. em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

IV. é vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;

V. a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

VI. no caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.

VII. É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome: _____
CPF(MF): _____

DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA

Nome: _____
CPF(MF): _____

Testemunhas

Nome: _____
CPF(MF): _____

Nome: _____
CPF(MF): _____

ANEXO DO CONTRATO Nº
DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - d) Dirigente da CAIXA;
 - e) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - f) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(_____)

Nome/RG/CPF



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

ANEXO DO CONTRATO Nº

**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO DO CONTRATO Nº**CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1 OBJETIVO**

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do art. 42 e incisos, do Decreto 8.420/2015, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.1.5 Adotar mecanismos e procedimentos internos para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

2.1.6 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.7 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente.

2.1.8 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

2.1.9 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.10 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.11 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.12 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade Socioambiental – o fornecedor considera e incorpora aspectos socioambientais em seus processos decisórios, e se responsabiliza pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR], DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)
(nome e cargo)

ANEXO DO CONTRATO Nº**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO –
Exclusivo para Prestador de Serviço**

Nome do Usuário	CPF
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;

8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;
10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA;
- o descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <www.caixa.gov.br>, clique na aba “Downloads”, item “Governança Corporativa”, no link “Política de Segurança e Informação”, ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do usuário

Nome, CPF e Assinatura do
Representante/Preposto da Empresa
Contratada



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

ANEXO V
DECLARAÇÃO MPE

A empresa, inscrita no CNPJ/MF.....,
DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº
114/5688-2023 que:

- se enquadra na condição de _____ (*a licitante deve
informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou
microempreendedor individual - MEI*), nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de
dezembro de 2006 [*Quando for microempresa ou empresa de pequeno
porte*] ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006
[*Quando for microempreendedor individual - MEI*], e não está inserida em
nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir
do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa
Nome/RG/CPF

ANEXO VI**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO
ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº, por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], doravante denominado [Licitante], para atendimento ao Edital de Pregão Eletrônico n.º 114/5688-2023.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR

licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, _____, RG _____, órgão expedidor _____, CPF _____, representante legal da empresa _____ [Inserir nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA para efeitos de habilitação para o Pregão Eletrônico nº. 028/5688-2023, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.

Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados**a) Proposta**

() Proposta Comercial, devidamente assinada; (manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)

b) Documentação relativa a Habilitação jurídica;

() Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº _____, datado de _____;

c) Documentação relativa a regularidade fiscal e trabalhista; (Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))

() Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

() CND FGTS

() CND Trabalhista

d) Documentação relativa a qualificação econômico-financeira;

() Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;

() Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; (identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)

() Atestados / certidões / declarações _____

() Atestados / certidões / declarações _____



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 114/5688-2023 – CECOT/BR
licitacoes.br@caixa.gov.br

Proc. 5688.01.0171.0/2023

Fls.

Rub.

() Atestados / certidões / declarações _____

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; **(elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)**

() _____;

() _____;

() _____;

() _____;

() _____;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

II – autenticação de cópia de documento, [...]

[...]

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”

Localidade, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

RG:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>).